



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY
RIBEIRO – UENF
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS -
PPGPS**

**DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA
SOCIABILIDADE DE UM "CONDOMÍNIO" EM UMA CIDADE MÉDIA DE MINAS
GERAIS**

DIOGO DA CRUZ FERREIRA

**CAMPOS DOS GOYTACAZES – RJ
ABRIL DE 2015**

**DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA
SOCIABILIDADE DE UM "CONDOMÍNIO" EM UMA CIDADE MÉDIA DE MINAS
GERAIS**

DIOGO DA CRUZ FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Jussara Freire.

**CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ
ABRIL DE 2015**

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do CCH / UENF

032/2015

F383 Ferreira, Diogo da Cruz

Das conseqüências do programa Minha Casa, Minha Vida na sociabilidade de um “condomínio” em uma cidade média de Minas Gerais / Diogo da Cruz Ferreira – Campos dos Goytacazes, RJ, 2015.

101 f. : il

Orientador: Jussara Freire

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2015.

Bibliografia: f. 92 - 101

1. Habitação Popular. 2. Programa “Minha Casa, Minha Vida”. 3. Conflitos Sociais. 4. Relações Interpessoais. 5. Violência. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.

CDD – 363.58098151

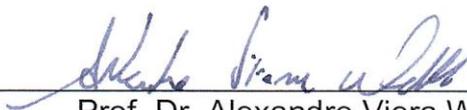
**DAS CONSEQUÊNCIAS DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA NA
SOCIABILIDADE DE UM "CONDOMÍNIO" EM UMA CIDADE MÉDIA DE MINAS
GERAIS**

DIOGO DA CRUZ FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais do Centro de Ciências do Homem, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Políticas Sociais.

Aprovado em: 10 / 04 / 2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Alexandre Viera Werneck
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ



Prof. Dr. Hérnan Armani Mamani
Universidade Federal Fluminense (UFF) e PPGPS/UENF



Prof.^a Dr.^a Manuela Vieira Blanc
Universidade de Vila Yela - UVV



Prof. Dr. Marcelo Carlos Gantos
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF



Prof.^a Dr.^a Jussara Freire
Universidade Federal Fluminense (UFF) e PPGPS/UENF
Orientadora/Presidente da Banca

Dedico este trabalho a todos os moradores do *condomínio*, que direta ou indiretamente, contribuíram para a elaboração desta pesquisa. Agradeço pela oportunidade da experiência de moradia e por poder *sentir* a pulsação da vida social no momento de sua realização.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, pelas orientações, dedicação e puxões de orelha, sempre disposta a ouvir, propor e contribuir. Quando o seu dedo indicador apontava para seu próprio cérebro, havia ali não somente uma ideia ou algo para ler e analisar, eu estava diante de uma *imaginação sociológica* em elaboração. Esta característica ímpar me motivou a seguir carreira. Mulher que circula entre diferentes “mundos” associando o papel de pesquisadora, professora e orientadora com o de mulher, esposa e mãe. Obrigado por ter me tornado um *homem marginal* do meu próprio mundo.

À minha mãe Carlézia, minhas irmãs, Roberta e Daiane, às minhas sobrinhas e sobrinho, Duda, Carol e Guilherme, à tia Taninha e ao meu cunhado Val. Obrigado por todo apoio e incentivo.

Aos meus interlocutores, nomes de ficção, mas de ação na vida real, Renata, Eliane, Ailton, Rodrigo, Antônio e José. Sem vocês, sem a proteção, as conversas e os esclarecimentos a conclusão da pesquisa não seria possível.

À UENF/FAPERJ pela bolsa de estudos, sem esta ajuda eu não conseguiria ir adiante.

Aos professores Alexandre Werneck, Héryan Mamani, Manuela Blanc e Marcelo Gantos por dedicar seu tempo à leitura e arguições para o aprimoramento desta pesquisa e de novos horizontes analíticos. Deixo meu agradecimento à professora Silvia Martinez e Gisele Almeida (UFF Campos).

Aos companheiros do CEP28, Manuela, Renan, Ailton, Michele, Thiara, Natália, Olivia, Luciêr e Carol pela interlocução e apoio.

Ao professor Héryan Mamani, sou grato por compartilhar seu conhecimento comigo. Em alguns momentos tomei parte de seu tempo e, pacientemente ouvia minhas colocações, disposto a contribuir, sugerir e advertir.

À professora Teresa Faria pelas contribuições, tanto na qualificação como pelos corredores, elas foram essenciais na definição do meu objeto.

Ao professor Marcos Pedlowski pela disposição em atender, conversar, puxar a orelha, e mesmo reconhecendo minhas limitações, me encorajou a enfrentar o “mundo acadêmico”.

Aos professores do PPGPS pela oportunidade de compartilhar aprendizados e experiências.

Ao amigo e professor Ciro Andrade pela força, cobrança, pela “tabuada” e o “receituário” acadêmico.

Aos amigos da turma PPGPS/2013, em especial, Gabi, Natália, Késia, Marley, Carol, Eduardo e Evandro. Agradeço pelo apoio nos momentos difíceis e alegres que passamos nestes 24 meses. Vocês fizeram a diferença na minha vida, tanto acadêmica como pessoal. Mesmo tendo objetos de estudos e perspectivas analíticas diferentes, eles convergiam para o âmbito da política social e para o caráter interdisciplinar do nosso programa o que sempre enriqueceu nossos debates.

À Lucier, Yan e Ailton pelo acolhimento quando precisei, muito obrigado.

À Lucinéia e Rodrigo por me acolher e inserir nos momentos de lazer de sua família durante o campo.

Aos amigos de “Porci”, Thiago, Aline, Ju, Rubia, Ge, Marcia, Taiza, Fernanda Monteiro (pelo dólar também - *risos*), Tarciso, Bondi, à minha afilhada Maria Alice que apesar da ausência durante estes anos, sempre sem tempo, ali estavam esperando, isso é amizade, isso é mestrado.

Aos amigos de Muriaé e das Gerais, Aninha, Eliane, Wellington, Tamara, Luana, Cynthia, Mesne, Paula, Vinicius, Roniely, Adilcelena, Stella, Karina, Josué, Luiza, Lorena, Thais, Bruno, Cristian, Pacelli, Monica, Gustavo pela intensa amizade desde 2006 e por me permitirem circular e construir uma identidade “mineira”, por opção.

Deixo meu agradecimento ao amigo Antônio por me encorajar nesta reta final.

Aos amigos do PSF Vermelho: Eliane, Ligia, Jefinho, Renan, Regiane, Silvana, Marisa, Flávia, Mozart, Sonia, Nina. Em especial à Francine que sempre acreditou em mim e colaborou sempre que possível, sem este apoio, não teria chegado a Campos nem ao mestrado. Muito obrigado por entender e incentivar.

"O pesquisador compromete-se de corpo e alma no contexto da experiência e das atividades ordinárias de seus interlocutores. Ele se engaja na primeira pessoa nas situações cotidianas, que frequenta de forma regular e repetitiva durante uma longa jornada. Desse modo, está também diante da excepcionalidade de eventos únicos aos quais somente ele assiste e testemunha em campo. O pesquisador embarca, pois, numa compreensão aproximada, focalizando os fenômenos que se dão concretamente diante dele, no momento exato de sua produção." (CEFAI, VEIGA E MOTA, 2011, p. 10)

RESUMO

FERREIRA, Diogo da Cruz. **Das consequências do programa Minha Casa, Minha Vida na sociabilidade de um "condomínio" em uma cidade média de Minas Gerais.** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF, 2015.

Nesta pesquisa, analiso os efeitos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) na etapa em que este era apresentado como modalidade de garantir o acesso à moradia para camadas populares. A partir da etnografia de um *condomínio popular* construído no quadro deste programa em Muriaé, cidade média do estado de Minas Gerais, descrevo e interpreto diferentes ciclos da sociabilidade daquele ambiente. O problema da pesquisa consistiu em compreender como a elaboração do projeto, sua execução e as experiências de moradia no Condomínio Residencial Nova Muriaé, edificado em 2011, afetaram as rotinas dos moradores, redefinindo os seus pontos de vista e os sentidos atribuídos ao “morar”. Após a mudança dos residentes para o conjunto, observei que os padrões de sociabilidade urbana de Muriaé se reconfiguraram, paralelamente aos diferentes momentos da trajetória deste lugar. Minha análise voltou-se para a *descrição densa* do convívio dos moradores e dos momentos de tensões, conflitos (que podiam se encerrar com o recurso à força), incômodos e transtornos ocasionados pelo convívio de moradores não traficantes e moradores traficantes. Trata-se de compreender especificamente, como a sociabilidade do conjunto configurou-se, paulatinamente, em um modo de coordenação entre os moradores próximos a uma *sociabilidade violenta*.

Palavras-chave: habitação popular; programa Minha Casa, Minha Vida; conflitos; relações de vizinhança; sociabilidade violenta.

ABSTRACT

FERREIRA, Diogo da Cruz. **The Minha Casa, Minha Vida consequences in a Minas Gerais medium city's condominium sociability.** Campos dos Goytacazes, RJ: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - UENF, 2015.

In this research, I analyze the Minha Casa, Minha Vida (MCMV) program effects in the moment it was being presented as a form of guarantee habitation access to the underprivileged groups. From the choice of a condominium built under the fulfillment of the mentioned program in the city of Muriaé, medium city in Minas Gerais state, I describe and interpret different cycles in that environment sociability. The research's problem consists on comprehending how the elaboration of the program, its execution and the experiences of living at the Condomínio Residencial Nova Muriaé, which was built in 2011, affected the residents' routine, redefining their points of view and the concepts of living. After the experience in the condominium, their social patterns of living changed at the same time as the city's progresses. My analysis focused on the dense description of the residents' life and moments of conflicts (many times concluded with the use of violence), nuisance and perturbation resulted from the familiarity between drug dealers and non-drug dealers. The point is specifically to comprehend how the condominiums' organization resulted slowly into a form of violence management.

Keywords: popular habitation; Minha Casa, Minha Vida; conflicts; neighbor interactions; violent sociabilities.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação
CADUNICO – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
CEF – Caixa Econômica Federal
CF 88 – Constituição da República do Brasil de 1988
COHAB – Companhia Estadual de Habitação Popular
CRAS – Centro de Referência da Assistência Social
FCP – Fundação da Casa Popular
FIP – Fundação Israel Pinheiro
FMHIS – Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social
HABMUR – Programa de Melhorias Habitacionais de Muriaé
HIS – Habitação de Interesse Social
IAPS – Instituto de Aposentadoria e Pensões
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCIDADES – Ministério das Cidades
MCMV – Programa Minha Casa, Minha Vida
MCMV 1 – Programa Minha Casa, Minha Vida (fase 1)
MCMV 2 – Programa Minha Casa, Minha Vida (fase 2)
NASF – Núcleo de Apoio à Saúde da Família
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PBF – Programa Bolsa Família
PLANHAB – Plano Nacional de Habitação
PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMM – Prefeitura Municipal de Muriaé
PNH – Política Nacional de Habitação
PPGPS – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais
PRR – Plano Municipal de Redução de Risco
PSF – Programa Saúde da Família
SFH – Sistema Financeiro da Habitação
SMDS – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
SMAU – Secretaria Municipal de Atividades Urbanas
SMPH – Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação
SNHIS - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
UENF – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
ZEIS – Zonas de Especial Interesse Social

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO | 11 |
| A trajetória etnográfica, os relatos de vida e a análise documental..... | 11 |
| Breve apresentação da cidade..... | 20 |
| A pauta do problema habitação popular em Muriaé..... | 24 |
| Organização da dissertação..... | 26 |
| 1 EXPANSÃO URBANA E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM MURIAÉ – MG | 29 |
| 1.1 O processo de expansão urbana e sua relação com as políticas habitacionais..... | 30 |
| 1.2 Muriaé e a <i>expansão discursiva do mundo do crime</i> | 34 |
| 1.3 Um programa habitacional para uma população de “risco”..... | 35 |
| 1.4 O papel das assistentes sociais na seleção dos “aptos” a morar no “condomínio”..... | 44 |
| 2 DO “SORTEIO” A MORADIA NO CONDOMÍNIO: TRANSTORNOS E AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA | 49 |
| 2.1 “É no sorteio que começa nossa história”..... | 49 |
| 2.2 Tensões e conflitos nas relações de vizinhança..... | 58 |
| 2.3 “Eles chegaram chegando”..... | 64 |
| 3 VIZINHANÇA E TRÁFICO: OS EFEITOS DA SOCIABILIDADE VIOLENTA | 70 |
| 3.1 Os “meninos” na sociabilidade condominial..... | 71 |
| 3.2 “Desenrolo”, “fechamento” e “tá ligado”..... | 74 |
| 3.3 As relações de vizinhança na <i>sociabilidade violenta</i> | 79 |
| 3.4 “Estão indo tudo”..... | 85 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 88 |
| BIBLIOGRAFIA | 92 |

INTRODUÇÃO

A pesquisa tem como objetivo analisar e descrever os efeitos do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) na sociabilidade de um *condomínio popular*¹, edificado no quadro deste programa em Muriaé, *cidade média não metropolitana*² do estado de Minas Gerais. O *condomínio* representa a etapa em que o MCMV se apresentava como modalidade de garantia do acesso à moradia para camadas populares da cidade no ano de 2011.

A trajetória etnográfica³, os relatos de vida e a análise documental

Realizei uma Observação Participante na qual residi no Condomínio Residencial Nova Muriaé por um período de cinco meses – entre março e julho de 2014. A escolha da etnografia como ferramenta me pareceu mais adequada à análise da sociabilidade condominial.

Por pertencer à área das Políticas Sociais não pretendi gerar discussões antropológicas ou sociológicas ao escolher a etnografia. Mobilizei esta ferramenta apenas como um recurso para compreender parte de uma teia de significados de uma política social e seus efeitos na ordem social da cidade. Em suma, me pareceu

¹ O programa MCMV inovou ao edificar conjuntos habitacionais na modalidade *condomínio* destinados às camadas populares. A “palavra *condomínio* significa ser dono de alguma coisa junto com outra ou outras pessoas, ou ser coproprietário de algo, eles são regidos pela Lei do Condomínio (Lei 4591, de 16/12/64), que estabelece as normas a serem seguidas pelos condomínios, os direitos e deveres dos condôminos e da administração” (COHAB E OAB, 2010). Conceição (2014) mobilizou o conceito *condomínio popular* para analisar os novos modos de habitar a cidade no quadro do MCMV, na cidade do Rio de Janeiro. Ao formular o conceito, o autor justifica-o afirmando que as “experiências anteriores de moradia popular não davam conta [...] das particularidades inerentes a essa forma de habitar, tanto no que se refere à gestão da política pública quanto às formas de sociabilidades encontradas entre seus moradores (2014, p. 01).”

² Segundo Santos (2010), as *idades médias não metropolitanas* se definem por um critério demográfico e outro geográfico: - uma população de mais de 100 mil habitantes; - cidades que não são capitais estaduais ou localizadas em regiões metropolitanas. O Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA, 2001), por sua vez, considera *idades médias* aquelas com população de 100.000 a 500.000 habitantes.

³ Para preservar o anonimato dos protagonistas da pesquisa de campo, os nomes de pessoas e lugares foram alterados; por opção, permanecemos com o nome da cidade e do condomínio. Não acreditamos que esses cuidados, derivados de exigências éticas, tenham afetado a fidedignidade da descrição.

fundamental levar a sério os significados atribuídos ao programa habitacional e seus efeitos nas rotinas dos moradores.

A observação participante foi um meio de poder acompanhar múltiplas situações que compõem o cotidiano dos moradores e, assim, compreender alguns efeitos concretos do programa Minha Casa, Minha Vida. Ao longo desta experiência, me deparei com dúvidas, medos, tensões e conflitos em alguns casos relacionados com a natureza do campo e com os significados do “condomínio”. A seguir, apresento brevemente o percurso desta observação e os meios utilizados para levantar o material empírico analisado.

A reunião, o encontro com o “inferno” e a minha aproximação ao longo de 2013

Enquanto aluno graduado de serviço social, parte das leituras iniciais foram selecionadas de modo a gerar embasamento teórico para a realização da observação participante. Li então referências básicas, como Malinowski (1976) e Foote White (2005), para auxiliar o trabalho de negociação e de entrada no campo que estudei. Em setembro de 2013, participei de uma reunião com as assistentes sociais que trabalhavam na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS) e em uma planejadora urbana da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação (SMPH) de Muriaé - MG. Essas profissionais eram responsáveis pela seleção dos moradores que poderiam ser beneficiados com uma casa de outro conjunto em construção, ao lado daquele utilizado como campo para meus estudos.

Neste encontro, observaram que o Condomínio Residencial Nova Muriaé tinha se tornado um “inferno”. Elencaram inúmeros problemas: “drogas”, “tráfico”, “roubos”, “meninos armados”. Quando apresentei o objeto de minha pesquisa, as assistentes sociais exclamaram: “você está louco?”. Esta pergunta afirmativa me deixou perplexo e, remetia paralelamente ao perigo e o risco ao qual estaria me expondo.

Confesso que estas palavras surtiram um forte impacto. Senti minhas pernas trêmulas. Quando saí da reunião, estava atordoado e muitas perguntas surgiam em minha mente: o que poderia fazer quando chegasse lá? O que eu falaria? Com quem conversaria? Como deveria me portar ou vestir? Ao compartilhar estas dúvidas com minha orientadora ela me sugeriu que lesse Goffman, que se tornou

uma referência de importância quase santificada por ter me auxiliado imensamente nos modos de conduzir as primeiras interações face a face no condomínio.

Na mesma semana, em setembro de 2013, fui encontrar o que minhas interlocutoras tinham qualificado de “inferno”. No trajeto de ida, o ônibus estava lotado, diferentemente do que ocorria quando trabalhava no distrito do Vermelho (ao lado do “condomínio”). Esta observação indicava, furtivamente, o aumento quantitativo dos moradores nesta área. Ainda no ônibus, encontrei Isabela por um feliz acaso, a quem conheci nos tempos em que trabalhei no distrito.

Durante a conversa ela me informou que Eliane morava no condomínio. Ainda me confortou vendo meu estado inquieto: “Fica tranquilo, não é assim como as pessoas falam! Claro que coisas acontecem de vez em quando, mas não é assim”. Tranquilizado, principalmente pelo fato de descobrir que conhecia alguém, resolvi procurar Eliane como primeiro contato.

Após vinte e cinco minutos de viagem de ônibus, me aproximando do meu ponto de destino, puxei a “cordinha” do ônibus. Muitos outros passageiros deram simultaneamente o sinal de parada. Desci. Eu me encontrava então a alguns metros do “inferno”. Atravessei a rodovia e entrei no “condomínio”. Havia pessoas nas estreitas varandas do segundo andar, crianças brincando, animais soltos (galinhas, porcos, cavalos), janelas e portas gradeadas, um grupo de jovens na calçada, fumando maconha e me observando.

Ao me aproximar do primeiro bloco da entrada principal, perguntei a uma moradora que se encontrava na entrada do prédio: “Onde mora Eliane?”. Gentilmente a moradora me conduziu até o apartamento daquela. Cumprimento Eliane que me recebe com abraços. Iniciamos uma longa conversa. Aos poucos, a expressão de seu rosto se alterou. Ela começou a falar de seu descontentamento com o condomínio, de suas preocupações e relatou alguns desagradáveis acontecimentos constantes (roubos e assaltos).

Estes eventos orientaram sua fala para explicitar a saudade que sentia em relação à sua casa anterior, localizada no distrito do Vermelho (perto do “condomínio”), que era lembrado a partir da sua “calmaria”. Este ambiente contrastava com a “violência” dos “bandidos” e “traficantes”. Depois desta conversa, saímos do apartamento para Eliane me apresentar o “condomínio”.

Saindo do prédio onde fica o apartamento de Eliane visualizei uma carteira que distribuía correspondências. O remetente de muitas destas correspondências

era a Caixa Econômica Federal. Ao abri-las e descobrir seu conteúdo, os moradores se indignavam. Tratava-se de um aviso requisitando comparecimento à instituição para a entrega de documentos comprobatórios da propriedade do apartamento.

Observei que uns comentavam com outros que seriam forçados a abandonar os apartamentos já que não teriam sido formalmente contemplados pelo programa. Ao sairmos do prédio e andar pelas ruas do “condomínio”, Eliane explicou o motivo das reações dos moradores que receberam estas cartas. Os beneficiários haviam negociado, vendido ou alugado os apartamentos. Segundo ela, isto correspondeu ao momento inicial da “bagunça”.

Após este primeiro contato, voltei para Campos - RJ, algo desanimado. Remoía as observações de Eliane, ao passo que refletia sobre os obstáculos e riscos de realizar minha pesquisa. Na semana seguinte, agendei um encontro com minha orientadora. Ao apresentá-la as situações que observei e meu receio, ela me encorajou. Sugeriu que eu compreendesse como as minhas observações indicavam os problemas que se elaboram sobre e em torno de um condomínio.

Nos meses de novembro e dezembro de 2013, retornei ao condomínio mais animado. Entrei em contato com outros moradores. Wellington, um amigo, conhecia Val, outro morador deste condomínio. Aos poucos Val e Eliane me apresentaram outras pessoas, começando por Maria, José e Ailton. Eliane e José se tornaram importantes interlocutores privilegiados deste primeiro momento de imersão no campo.

Fevereiro de 2014

Uma assistente social do CRAS do distrito do Vermelho me sugeriu conhecer Renata, moradora do condomínio. Após três tentativas, consegui agendar um encontro com ela. Apresentei-lhe minha proposta. Receptiva, ela não só me acolheu de modo entusiástico como me convidou para morar no local e “sentir na pele o que é ser morador do condomínio”. Para reforçar este convite, ainda comentou: “não tenha medo, ninguém irá mexer com você”. O convite ia ao encontro do que havíamos discutido nas reuniões de orientação com Jussara Freire em relação aos meios pelos quais alcançar a sociabilidade que enfatizo no meu objeto de estudo.

No momento deste encontro, diante dos meus receios iniciais que estavam em fase de apaziguamento, minha curiosidade ainda se confundia com o medo.

Porém, neste momento, o medo era menos associado ao convite de morar no condomínio do que de uma autoavaliação. Por não ter formação em áreas nas quais a observação participante é um “método de pesquisa”, recorrer a esta ferramenta me angustiava por pensar que não dispunha do conhecimento adequado para a execução de um projeto etnográfico.

Aos poucos, Renata se tornou uma interlocutora próxima, o que contribuiu para a diminuição de minha tensão inicial. Observei que minha presença provocava cochichos e curiosidades. Os moradores especulavam a meu respeito, principalmente no início da pesquisa. Renata relatou que muitos perguntavam quem era “o menino de mochila preta?”. Alguns pensavam que eu seria o “funcionário da Caixa que iria tomar os apartamentos”, “fiscal da prefeitura” ou “detetive”. Outros ainda, principalmente os traficantes, acreditavam que eu seria um “agente infiltrado da polícia” ou um “P2”.

Os modos de enquadrar minha pessoa no condomínio apontavam de um lado, para o caráter extraordinário da minha presença, não somente enquanto estranho como também, talvez, enquanto morador da cidade, com perfil de pertencimento aproximável de outros bairros mais “distantes”. Por outro, a tensão gerada pela presença de um estranho se relacionava com o contexto em que cheguei: marcado pela ameaça de perda das moradias de alguns moradores e pelas complexas e ampliadas atividades do tráfico de drogas.

Durante os meses em que permaneci no condomínio, pude conhecer muitos dos moradores locais. Nestes encontros, me comprometi em não identificar os nomes das pessoas, embora alguns fizessem questão de ser identificados. Ao longo da pesquisa de campo, fui percebendo a recorrência de certos assuntos, de modo diferenciado, de acordo com o momento de minha imersão, os moradores acreditavam que minha presença poderia mudar suas realidades.

Em alguns momentos, quando me tornei personagem mais familiar, moradores me percebiam como autor de um livro que contaria “a história de suas vidas”, apesar de mencionar, por vezes e com certa insistência, que eu analisava os impactos de uma política habitacional no condomínio, o que era certamente bem compreendido, mas não condizia com as suas expectativas.

Apesar de momentos de dissensos sobre minha presença, prevalecia a referida representação sobre mim. Sem dúvida, esta expectativa traduziu, de um lado, a vulnerabilidade de suas experiências de moradia, de outro, a escassez de

interações mistas (Goffman, 1978) com outros segmentos de moradores da cidade que, segundo suas percepções, eu representava, por ser pós-graduando e, em certa medida, um estudioso.

A experiência de moradia no condomínio

No dia 08 de março de 2014, mudei-me para o condomínio, momento em que minha presença começava a ser minimamente naturalizada. Nesta época, moradores já me identificavam como pesquisador e aluno de universidade. Paulatinamente passei a ser percebido como morador, ainda que daqueles moradores estranhos que não ficariam no condomínio.

Quando fui aproximado à categoria de “morador”, os condôminos passaram a avaliar minha pesquisa de modo mais positivo. Seria necessariamente, na opinião deles, um bom trabalho, pelo fato de residir naquele local, contribuindo assim para me qualificar como “boa pessoa”. Após minha instalação no condomínio, presenciei situações de brigas, fofocas, tensões, transações de drogas, mudanças (saída do condomínio), e uma em particular que me marcou: a “batida policial”.

A “batida” foi presenciada por mim quando já morava no condomínio a dois meses. Observei-a com certa tensão, diante da proximidade deste acontecimento, em relação à data de minha mudança, pois os “meninos” [*referência aos traficantes de drogas*] estavam investigando a autoria da “denúncia”. Eles buscavam identificar o “dedo duro” ou o “x9” que teria provocado a presença policial, esta foi a primeira “operação” que ocorreu no local.

Certamente, a investigação realizada pelos próprios traficantes comprovou que eu não estaria relacionado com este acontecimento. Da suspeita que minha presença eventualmente pudesse provocar, o meu suposto envolvimento com o caso foi rapidamente descartado. Este aspecto também pôde contribuir para a minha positivação como indivíduo morador do condomínio e não mais como suspeito.

Após um período de dois meses residindo no condomínio, senti que minha presença já era mais familiar. Os moradores conversavam longamente comigo. Observando minha disponibilidade e atenção ao longo dos seus relatos. Estas conversas ocorriam nas escadas, nos apartamentos, nas varandas, em frente às casas. Os assuntos variavam de acordo com o ambiente e a situação em que viviam os condôminos.

Quando o assunto se referia ao tráfico, o tom de voz dos moradores era baixo. Olhavam em volta para observar se alguém poderia ouvi-los. Assim que eu passei a morar no condomínio, andava sempre com uma caderneta, abandonei-a rapidamente por ter observado que a presença do objeto intimidava e gerava medo. Porém, quando me tornei personagem mais familiar, o uso deste recurso não gerava mais desconfiança.

Durante todo o percurso, realizei dez entrevistas em profundidade (no período de março a junho de 2014) com os seguintes moradores: Maria, Ailton, Renata, Joaquina, Teresa, Maria Rita, Silvério, Eduardo, Renan e Eliane. As perguntas indagavam sobre trajetória de vida e residencial dos entrevistados, para que pudesse compreender os antigos modos de morar e confrontar com os atuais; como teria sido a mudança para o “condomínio”; sobre as relações entre os indivíduos da vizinhança; sobre os pontos de vista acerca do programa e, de como aqueles indivíduos acreditavam ser percebidos nos momentos de circulação pela cidade, pelo distrito e pelo próprio conjunto.

Os traficantes de drogas como objeto paulatino de minha observação

Desde as primeiras observações realizadas no “condomínio”, os traficantes eram protagonistas de destaque na sociabilidade do lugar. No início da pesquisa de campo, acompanhavam-me até a residência de alguns moradores, seguiam-me, ou ainda, vigiavam as conversas. Logo, os indivíduos que pertenciam a este grupo impuseram-se crescentemente nas minhas observações, como consequência, este dado etnográfico se tornou predominante para a compreensão de uma das consequências do MCMV.

José, morador que conheci logo no início da pesquisa, me informou que os “meninos”, como eram chamados os traficantes no condomínio, procuravam informações sobre mim. Este morador propôs a mediação de um encontro com os traficantes. Pouco tempo depois, o convite se concretizou. Conheci quatro homens e fui apresentado a eles pelo José como sendo “gente nossa”.

Conheci em seguida, outros “meninos”. Com estes últimos, a relação foi marcada por certa desconfiança durante os dois primeiros meses de minha presença no condomínio. Desconfiança esta que diminuiu quando conheci Ailton, que se tornou personagem central para minimizar este sentimento e iniciar

interloquções com atores que eram considerados como pertencentes ao *mundo do crime*.

Conhecia Ailton a alguns anos em virtude de minha atuação profissional. Assim que me mudei, ele não somente mediou os contatos com os “meninos” e minha aproximação de sua sociabilidade, como também assegurou minha proteção. As relações de convivência e a proximidade com o morador Ailton possibilitaram uma circulação diferenciada em relação aos demais moradores, já que não estava sujeito à restrição.

Ailton, Renan, Rodrigo e João foram os quatro moradores traficantes com os quais conversei com mais frequência. Nestas conversas, observei a lógica da ordem do tráfico no lugar, as fofocas entre os “meninos”, as tematizações em relação à economia da droga, sua circulação e as formas de sociabilidade entre os “meninos”.

Com todos estes contatos, passei a observar algumas situações de comércio de drogas, de negociação entre os traficantes, procurando evitar estas circunstâncias ao máximo possível. Considerando o problema desta pesquisa, procurei entender como o “movimento” atuava ou interferia na ordem social do condomínio. Logo, o contato com os traficantes permitiu apreender a ordem condominial pelo ponto de vista dos atores que a impõem.

A primeira morte de morador traficante ocorrida em abril (2014), reconfigurou a ordem condominial, colocando à prova o controle territorial vigente até então. A segunda morte em junho (2014) de um jovem que foi um dos meus interlocutores, interlocutor este que permitia minha circulação no local, provocou um ambiente vingativo e um receio generalizado de invasão no local.

Estes acontecimentos, para além de me afetarem emocionalmente por ter ficado entristecido pela morte do jovem, também afetou a continuidade da pesquisa de campo, que nestas condições, tornou-se tensa. Diante disso, minha orientadora me sugeriu encerrar a parte etnográfica e sair. No final de julho de 2014, despedi-me dos moradores e dos meus interlocutores, comprometendo-me a retornar e apresentar os resultados da minha observação participante.

Outras ferramentas utilizadas

Paralelamente à etnografia, realizei uma entrevista gravada com a assistente social Natália, e outra, sem gravador, com a assistente social Aparecida. Este trabalho foi complementado por conversas com a ex-Secretária Municipal de Planejamento e Habitação, duas assistentes sociais, uma técnica da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e uma planejadora urbana da Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação.

Nos encontros, buscava entender o papel dos diferentes atores do processo do MCMV em Muriaé; seus diferentes momentos; a definição dos riscos por parte deles; justificativas que orientaram a seleção dos moradores; modos de administrar as tensões e conflitos decorrentes do projeto e as representações dos atores sobre os moradores do “condomínio”.

Também realizei análise documental, que consistiu no levantamento de dados a partir de artigos e pesquisas sobre a cidade, tendo encontrado três dissertações (Faria (2006), Silva (2008) e Cirino (2012) e dois artigos relacionados à ocupação urbana e à habitação do município. Selecionei mapas antigos e novos, legislações (Plano Diretor, Lei Orgânica e as leis referentes ao MCMV), Plano Local de Habitação de Interesse Social, Diagnóstico do Setor Habitacional de Muriaé, revistas de historiografia (dos anos de 1977, 1979, 1980, 1981, 1983, 1985 e 1987) e os principais noticiários *on-line* (Interligado, Notícias de Muriaé, Silvan Alves, Radio Muriaé).

Breve apresentação da cidade

Muriaé é uma *cidade média não metropolitana* situada na Zona da Mata mineira, com uma população estimada em 106.576 habitantes (IBGE, 2014). Uma pesquisa da Fundação Israel Pinheiro (2010), agência de pesquisa estadual, destacou que ela possui importante papel no cenário político, econômico e cultural. Observa-se também, neste estudo, que a cidade concentra serviços especializados (públicos e privados) e articula os territórios da microrregião.



Figura 1 - Localização de Muriaé
Fonte: Imagem do Google, 2014.

O ordenamento espacial do município iniciou-se a partir de 1819, às margens do Rio Muriaé com a construção de um pequeno porto (antigo largo do Rosário) e a edificação de uma capela (atualmente, a Igreja do Rosário), foi elevada à categoria de cidade no ano de 1865 (CIRINO, 2012). Posteriormente, duas rodovias federais, a BR 356 (inaugurada em 1939) e a BR 116 (meados dos anos de 1951) contribuíram para a aceleração da expansão urbana. Uma de suas consequências foi a diversificação de empresas e serviços. Os novos empreendimentos atraíram migrantes das cidades vizinhas e de outros estados brasileiros.

A paisagem urbana de Muriaé é, como em muitas cidades brasileiras, particularmente heteróclita. Edificados na virada do século XIX, os casarões e alguns imponentes prédios antigos do centro da cidade, recordam a importância da presença das primeiras gerações de famílias tradicionais na urbanização do local

(fazendeiros, homens políticos locais e comerciantes). Em um imbróglio arquitetônico, convivem prédios novos, comerciais e residenciais, construídos a partir da década de 1990, como se simbolizassem uma “modernidade à mineira” e destacassem o papel econômico e administrativo na microrregião.

Apesar das características relatadas no parágrafo anterior, os muriaeenses qualificam o “centro” como a “parte antiga” da cidade. De modo geral, eles vão ao “centro” para fazer compras, resolver problemas administrativos ou bancários. Com efeito, o “centro” é a área da cidade onde se concentram os serviços públicos e privados: bancos, sedes institucionais, cartórios, galerias (uma conhecida como “shopping” por ter uma sala de cinema), igrejas católicas, restaurantes, bares, pequenas lojas (de aviamentos e roupas, em particular, que espelham a centralidade da atividade têxtil atual) e outros comércios maiores (Casas Bahia, Lojas Americanas, Pernambucanas e Magazine Luiza).

Ainda na área central, encontra-se o terminal rodoviário Dr. Afonso Canedo, evitado a partir das 23 horas por usuários de transporte. Após este horário, o local seria frequentado por “assaltantes” e “pedintes”. Por isso, a rodoviária é considerada um “lugar perigoso” à noite. Ao lado do terminal, há ainda a sede nova da prefeitura, inaugurada em 2008. Em volta, alguns camelôs vendem produtos muito diversos. A uma centena de metros, estão dois dos 08 hotéis da cidade. Nestes termos, também de modo semelhante a muitas pequenas e médias cidades, o “centro” concentra atividades de serviços coletivos e/ou públicos, de comércios e negócios muito diversificados.

Nas rodovias (BR 116 e 356), concentram-se as atividades consideradas marginais por muitos moradores. Em diferentes lugares encontram-se, por exemplo, os “pontos” de prostituição. A expressão “ir para a BR” significa, neste contexto, procurar um/a prostituto/a ou suspeitar que alguém os procure. Esta expressão permite associar, de certo modo, estes pontos às áreas morais “marginais” da cidade.

Evidentemente, a presença de rodovias indica antes a intensidade dos fluxos dos moradores da microrregião e do país. A cidade recebe centenas de pessoas diariamente, além daquelas que atravessam em deslocamentos intermunicipais ou interestaduais. A localização das regiões morais supracitadas está certamente relacionada com esta circulação.

No município de Muriaé, os serviços de transporte público são todos operados pelo Coletivo Muriaeense, única empresa da cidade. No total, são 22 linhas com itinerários entre todos os bairros da cidade e o “centro”, não existindo linhas diretas interbairros. Há ainda que se destacar a presença do Aeroporto Cristiano Ferreira Varella, de médio porte, localizado em um ponto distante do “centro”.

Na área central mais ampla, após o fim do horário expediente, algumas pessoas se encontram em bares, restaurantes e lanchonetes. Porém, depois das 23 horas, estes comércios se esvaziam rapidamente pelo fato de que esta área se tornaria “perigosa”. Geralmente, o perigo é associado à presença de usuários de drogas (“cracudos”, em particular), moradores de rua, “pedintes” e “pugueiros” [motéis].

Do ponto de vista de muitos muriaeenses, “morar no centro” é um indício de riqueza, por ser associado ao local de moradia de famílias tradicionais e de seus descendentes. Muitos dentre estes moradores são hoje médicos, engenheiros, homens políticos ou homens de comércio. Alguns permaneceram nos casarões que herdaram, outros adquiriram imóveis nos prédios modernos, vizinhos aos casarões.

Esta área residencial é associada pelos moradores ao renome das famílias tradicionais e à reputação de seus herdeiros. Em suma, as formas de qualificar o bairro são importantes neste trabalho, pois elas anunciam a natureza das hierarquias e do patrimonialismo que contribuíram para o ordenamento da cidade e, que se reatualizaram nas escolhas de moradia destas pessoas. Observo que o condomínio que analiso foi construído em um ponto mais distante em relação a este “centro”.

No ano 2000, a empresa “Mineração Rio Pomba” iniciou um empreendimento siderúrgico, de exploração do minério da bauxita em Mirai (cidade adjacente a Muriaé) ao qual se associaram algumas empresas para dar suportes logísticos. Em consequência, muitos profissionais de áreas tecnológicas de ponta migraram para Muriaé, e não Mirai, pois nesta não havia oferta de infraestrutura residencial aos novos profissionais. Este empreendimento teve como um dos impactos, a construção acelerada de condomínios de luxo em Muriaé, nos quais passaram a residir os novos moradores. A maioria dos novos condomínios foi planejada e construída no “centro” da cidade e no seu entorno (FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, 2010).

A urbanização de Muriaé parte do “centro” e a formação da referida “área central” aponta para uma expansão concêntrica ou, retomando Burgess (1925, In: 1970), ela se propaga em um movimento de radiação⁴. No caso em análise, a urbanização decorreu de uma expansão paulatina em torno do “centro” e da “área central”, nas quais residem os *estabelecidos* e, mais recentemente, os migrantes mais abastados como os profissionais mencionados acima. Em volta destas zonas por sua vez, encontram-se as habitações populares, com características muito diferenciadas e heterogêneas, segundo sua maior proximidade ou distância em relação ao “centro”.

Por exemplo, em torno do centro ampliado, entre os morros e o Rio Muriaé, encontra-se o bairro Santa Terezinha (conhecido como “Morro da Rádio”), bairro mais antigo de “ocupação espontânea”, cujas primeiras ocupações podem ser situadas na década de 1960, por migrantes de outras cidades vizinhas ou moradores da zona rural da cidade resultado do êxodo rural. Neste caso, muitos dos atores ocuparam as áreas próximas às fábricas alimentares, ou ainda, às mecânicas e à retífica de motores (devido às rodovias), nas quais aquelas pessoas trabalhavam após o início de valorização do “centro”.

Após a década de 1960, as “ocupações espontâneas”⁵ se multiplicaram, e esta pauta se intensificou no debate público. Atualmente, pode-se observar uma crescente problematização das “ocupações espontâneas” no debate público, que parte do argumento do “risco” que encobre diferentes sentidos: risco ambiental, risco à vida, risco de crescimento de diferentes formas de violência na cidade. Destaco que dentre estes repertórios, o mais frequente no debate público é aquele que problematiza as “ocupações espontâneas” a partir da linguagem da *violência urbana*⁶ (Machado da Silva, 2007 e 2008).

⁴ Evidentemente, no caso desta cidade o modelo concêntrico pouco se relaciona com o contexto metropolitano analisado por este autor.

⁵ “Ocupação espontânea” é uma expressão utilizada pela Fundação Israel Pinheiro na realização do Diagnóstico do Setor Habitacional da cidade de Muriaé, em 2010. O termo se refere aos assentamentos de população de baixa renda em terrenos ou propriedades de terceiros que ocorreram em diferentes momentos e lugares da cidade. No caso de Muriaé, o termo *favela* não é empregado pelos moradores ou pelas instituições para se referir as “ocupações espontâneas”, no lugar privilegiam o termo “bairro”, “comunidade” ou ainda “periferia”. Embora estas áreas habitacionais apresentem as características que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) denominam de aglomerados subnormais, observa-se que há uma dubiedade de representação da categoria *favela* em outros contextos urbanos, sendo mais um ponto de problematização de sua associação ao contexto do estado do Rio de Janeiro.

⁶ Machado da Silva (2007, *apud* Freire, 2010, p. 133) discorre que a “violência urbana” configura um campo semântico particular – e, na atualidade, decisivo – que, por outro lado, não tem fronteiras

A pauta do problema habitação popular em Muriaé

O *problema habitação* em Muriaé é diretamente relacionado com a prioridade dada à resolução do déficit habitacional e do contexto referido acima – o da crescente ocupação irregular do solo - sob ângulos diferenciados, ao longo das últimas quatro décadas. As primeiras políticas habitacionais estão vinculadas com as construções de moradias financiadas pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), na década de 1970, no entorno da “área central”.

Na década de 1980, o governo municipal, em parceria com o governo estadual, promulgou a construção de novos conjuntos habitacionais no quadro da Companhia Estadual de Habitação (COHAB). Como apresentarei no primeiro capítulo, uma série de intervenções relacionadas com tentativas de resolver a *questão habitacional* se multiplicam, associados aos poderes municipais, aos estaduais e/ou federais em alguns casos, ainda, à Igreja Católica.

As intervenções habitacionais relacionadas ao BNH e à COHAB contribuíram para redefinir a ordem da cidade e, portanto, do processo de expansão urbana. Este processo foi marcado pela formação das primeiras *arenas públicas*⁷, em torno da *questão habitacional* e, em particular, da *habitação popular*. Aos poucos, esta pauta adquiriu crescente visibilidade de modo que não parece exagerado considerá-la um *problema público*⁸.

São nos primeiros anos da década de 2000, que o *problema habitação popular* adquire forte visibilidade, ainda que de modo bastante diferenciado e, em uma nova conjuntura, marcada pela conquista eleitoral de Luiz Inácio Lula da Silva

definidas; dependendo do contexto, pode incorporar todo tipo de atitudes e condutas que simplesmente “incomodam”, afetando “apenas superficialmente a continuidade das rotinas diárias”. Em outra análise, afirma que ela “não tem o mesmo significado para todos os habitantes, mas há alguns pontos comuns que constituem seu núcleo de sentido: ameaças à integridade físico-pessoal e ao patrimônio material representado pela expansão de ações violentas em todas as áreas da cidade (MACHADO DA SILVA, 2008, p. 20).

⁷ Cefai (2009) associa a noção de arena pública a um modo de problematizar a ação coletiva nas ciências sociais. Esta noção permite dar conta da *copresença* da defesa de diferentes bens comuns visados. A formação de arenas públicas inicia-se quando problemas passam a ser concebidos como comuns, os atores que participam de sua formação são analisadores de situações e se mobilizam em busca de soluções concretas, tidas como problemáticas, injustas; e se tornam um espaço de confrontação de sentidos atribuídos a um assunto, e de generalização das críticas de seus membros.

⁸ Gusfield (2014), analisou o ato de dirigir alcoolizado e como ele se tornou um problema público nos Estados Unidos. Para isso, analisa as disputas definicionais, isto é, as disputas em torno da definição de assuntos de diversas arenas e as competições entre elas para que estes mesmos assuntos tornem-se visíveis no espaço público. Estas disputas orientam a formação de arenas que competem entre elas para realçar a gravidade da situação problemática em relação àquela denunciada por outra arena, e assim, ser tratada com prioridade, e incluído na agenda pública.

(2002) e a criação do Ministério das Cidades (2003). Nesse sentido, em 2009, o governo federal inaugurou o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Entre 2007 e 2008, Muriaé sofreu várias “catástrofes ambientais” que serão detalhadas posteriormente. Devido aos impactos provocados por estes acontecimentos, o município requereu em 2009, ao governo federal, a execução do MCMV. Ainda neste ano, o requerimento foi concedido e um *condomínio popular* foi construído entre 2010 e 2011 em uma área rural da cidade, cuja distancia do “centro” é de aproximadamente 10 quilômetros.

A localização do condomínio gerou inúmeras tensões desde sua construção, entre os moradores da cidade de Muriaé e, em particular, entre os moradores do distrito do Vermelho. Em conversas, ouvia com frequência, quando trabalhei no referido distrito, reservas, temores e inúmeras outras críticas no que tange a presença dos futuros vizinhos. Várias vezes exclamavam: “todo lixo ruim, eles trouxeram para cá”.

Desde então, os conflitos e tensões entre vizinhos (no próprio condomínio e no distrito) se intensificaram, a ponto de se tornar assunto recorrente nas conversas ordinárias e nas reportagens de jornais locais. As percepções sobre os moradores do condomínio e a especulação referida, anunciavam, desde o princípio, um novo ordenamento moral em curso, decorrente da produção de uma nova fronteira “periférica”. Esta breve apresentação aponta para interconexões entre as reconfigurações espaciais e morais resultantes da construção do “condomínio”.

Conseqüentemente, minha análise sobre o condomínio permitiu, articular diferentes segmentos temporais⁹ e compreender sua fixação na temporalidade do *problema habitação popular*, tal como foi reapropriado em Muriaé. Logo, Muriaé torna-se um bom caso para pensar (Geertz, 2004), onde é possível compreender as ressignificações de uma política pública neste contexto, articulada com propriedades

⁹ Considero que a construção do condomínio, no quadro da primeira fase do programa Minha Casa, Minha Vida, representa, retomando Simmel (2011), “uma fixação num ponto determinado do tempo (...): “a inscrição no tempo significa aqui a fixação num ponto determinado do tempo. De um lado, de fato, lá onde está procede da totalidade do que se produz, cada evento só pode ter uma única posição que ele mesmo não pode mudar; de outro, a compreensão só pode se referir à determinação relativa no tempo e não à inscrição no tempo em geral – pois isso seria afirmar que o evento é real, algo que a compreensão não pode garantir (...) a historicidade de um conteúdo se define por sua localização num determinado ponto do tempo (...) Só o ponto que, no tempo, é fixado entre tudo o que procede e tudo que vem depois dele confere à um conteúdo seu caráter histórico” (SIMMEL, 2011, p. 15-16).

mais gerais, como o espírito do programa geral e/ou a conjuntura na qual ele é definido e executado.

Por fim, a pesquisa oferece um estudo que poderá servir de contraste nas análises sobre as consequências do programa em outras cidades. Pois, observo uma forte tendência, nos estudos atuais que analisam o programa Minha Casa, Minha Vida, em privilegiar contextos metropolitanos¹⁰. Deparei-me ainda com inúmeros estudos sobre *favelas cariocas* e *periferias paulistanas*¹¹ e, uma quantidade menor sobre pequenas e médias cidades¹². Esta consideração foi mais um dos motivos pelos quais, escolhi analisar os efeitos desta política habitacional em uma cidade média em contextos não metropolitanos.

Organização da dissertação

Considerando o problema e o objeto desta pesquisa, organizei a restituição dos resultados em três eixos que se delinearão com crescente precisão ao longo da análise do material documental e empírico, que recolhi nestes dois últimos anos. Por estes motivos, a dissertação foi organizada em três respectivos capítulos.

No primeiro capítulo, analiso alguns dos sucessivos segmentos temporais, durante os quais se elaboram o *problema habitação popular*, que ancora a definição de políticas habitacionais ao longo dos últimos quarenta anos. Apresento os modos institucionais de problematizar o acesso à moradia a partir da década de 1970, com as intervenções do Banco Nacional de Habitação (BNH) e, na década de 1980, da Companhia Estadual de Habitação (COHAB). Também analiso outras modalidades de tematização da habitação popular que surgiram nestas décadas, não

¹⁰ O programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) é objeto de pesquisa em diversas instituições do país. Destaco três instituições e alguns de seus pesquisadores, que considero relevantes no estudo do MCMV nas grandes cidades e metrópoles brasileiras: 1) Instituto de Planejamento Urbano e Regional (IPUR/UFRJ) destaco Aduino Cardoso (2011, 2012, 2013); 2) Observatório das Metrópoles (INCT) que associa inúmeros pesquisadores do país e; 3) Os pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU/USP), como: Nabil Bonduki (1994, 1995, 2008), Ermínia Maricato e Raquel Ronilk.

¹¹ No caso do Rio de Janeiro, pode-se citar: Valladares (1980a, 1980b, 1983, 2005) Machado da Silva (2004, 2005, 2007, 2008, 2010, 2011), Leite (2008), Ferreira dos Santos (1980, 1981, 1985), Zaluar (1999, 2004), Carvalho (1990), Perlman (1997). Em São Paulo, Feltran (2008, 2010, 2011), Telles (2010, 2011) e Caldeira (1984,1997).

¹² Freire (2014b) vem analisando as ressignificações da “periferia”, explorando a centralidade do “problema favela” nos estudos urbanos e seus efeitos no que tange às formas atuais de definir a “periferia” em outros contextos urbanos.

necessariamente enquadradas institucionalmente (como os movimentos de autoconstrução, os “mutirões”).

Reconstituo a trajetória de sucessivas tematizações que me pareceram relevantes para situar o contexto da execução do programa Minha Casa, Minha Vida em Muriaé. Em particular, observei que as diretrizes do MCMV, referentes aos riscos ambientais, foram ressignificadas diante de “catástrofes ambientais” ocorridas na década de 2000 na cidade. Logo, este repertório orientou incisivamente os modos de selecionar beneficiários prioritários.

Considerando que as problematizações *gerais* analisadas anteriormente, constituem um pano de fundo, procuro então, compreender no segundo capítulo as conseqüências da edificação do conjunto nas rotinas dos residentes que foram contemplados. Descrevo como os moradores do condomínio (e seus pontos de vista) qualificam suas novas experiências e problematizam suas mudanças para o condomínio a partir de agosto de 2011.

O *morar*¹³ então, encobre novos significados que resultam, dentre outros aspectos, em uma nova experiência de sociabilidade urbana. A confrontação do *pano de fundo* do primeiro capítulo com estas experiências particulares permite compreender muitas das tensões internas e externas entre os vizinhos do “condomínio” e de suas adjacências. Além de serem situadas nas relações de vizinhança circunscritas ao “condomínio” (facilmente reversíveis, neste caso, em força) ou ampliadas em direção ao distrito vizinho, estas tensões eram também assuntos recorrentes nas conversas da cidade e objeto de matérias de jornais locais.

Como resultado, a associação pública do morador do condomínio com o personagem *bandido* se intensificou, ao passo de se tornar um problema central, nas conversas ordinárias e na problematização jornalística desta cidade. Enquanto o *problema habitação popular* já tinha se tornado um problema público (o MCMV sendo uma de suas respostas institucionais), que resultou na mobilização de outra arena em escala nacional/federal; o novo “condomínio” e seus moradores de Muriaé estavam se transformando, paralela e posteriormente, em outro tipo de problema na cidade, que acionava, por sua vez, “o problema segurança pública”.

¹³ Neste trabalho, procuro diferenciar *habitação* de *moradia*. O primeiro refere-se a um assunto prioritário de inserção na agenda pública, portanto, está relacionada a instituições de políticas habitacionais. Enquanto o segundo, no sentido de *morar*, remete a experiência vivida de uma pessoa que reside em uma casa ou em um conjunto, conforme analisa Breviglieri (2003, 2009).

A partir deste ponto de fricção, analiso, no terceiro e último capítulo, as reconfigurações da ordem moral do condomínio, quando os traficantes de drogas se fixaram no lugar e o tornaram uma sede e palco de negócios após o ano de 2012. O reordenamento impõe um novo convívio entre moradores não traficantes e moradores traficantes. Em tal contexto, a sociabilidade condominial bifurca, mas paradoxalmente, os dois ordenamentos convivem nas ruas, “áreas de lazer”, nos comércios informais (em apartamentos do “condomínio”), logo, nos espaços das inevitáveis relações de vizinhança.

Assim, em todos os casos, a presença de traficantes de drogas pressupõe ameaças do recurso à força que se efetivou crescentemente. Este convívio pode-se dizer, traduz uma versão de *sociabilidade violenta* (Machado da Silva, 2008) em contexto urbano diferenciado. Também implicou em um convívio marcado pelo medo e *asfixia da palavra* (Farias, In: Machado da Silva, 2008) dos moradores. A *insuportabilidade* (Breviglieri, 2009) deste tipo de experiência de moradia provocou um *exit forçado* (Freire, 2015b *no prelo*)¹⁴.

No caso deste condomínio, diferentemente do contexto observado pela autora, sua manifestação se traduziu pela saída maciça de moradores. Quase um terço dos beneficiados pelo programa venderam, negociaram ou abandonaram seus apartamentos de 2011 a 2014. Diante destas observações, sustento a nova conjuntura da política habitacional, que situo a partir do programa Minha Casa, Minha Vida que reconfigura o processo de expansão urbana em Muriaé. Sua execução traz à tona a multiplicação de novos conflitos mediados, administrados cada vez mais pelos traficantes.

¹⁴ Retomando um ponto da discussão de Hirschman (1970 *apud* Freire, *op. cit*), Freire analisou alguns dos significados *exit* em contexto de continuidade entre uma ordem pública e uma ordem de força.

CAPÍTULO 1 - EXPANSÃO URBANA E AS POLÍTICAS HABITACIONAIS EM MURIAÉ – MG

Há mais de um século, a moradia popular é um dos focos de atenção pública, particularmente a partir das problematizações sobre a favela, como no contexto da cidade do Rio de Janeiro (Valladares, 2005) e, por extensão, brasileiro. A análise de políticas habitacionais para camadas populares pode ser considerada, de um lado, como um modo de compreender formas variadas de gestão da pobreza nas grandes cidades. Por outro, se nos concentrarmos na construção do assunto habitação popular¹⁵, observaremos que ele suscitou o surgimento de diversos personagens. Mobilizou e formou múltiplas arenas a partir das quais podem ser observadas controvérsias e disputas que contribuíram para a definição de pautas de diferentes projetos estatais voltados para camadas de baixa renda.

Partindo destas primeiras observações, analiso neste capítulo, alguns dos sucessivos segmentos temporais durante os quais se elaboram o *problema habitação popular*, com a intenção de compreender alguns dos dispositivos técnicos que ancoram a definição de políticas habitacionais ao longo dos últimos quarenta anos no município de Muriaé/MG.

Apresento os modos institucionais de problematizar o acesso à moradia após a década de 1970, com as intervenções do Banco Nacional de Habitação (BNH) e, na década de 1980, da Companhia Estadual de Habitação (COHAB). Também analiso outras modalidades de tematização da habitação popular que surgiram nestas décadas, não necessariamente enquadradas institucionalmente (como os movimentos de autoconstrução, os “mutirões”).

Em seguida, reconstituo a trajetória de sucessivas tematizações que me pareceram relevantes para situar o contexto de execução do programa Minha Casa,

¹⁵ Bonduki (1994) destacou que a habitação de interesse social tem suas primeiras formulações nos primeiros anos da década de 1930. O autor observa que as iniciativas dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS) foram unificadas em 1946, neste momento, criou-se a Fundação da Casa Popular (FCP), primeiro dispositivo institucional mobilizado para a construção de moradia para camadas populares. No entanto, estas duas instituições atendiam aos trabalhadores das grandes cidades e dos setores estratégicos da economia. Pode-se salientar ainda que o sentido conferido ao *popular* associava trabalhador urbano com carteira assinada. O “povo” e o “popular” remetiam, portanto, aos trabalhadores. Esta abordagem dialoga fortemente com o que Santos (1987) denominou de *cidadania regulada*. Azevedo e Andrade (1982) analisaram diferentes problemas administrativos e financeiros que contribuíram para a extinção da Fundação da Casa Popular. Nos primeiros anos de 1960, a FCP é substituída pelo Sistema Financeiro de Habitação (SFH) em 1966, operacionalizado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), o BNH objetivava atender as “camadas populares” de “baixa renda” (Ferreira dos Santos, 1980).

Minha Vida (MCMV) em Muriaé. Em particular, observo que as diretrizes do MCMV referentes aos riscos ambientais foram ressignificados diante de “catástrofes ambientais” que ocorreram na década de 2000. Logo, este repertório orientou incisivamente os modos de selecionar beneficiários prioritários.

1.1 O processo de expansão urbana e sua relação com as políticas habitacionais

A primeira intervenção municipal na área habitacional ocorreu com a construção de conjuntos habitacionais no quadro do Banco Nacional de Habitação (BNH)¹⁶ em 1970, seguido de outros pela Companhia Estadual de Habitação (COHAB) nos anos de 1980. Cabe destacar que estas ações foram insuficientes para atender a demanda de moradia que crescia consideravelmente. Os loteamentos públicos e os “mutirões” da autoconstrução tornaram-se ações paralelas do acesso à moradia popular, tendo um papel determinante nos modos de problematizar este assunto em Muriaé.

No quadro do Banco Nacional de Habitação (BNH) foram edificados três bairros residenciais (São Francisco, João XXIII e parte do Planalto), todos financiados pelo Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Esta intervenção provocou uma *zona de extensão* no entorno da “área central”, marcando um novo movimento da expansão urbana de Muriaé, bem como de seu ordenamento espacial. Cirino (2012) observou que estes conjuntos foram habitados por famílias de “classes médias”. Os bairros São Francisco e João XXIII se tornaram áreas residenciais “nobres” e “verdes”.

Os beneficiários incluídos no BNH foram aqueles que podiam comprovar renda, excluindo assim, parcela significativa do segmento popular. Por este motivo, Silva (2008) considerou o BNH, nesta cidade, contraditório, pois os mecanismos de

¹⁶ No quadro do BNH, faz-se necessário destacar a conjuntura autoritária brasileira: “durante o regime militar, havia no Brasil uma fronteira nítida que distinguia os grupos sociais oficialmente legítimos daqueles a serem banidos da convivência pública. Cabia ao Estado legislar sobre esta distinção, e à repressão oficial manter esta fronteira ativa, impedindo que a pluralidade da sociedade fosse representada politicamente. O bloqueio seletivo do acesso à legitimidade pública – legitimidade que garante o “direito a ter direitos” – desenhava a face autoritária do sistema político.” (FELTRAN, 2008, p. 36)

seleção dificultavam o atendimento ampliado de camadas populares. Gohn (1992) destacou que o BNH tratava a moradia como um problema bancário e não social, inviabilizando o atendimento do segmento popular e de sua continuidade, levando a sua extinção em 1986.

Além de incentivar o financiamento de imóveis de conjuntos habitacionais por meio do BNH, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH), criado em 1966, realizava parcerias com os estados da federação. Neste caso, financiava a construção de conjuntos habitacionais de interesse social por meio das COHABs (AZEVEDO, 1988 e BONDUKI, 2008). Em Muriaé, ao longo da década de 1980, o município, em parceria com o governo estadual, construiu quatro conjuntos habitacionais no contexto da COHAB, atualmente os bairros São Cristóvão, Inconfidência, algumas casas no São Joaquim e no Planalto.

Em uma conversa com Roberta, ex-secretária de Atividades Urbanas do município de Muriaé, ela relatou que estes últimos conjuntos priorizaram as famílias das “áreas de riscos” [*enchentes e desmoronamentos*] e foram realocadas nos bairros mencionados no parágrafo anterior. No período de 1970 até meados da década de 1980, as ações do BNH e da COHAB não foram suficientes para atender a demanda de habitação que crescia consideravelmente.

O crescimento por demanda habitacional deve-se a dois fenômenos: ao êxodo rural, que se intensificou após a década de 1970, e à urbanização acelerada, que atraiu outros moradores (das cidades vizinhas) para Muriaé (CIRINO, 2012). Neste contexto, é necessário observar o adensamento de “ocupações espontâneas”. Entre o bairro Santa Terezinha e o Porto, surgiu o bairro Encoberta. Surgiram ainda nesta época, os “bairros” nas áreas do Aeroporto, Barra (atualmente a Prainha) e Planalto, denominados pelo IBGE (2010) como *aglomerações subnormais*.

Posteriormente, entre as décadas de 1980 e 1990, a prefeitura local construiu dezesseis “loteamentos públicos¹⁷”, dispostos nas áreas longínquas do “centro”, em morros e nas margens do Rio Muriaé, alguns próximos aos conjuntos da COHAB. Os “loteamentos públicos” são outros modos da prefeitura problematizar e garantir o acesso à moradia para camadas populares. Paralelamente, trinta e três

¹⁷ A Fundação Israel Pinheiro (2010) designa como loteamentos públicos os assentamentos originados por parcelamento de terreno público por iniciativa do órgão municipal, estadual ou federal, a partir da demarcação prévia de quadras, lotes e logradouros, com transferência formal ou informal das frações resultantes.

“loteamentos privados¹⁸” são disponibilizados próximos à malha urbana e com serviços de infraestrutura, e em alguns casos, nas margens do Rio Muriaé. Ambos os “loteamentos” são considerados “ocupações irregulares” conforme analisou a Fundação Israel Pinheiro (2010).

Por meio dos loteamentos públicos, a prefeitura local procurava reduzir o déficit habitacional, conduzindo, assim, um processo de ordenamento urbano na fronteira de ilegalidades. Concomitantemente, em nível nacional, observava um movimento importante de autoconstruções, desde a década de 1970, que se centrava na “ação comunitária de mutirão” (Gohn, 1992, p. 116). No caso de Muriaé, este movimento é mais tardio e se inicia na década de 1990 conforme o estudo da Fundação Israel Pinheiro (2010) e Silva (2008).

Com efeito, na década de 1990, inicia-se um movimento de construções de “casas populares” por “mutirões”, organizados pelo padre Tiago Prins, pároco do município. O movimento priorizava as pessoas que moravam em condições mais precárias.

[...] construídos por meio de mutirões realizados nos finais de semana. Ao todo, foram construídas, até o momento, o expressivo número de 530 casas, distribuídas em pelo menos três experiências: a primeira experiência ocorreu em 1992, no bairro Marambaia, com a construção de 196 casas; a segunda atendeu ao bairro São Joaquim, com 181 casas; a mais recente aconteceu no bairro Vale Verde, com 153 casas. A propriedade do imóvel fica em nome do Pró-Moradia e o beneficiário do programa ganha o direito ao usufruto do imóvel através de um contrato de comodato de no mínimo oito anos. Somente após esse período o morador passa a ter direito à propriedade do lote e da casa.” (FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, 2010, p. 102)

O padre holandês, cujo nome é Tiago Prins, levantou recursos no exterior com amigos próximos para financiar o material das “casas populares”. Recebeu o apoio de homens políticos e famílias locais, que em alguns casos, doaram terrenos. Como Silva (2008) observou de modo mais amplo, apesar deste tipo de apoio, as promessas de serviços básicos que atendessem estas moradias e terraplanagens não foram cumpridas. O autor destaca o papel das famílias que o construíram a

¹⁸ Para a Fundação Israel Pinheiro (2010), loteamentos privados são os assentamentos originados por parcelamento irregular de terreno por seu proprietário, a partir da demarcação prévia de quadras, lotes e logradouros, com comercialização informal das frações resultantes.

base do “enxadao”, referência ao trabalho manual para terraplanar o terreno íngreme.

No regimento interno da organização não governamental Obras sociais Pró-Moradia, são definidas normas de condutas e obrigações que as famílias devem cumprir. Por exemplo, devem-se manter os filhos na escola; dedicar parte de seu tempo na construção das casas (sua e alheias); não consumir bebidas alcoólicas entre outras drogas. Em caso de desobediência, as famílias podem perder sua casa [o termo de posse].

Neste regimento, pode-se observar a centralidade dos repertórios da ajuda social e da filantropia. A caridade se apresentou como uma nova gramática que passou a orientar o acesso à “casa própria”. Silva (*op. cit.*) destacou, precisamente sobre este ponto, que este tipo de intervenção era muitas vezes considerado como doação e benesse. De fato, no caso da ONG Obra sociais Pró Moradia, estes repertórios eram constantemente mobilizados. A visibilidade de seus representantes no espaço público teve forte impacto no que tange às formas de redefinir sentidos de justiça à causa habitacional.

Partindo do estudo de Cirino (*op. cit.*), pode-se entrever que os conjuntos habitacionais do BNH foram construídos em áreas mais valorizadas e passaram a ser habitados por “classes médias”. As demais áreas, de alguns conjuntos da COHAB, loteamentos públicos e autoconstrução, situados em pontos distantes do “centro”, são considerados por este autor como as “periferias” da cidade, contribuindo na definição de *territórios da pobreza* (Machado da Silva, 2008) de Muriaé.

Diferentemente do que Burgess (1925, In: Pierson, 1970) analisou, em relação à cidade de Chicago e certamente a muitas cidades americanas, no caso em análise, os migrantes tendem a se fixar nas áreas distantes do “centro”, enquanto as famílias de melhor renda residem no “centro” ou no seu entorno, exclusivamente nas áreas valorizadas¹⁹ da “área central”. Esta característica se intensificou drasticamente em Muriaé, a partir de 2009, ano do início da execução do programa Minha Casa, Minha Vida. Desta vez, escolheu-se uma distância inédita em relação ao “centro” para a construção das habitações populares.

¹⁹ Refiro-me as concentrações das regiões de negócios, comércios e o alto custo imobiliário e residencial nesta área.

O processo de expansão urbana da cidade se concentrou nos modos de problematizar e tratar a *questão habitacional*. Como resultado do referido processo, ou talvez concomitantemente, um novo momento marca a ordem moral da cidade e (com suas linguagens próprias) uma nova cartografia moral que incidiu nas circulações cotidianas dos moradores. Se retomarmos o clássico texto de Park (1973), não me parece exagerado entrever, com este estágio da história da cidade, um momento de desorganização social.

1.2 Muriaé e a *expansão discursiva do mundo do crime*

Considerando o ciclo que apresentei anteriormente e partindo dos trabalhos de Telles (2011), Feltran (2008, 2011) e Machado da Silva (2008), sustento que o momento de desorganização social pode se relacionar com novas facetas de um tipo de *mundo do trabalho* em declínio, que convive de forma cada vez mais incisiva com o *mundo do crime*, isto é, com seu *marco discursivo* (FELTRAN, 2008). Porém, possuem focos diferentes dos trabalhos dos autores supracitados que se concentram em contextos metropolitanos.

Em Muriaé, o *marco discursivo do crime*²⁰ (Feltran, *op. cit.*) pode ser observado na abundância e frequência das ações violentas no debate público, nas conversas ordinárias e nos jornais locais²¹. De modo geral, observa-se que os crimes (violentos, em particular) descritos estão relacionados com as áreas da cidade nas quais eles ocorrem, na grande maioria, em bairros de conjuntos habitacionais da COHAB (São Cristóvão e Planalto), naqueles de ocupação espontânea (Santa Terezinha, Aeroporto, Barra, Encoberta) e nos “mutirões” (Marambaia e São Joaquim).

Roubos, homicídios, assaltos, aumento do número de usuários de drogas, tráfico (sua organização e expansão), confrontos armados são os principais assuntos que emergem no debate público desde 2000. Em suma, os modos segundo os quais são problematizados estes assuntos, sugerem não somente a

²⁰ Feltran ao discorrer sobre a *expansão do mundo do crime* não se refere apenas ao aumento dos delitos e das ações de grupos violentos, aponta para uma “ressignificação de matrizes discursivas fundamentais no universo social das periferias urbanas”, em outras palavras, como “marco discursivo” e parâmetro de “sociabilidade”, tanto quanto da “criminalização (2008, p. 09).”

²¹ As notícias relacionadas a estes bairros podem ser encontradas nas versões *on line*: Silvan Alves, Interligado, Rádio Muriaé, Muriaé Notícias.

presença crescente de uma linguagem *da violência urbana*²², que incide nas práticas de sociabilidade dos moradores, retomando Machado da Silva (2011, p. 686), mas também no seu caráter extensivo em um movimento metrópole/interior.

Em consequência, esta linguagem resultou em sensações de medo e de insegurança, razoavelmente recentes. Estes sentimentos, por sua vez, contribuem para a elaboração de novas representações sobre os bairros supracitados, que se tornam lugares de risco e de perigo. De modo muito semelhante ao que ocorre na cidade do Rio de Janeiro, os moradores destes territórios passam a ser considerados como *classes perigosas*²³ (Leite, In: Machado da Silva, 2008). No entanto, como analiso mais adiante, o sentido do risco e do perigo difere em muitos pontos dos modos de problematização na cidade do Rio de Janeiro, logo, devem ser situados ao ambiente muriaeense.

1.3 Um programa habitacional para uma população de “risco”

Bonduki (2008) e Cardoso e Aragão (2013a) analisaram que a política habitacional não se constituiu como uma prioridade de 1986 a 2000 no âmbito do governo federal. O Sistema Financeiro da Habitação (SFH) encontrava-se então coordenada pela Caixa Econômica Federal (CEF)²⁴. Na década de 2000, o *problema habitação popular* adquiriu nova visibilidade no debate público, no contexto da campanha e da eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

²² Em entrevista, Luiz Antônio Machado da Silva argumentou que há “uma passagem da linguagem, a linguagem mudou. Não estou falando de discursos, de palavras, mas de linguagem em sentido amplo, que configura repertórios de ação, de interpretação, de interação. Linguagem é prática”. (2011, p. 686)

²³ “Como se sabe, até os anos 1980, a representação negativa da favela como lugar da pobreza e da marginalidade era contrabalançada por sua valorização como berço do samba, do carnaval e da cultura popular. Desde os anos de 1980/1990, porém, as favelas passaram a ser tematizadas quase que exclusivamente pela violência e insegurança que trariam aos bairros. Atualmente, no repertório simbólico do Rio de Janeiro, o termo “favela” abrange diversos outros territórios de pobreza (conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares, bairros periféricos etc), aludindo não mais à precariedade de equipamentos urbanos e a estatutos de propriedade da terra/moradia específicos, mas, sobretudo ao estigma da marginalidade, desordem e violência que o recobre, transformando os favelados no arquétipo das “classes perigosas” (LEITE, In: MACHADO DA SILVA, 2008, p.117).”

²⁴ Com a extinção do BNH em 1986, o Sistema Financeiro da Habitação (SFH) tornou-se o articulador da política habitacional. O programa Habitar Brasil (1992-1994) era uma proposta do governo federal em relação a este assunto, porém, inúmeros problemas inviabilizaram sua execução e continuidade. No governo FHC (1995-2002), a habitação esteve vinculada a sete ministérios e estruturas administrativas, não constituía uma questão privilegiada, neste período, a Caixa Econômica Federal (CEF) tornou-se o agente financeiro do SFH (BONDUKI, 2008).

No governo Lula (2003-2010), em diferentes dimensões, pode-se observar o caráter inédito das pautas a serem inseridas na agenda pública, voltado para um esforço de efetivar um processo de democratização e de universalização (à brasileira). Este governo definiu eixos prioritários de políticas sociais, particularmente nos setores do ensino, assistência social, habitação e da cultura. Neste processo, a linguagem dos direitos voltada para camadas populares e/ou minoritárias adquire forte visibilidade. No que tange à habitação, ela é perceptível se acompanharmos a trajetória dos dispositivos criados neste período:

Tabela 1 – Principais órgãos, instrumentos e legislações das políticas habitacionais brasileiras (2000-2013)

| Dispositivos | Ano de Criação |
|---|-----------------------|
| EC nº 26: moradia entre os direitos sociais | 2000 |
| Lei 10.257 - Estatuto da Cidade (regulamentação do art. 182 e 183 da CF88) | 2001 |
| Ministério das Cidades (Medida Provisória nº 103, e regulamentado pela Lei 10.683/2003) | 2003 |
| 1ª Conferência Nacional das Cidades | 2003 |
| Conselho Nacional das Cidades | 2004 |
| Política Nacional de Habitação | 2004 |
| 2ª Conferência Nacional das Cidades | 2005 |
| Lei 11.124 - Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social | 2005 |
| 3ª Conferência Nacional das Cidades | 2007 |
| PEC nº 285 (vinculam por 30 anos receitas públicas para HIS) | 2008 |
| Lei 11.888 (Lei da Assistência Técnica) | 2008 |
| Lei 11.977, cria o programa Minha Casa, Minha Vida e a regularização Fundiária | 2009 |
| 4ª Conferência Nacional das Cidades | 2009 |
| Plano Nacional de Habitação (PLANHAB) | 2009 |

Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2009, a lei federal nº 11.977²⁵ criou o programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), que resultou de um processo mais amplo de problematização da habitação em geral, e em particular, da *habitação popular*. Integrada à Política Nacional de Habitação, procurou-se atender as reivindicações de diversos segmentos que se encontraram a partir da 1º Conferência Nacional das Cidades em 2003.

Anterior à criação do MCMV, o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS, Lei 11.124/2005) estabeleceu diretrizes e condições de acesso à casa própria para brasileiros de “menor renda”, com o objetivo de “viabilizar para esta população o acesso à terra urbanizada e à habitação digna e sustentável” (art. 2º). Este dispositivo definiu as diretrizes para a garantia da “habitação digna” e o seu acesso, como também orienta as formas de concessão de recursos financeiros (conhecidos como subsídios).

Assim, o programa Minha Casa, Minha Vida de acordo com as orientações da lei citada acima e dos Planos Nacionais de Habitação, definiu três faixas de renda como meio de estabelecer prioridades: de 0 a 3 salários mínimos, de 3 a 6 salários e de 6 a 10 salários. Na primeira fase (2009-2011), 400 mil unidades habitacionais eram destinadas a primeira faixa (até 3 salários), 300 mil unidades à segunda (3 a 6 salários) e 300 mil unidades à terceira (6 a 10 salários mínimos).

Paralelamente à definição das faixas salariais, os critérios de renda são definidos a partir da mensuração de uma situação de *vulnerabilidade social* (mulheres chefe de família, pessoas com deficiências, idosos e os de aluguel social) e de *risco ambiental* (famílias residentes em áreas de risco, insalubres ou desabrigadas por enchentes ou desastres naturais). A associação destes dois tipos de *riscos* (ambientais e sociais) norteou as lógicas institucionais das quais profissionais, nas pontas, atribuíram prioridades de atendimentos no quadro deste programa. Neste momento, observei uma redefinição do “popular”, que não designa mais a categoria de “trabalhadores”, e sim, de “famílias de menor renda” em “situação de vulnerabilidade social e/ou ambiental”.

Estes critérios vão ao encontro do que Telles (2011) observou, de uma inflexão discursiva do *risco* que reflete nos modos do governo conduzir a política.

²⁵ Alterações ocorreram posteriormente, destaca-se a Medida Provisória 472/2009, Medida Provisória 478/2009, Medida Provisória 514/2010, Lei nº 12.249/2010, Lei nº 12.424/2011, Medida Provisória 561/2012, Lei nº 12.693/2012, Lei nº 12.722/2012, Medida Provisória 651/2014, Medida Provisória 656/2014, Lei nº 13.043/2014.

Beck (2011), por sua vez, retoma a incerteza da *sociedade de risco* para compreender ações que buscam neutralizar e/ou evitar catástrofes na vida das pessoas. Em suma, o MCMV se enquadra também no contexto de definição institucional de riscos que legitimam a chegada deste programa na cidade.

A ressignificação deste dispositivo em Muriaé iniciou-se com um *imprevisto* (BECK, 2011). No ano de 2007, a cidade foi umas das atingidas pelo rompimento da barragem do minério da bauxita²⁶. Poucos meses após este evento, a cidade foi declarada, pela prefeitura, “em estado de calamidade pública” diante de enchentes e fortes chuvas que ocorreram entre 2007 e 2008. Esses “desastres ambientais” provocaram graves inundações e desmoronamento de casas. Nestas circunstâncias, o governo municipal definiu diversas ações voltadas para os “atingidos”.

Dos anos de 2007 a 2008, esses acontecimentos foram amplamente divulgados pela imprensa local. Durante este mesmo período, o Ministério Público passou a representar as famílias atingidas (pelo acidente da bauxita) e exigiu um posicionamento do poder público local e medidas de urgência para o atendimento das famílias que estavam desalojadas. Também exigiu reparações da empresa Mineração Rio Pomba para indenizar as famílias atingidas pelo rompimento da barragem.

Estes eventos iniciaram a formação de arenas locais, que se mobilizaram para denunciar os acontecimentos e a postura do poder público, bem como reivindicar reparações. Ao longo do processo de busca de captação da atenção pública, a arena se reapropriou da pauta federal, já consolidada no que tange à *questão habitacional*, por sua adequação com o contexto catastrófico.

É mobilizado o programa Minha Casa Minha Vida como um recurso de ação coletiva em 2009. Em suma, a publicização das “catástrofes ambientais” e o contexto, em escala nacional, de problematização da *questão habitacional* foram importantes fatores que contribuíram para a decisão de recorrer a um programa nacional, executado no município entre 2010 e 2011.

Para poder se beneficiar dos repasses federais por meio da Caixa Econômica Federal (CEF) e do Ministério das Cidades (MCIDADES), o município instituiu o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social (FMHIS) no

²⁶ No dia 10 de janeiro de 2007, a barragem de São Francisco da empresa Mineração Rio Pomba, localizada na cidade de Mirai rompeu-se, eliminou 2 milhões de metros cúbicos de rejeitos de lavras da bauxita e substâncias tóxicas, alagando várzeas e residências da região de Mirai, Muriaé e ao longo do rio Muriaé.

ano de 2010, que incluía a Secretaria Municipal de Atividades Urbanas, a Secretaria Municipal de Planejamento e Habitação, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e a "sociedade civil organizada".

Também foi exigida a realização de um diagnóstico na área habitacional e um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS). No mesmo ano, a prefeitura contratou a Fundação Israel Pinheiro (FIP), agência de pesquisa estadual, para a realização deste estudo. Após a conclusão do diagnóstico, em junho de 2010, estimou-se que a cidade possuía 14.244 domicílios "inadequados" (moradias construídas em "áreas de risco", também nomeadas de "domicílios em situação de risco ambiental") distribuídos em 57 assentamentos precários de interesse social (dentre estes estão: os bairros de ocupações espontâneas, os loteamentos públicos e os privados irregulares que mencionei anteriormente).

No Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), realizado pela mesma fundação, foram identificadas (tanto na área urbana como nos distritos) as áreas disponíveis para a edificação de habitações de interesse social, de acordo com as disposições do Plano Diretor e de suas Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS).

O mesmo diagnóstico orientou uma política de remoção de 2.166 famílias, que moravam então em áreas de "assentamentos precários de interesse social" em virtude de obras de macrodrenagem do Rio Muriaé e das áreas de risco geológico (FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO, 2010, p. 45). Como se vê, recorre-se à "remoção" como forma de justificar certas orientações de políticas habitacionais que mobilizam diversos aspectos do "risco".

De um lado, pode-se considerar o "risco" como um dispositivo sócio técnico, a partir do qual se redefinem fronteiras da cidade, uma vez que ele permite justificar a remoção de moradores de uma área residencial para outra, cada vez mais distante. Por outro lado, este dispositivo é também mobilizado na situação de avaliar e definir as áreas de construção das habitações do MCMV como meio de "contornar" os riscos.

Com efeito, na primeira fase do programa (2009-2011), o primeiro condomínio foi planejado e construído em uma área rural, priorizando moradores com renda de 0 a 3 salários mínimos. A Fundação Israel Pinheiro (*op. cit*) havia realizado diagnósticos identificando áreas para a construção de conjuntos habitacionais no perímetro urbano da cidade. No entanto, como ilustra a figura 2 (distância entre

Muriaé e o distrito do Vermelho), os gestores públicos não consideraram esta sugestão e escolherem uma área rural para a construção do Condomínio Residencial Nova Muriaé.

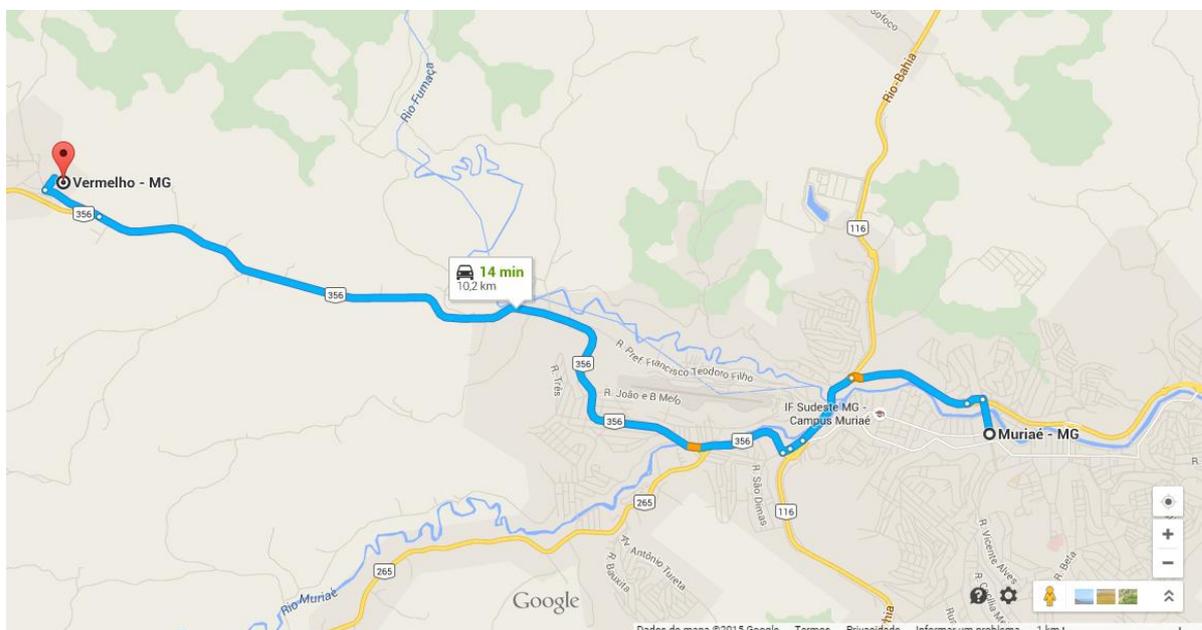


Figura 2 - Distância entre Muriaé e o distrito do Vermelho
Fonte: Google maps, 2015.

Este elemento aponta para a maneira, segundo a qual, foi planejada uma modalidade inédita de *habitação popular* nesta cidade, que aumenta drasticamente a distância social, espacial e moral. Este modelo contrastava com a relação de proximidade espacial e distância social (Chamboredon e Lemaire, 1970) que marcava ciclos anteriores das políticas habitacionais da cidade, podendo perceber uma tendência paulatina em compatibilizar a distância social com a distância espacial desde a década de 1980.

Diferentemente do processo de expansão urbana analisada por Burgess (1925, In: 1970), no contexto da cidade de Chicago, no caso em análise, as áreas da cidade nas quais residem os recém-chegados e as pessoas de gerações sucessivas são, crescentemente, cada vez mais afastadas do “centro”. O “centro” designa como vimos, preferencialmente, uma área de fixação de famílias tradicionais, de homens políticos e homens de negócio.

O processo de expansão urbana apresenta também fortes diferenciações em relação ao modelo concêntrico de Burgess (*op. cit.*), pois a distância em relação ao “centro” aumenta paralelamente, às consequências das políticas habitacionais de

habitação popular. Na continuidade deste processo, a segunda fase (2011-2014) do MCMV em Muriaé, construiu outros conjuntos (casas e loteamentos) para pessoas com renda familiar acima de quatro salários mínimos (nos bairros Chalé, Dornelas, Vale Verde, Vale do Castelo, João VI, Barra II e Porto Belo) próximos ao “centro”, numa radiação aproximada de uns 3 quilômetros.

A cidade conheceu um processo de expansão em um movimento de radiação em relação ao “centro”. Sua urbanização inicial configura a centralidade, em torno da qual, as áreas descritas anteriormente serão habitadas. A partir desta área referencial, se propagam outras *zonas sucessivas de extensão* que descrevi acima. Neste processo, as definições de áreas de *habitação popular* tiveram um papel de destaque não somente para a compreensão do movimento das configurações periféricas da cidade, bem como na redefinição dos sentidos das centralidades e das zonas de transições.

Dessa forma, o último ciclo do processo de expansão urbana se concentra em torno do *condomínio*, nova forma habitacional que redefine escalas periféricas e anuncia um novo movimento plástico da expansão urbana. Diante da criação da nova área, mas ao lado de um distrito distante (funcionando, de certo modo, como *pequeno centro*), alteram-se novamente escalas de distancias e, logo, de proximidade com o “centro”.

Esta construção se acompanhou recentemente da construção de um novo conjunto (figura 3), ao lado daquele que estudei, voltado para populações com mesmos perfis (renda de 0 a 3 salários mínimos). Observa-se então que as políticas habitacionais previstas para populações de renda acima de 4 salários mínimos se territorializam em áreas próximas ao “centro”, enquanto que àquelas de rendimentos inferiores, em áreas distantes do “centro”.



Figura 3 - Condomínio Residencial Nova Muriaé e o Distrito do Vermelho
Fonte: Elaboração própria com imagem do Google Earth, 2015.

O planejamento, construção e execução do Condomínio Residencial Nova Muriaé (CRNM) articulou representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), o órgão financiador do programa; a Prefeitura Municipal, o planejamento e execução, as assistentes sociais e engenheiros responsáveis pela seleção dos beneficiados e uma empreiteira na edificação.

A construção do CRNM iniciou em 2010 e é distante do “centro” cerca de 10 quilômetros como pode ser observado na figura 2. O conjunto se ordena em torno de quatro ruas paralelas (A, B, C e D) e três transversais. Ele é composto de setenta e seis blocos, cada um com quatro apartamentos sendo dois por andar, portanto, trezentos e quatro apartamentos. Cada apartamento, de superfície de 42m^2 , é composto de dois quartos, uma cozinha, um banheiro, uma sala e uma área de serviço. Estes, por sua vez, são separados por paredes de concreto de espessura de cerca de 12 centímetros.



Figura 4 - Foto de um dos blocos do condomínio
Fonte: Prefeitura de Muriaé,2011.

No térreo, há uma pequena área comum que pode ser utilizada para estacionar carro. Alguns moradores a enfeitam com plantas ou cultivam canteiros de hortaliças. Pela escada de concreto, o morador que sobe do primeiro para o segundo andar, pode avistar os interiores dos apartamentos do térreo, motivo de tensão que descrevo posteriormente. Na parte superior, no segundo andar, há uma pequena varanda em frente às casas.

1.4 O papel das assistentes sociais na seleção dos “aptos” a morar no condomínio

As assistentes sociais tiveram um papel de destaque na seleção dos moradores. Para realizar esta tarefa, se reapropriaram das diretrizes federais, em particular, daquelas voltadas para a priorização de populações em *situação de risco*. Os beneficiários prioritários seriam os moradores “atingidos” pela barragem do minério da bauxita e pelos “desastres ambientais”. Porém, os “atingidos” pelo acidente da bauxita se recusaram a morar no conjunto, evocando a sua distância em relação às áreas urbanas da cidade.

Diante desta recusa, os planejadores e executores do programa se fundamentaram nos dispositivos²⁷ para redefinir então a natureza da prioridade de acesso à moradia. Novamente se focalizaram nos outros “atingidos” por “desastres ambientais” e, em outros critérios, como os de *situações de vulnerabilidades sociais*. Neste último caso, consideraram prioritários os beneficiários do programa Bolsa Família (PBF), dos alugueis sociais, mulheres chefe de família, idosos e pessoas deficientes.

Como se vê, os *riscos ambientais* estão associados a um tipo de *vulnerabilidade social*, ambos mensurados pela renda familiar (de até três salários mínimos), redefinindo o sentido do *popular* neste contexto. Os interessados por uma casa deveriam se cadastrar na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (que ocorreu a partir do mês de fevereiro de 2011), responsável pelo processo de seleção dos moradores.

Natália, uma das assistentes sociais que trabalhou na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na época, descreveu os critérios definidos em nível municipal, mas articulados com orientações federais, que nortearam a mensuração da priorização do acesso:

“Nós, do serviço social, priorizamos as famílias com renda de até R\$ 1.350,00, este era o valor da época. Dentre estes, selecionávamos os moradores em situação de risco ambiental, como: casas caindo, moradias construídas em morros e os atingidos por enchentes, esses

²⁷ Os principais dispositivos foram: 1) Lei Federal nº 11.977/2009 que cria o programa Minha Casa, Minha Vida; 2) Portaria 140/2010 - Dispõe sobre os critérios de elegibilidade e seleção dos beneficiários do MCMV; e 3) Portaria 610/2011 - Parâmetros de priorização e o processo de seleção dos beneficiários do PMCMV.

não se discutiram, eram nossas primeiras prioridades, teriam que entrar”. (NATÁLIA, ABRIL DE 2014)

A profissional ainda destacou outros critérios que orientaram o trabalho de seleção, que se centrou na *situação de vulnerabilidade social*, a qual também se tornou o segundo tipo de critério de acesso à moradia no *condomínio*:

“Além destas condições [*riscos ambientais*], os usuários do bolsa família, mulheres chefe de família, idosos e pessoas com deficiência consideramos prioritários também. Uma das condições indispensáveis aos participantes da seleção era o de estar cadastrado no CADUNICO²⁸. Sabe, por que, haveria uma taxa simbólica de pagamento ao adquirir o apartamento, alguns os realizariam com o dinheiro do bolsa família. [...] Durante o processo de seleção, os CRAS [*Centro de Referência da Assistência Social*] contribuíram muito, pois eles conheciam as famílias que viviam em áreas de risco e as condições de moradia na sua área de abrangência.” (NATÁLIA, ABRIL DE 2014)

A entrevista com Natália ocorreu em abril de 2014, numa sala do CRAS. Ela estava sentada na cadeira atrás da mesa, vestia calça jeans e blusa azul, o corpo em posição reta. Explicou-me:

“Muitas das pessoas desistiram no início, uns acharam longe, outras não tinham como trabalhar, pois, os horários dos ônibus não eram flexíveis, não tinham carros ou motos. Outros, ainda, quando vieram no distrito e ao ver que não havia estrutura [*escola, posto de saúde, mercados, transporte e lazer*] foram desistindo. [*Entonação mais baixa e se aproximando de mim, continua*] Prometeram muitas coisas que não foram cumpridas, por isso ficam revoltados, outros se mudaram.” (NATÁLIA, ABRIL DE 2014)

A assistente social Natália relata que a chegada repentina de novos moradores ao conjunto habitacional, não se acompanhou do aumento da frota de ônibus, serviços e infraestruturas urbanas. Não houve planejamento na escolha do distrito para se ajustar ao aumento populacional local. A entrevista ocorreu na sede do CRAS. Por este motivo, ao longo de sua fala, Natália baixou várias vezes o tom de voz, verificava se havia alguém ouvindo. Estes gestos manifestavam

²⁸ O CADÚNICO (Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal) do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) é um mecanismo que identifica famílias de baixa renda e que vivem em situações de vulnerabilidades sociais. A partir dele, o poder público formula e implementa políticas específicas e seleciona os potenciais beneficiários dos programas sociais.

desconfiança e medo, principalmente quando a assistente social criticava o programa.

Em outra entrevista, a assistente social Aparecida me relatou que selecionaram um público maior que o número de unidades habitacionais:

“Recebemos orientação para enviar um número maior de cadastros, não me lembro quantos foram. Quando a documentação chegasse à Caixa Econômica Federal, iriam conferir se havia alguma pendência ou informação errada. Cruzariam as informações registradas no formulário de inscrição com o sistema da própria caixa. Nós, não sabíamos se as pessoas omitiam alguma informação, tipo: se haviam outro financiamento, se era casado ou não, depois seria confrontado se os inscritos tinham conta conjunta, essas coisas. Foi por isso que enviamos um número maior, dentre os que foram, escolhemos dentro dos critérios [*Perguntei: quais mesmo?*], renda que não ultrapasse os 1350,00, as famílias de riscos, do bolsa família, mulheres [...]” (APARECIDA, ABRIL DE 2014)

Uma vez realizados o cadastro e a seleção das famílias “aptas”, as assistentes sociais encaminharam a documentação para a Caixa Econômica Federal (CEF). Os futuros moradores quando foram informados (alguns por correspondência via correio outros pela ligação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) que haviam sido contemplados pelo programa, foram convidados para um “sorteio” que ocorreu no próprio conjunto.

O objetivo era o de distribuir os apartamentos por família aleatoriamente, certamente como modo de evitar conflitos entre os moradores selecionados. O sorteio ocorreu no dia 29 de julho de 2011. Nos meses de agosto e setembro de 2011, cerca de 1200 pessoas se mudaram progressivamente para os 304 apartamentos do *condomínio*, depois de realizar alguns reparos nos apartamentos, conforme solicitado pelo engenheiro da Caixa Econômica Federal.

Questionei à Aparecida a origem residencial dos beneficiários, assim relatou:

“A maioria dos moradores são do bairro Santana e do Aeroporto, eram os mais atingidos por estarem nas áreas de riscos. O bairro Santana todo ano tem enchente, alaga e os moradores tinham de sair de casa, principalmente os que viviam às margens do Rio Muriaé. Os do bairro Aeroporto foram àquelas famílias que algumas casas caíram e outras racharam na chuva que ocorreu em 2008. Vieram também do bairro Santa Terezinha, São Joaquim, São Cristóvão, Barra, Prainha, São José, Patrimônio, de outras áreas de risco. Ao final, quando não havíamos preenchido todas as vagas dos apartamentos, por que uns foram desistindo, demos prioridade para

os moradores do Vermelho, Pirapanema e das zonas rurais daqui [do entorno onde foi construído o condomínio]. [Ao final perguntei: e os atingidos pela bauxita?], vieram alguns, principalmente os do bairro Santana e Prainha, àqueles que estavam com a casa caindo, tiveram de sair”. (APARECIDA, ABRIL DE 2014)

Na entrevista com Aparecida, observei que as assistentes sociais selecionaram famílias de vários bairros da cidade, principalmente àquelas que estavam nas “áreas de riscos” [enchentes e desmoronamentos], prioridade esta mensurada com o critério da renda, seguindo, assim, as disposições e orientações da legislação federal.

Outras duas assistentes sociais, Luciana e Natália, descreveram como foi o encontro destes moradores, de variados “bairros” no *condomínio*.

“Depois que realizamos a seleção e eles vieram morar no condomínio, fomos perceber o resultado de misturar pessoas de vários bairros. Quando chegaram, pouco tempo depois, começaram as brigas entre os vizinhos e os roubos. Vieram pessoas que tinham problemas anteriores e algumas rivalidades entre bairros, o que piorou. As famílias selecionadas trouxeram seus familiares, sabem como são estas famílias, muita gente, alguns nem foram declarados no formulário de inscrição, como: filhos, netos, sobrinhos. Alguns deles já mexiam com essas coisas [tráfico], quando percebemos não podíamos fazer nada. Somos criticados por não termos realizado a seleção direito, mas o que é fazer seleção direito? É direito, se estava dentro dos critérios, não podíamos recusar.” (LUCIANA, MARÇO DE 2014)

“Diogo, selecionamos os moradores que satisfaziam os critérios da Caixa. Quem tinha direito, nós colocamos para participar da seleção, mas a prioridade foram os que estavam em risco mesmo. Não podíamos excluir ninguém, e outra, não seria nós [assistentes sociais] que proibiríamos a vinda dos netos e filhos que mexiam com tráfico e essas coisas. No de agora [referência ao condomínio vizinho da segunda fase do MCMV] recomendaram para termos mais cuidado em quem vamos selecionar. Não é fácil, as pessoas nestas situações vivem nessas condições.” (NATÁLIA, ABRIL DE 2014)

A proximidade dos moradores selecionados foi mais um motivo de disputas e controvérsias (tanto por parte dos moradores do *condomínio* quanto dos vizinhos antigos, o que será analisado no capítulo 2). Luciana se referiu a “confusão” ao fato de que os selecionadores não haviam considerado os bairros originais dos moradores, dentre eles, traficantes; ao “misturá-los” emergiram novas disputas internas. Este momento anuncia o ambiente da reconfiguração dos padrões das

sociabilidades, internas e externas, decorrentes da presença de um *condomínio popular*.

Estas sequências de acontecimentos apontam para os ciclos que compõem a trajetória do problema social gerado inicialmente por um “desastre ambiental” (Spector e Kistsuse (ano) *apud* Freire, 2015a *no prelo*). No primeiro ciclo, o problema social é iniciado com uma “catástrofe ambiental” que implica em um processo de reparação para os “atingidos”. Porém, o problema é reorientado após a recusa dos “atingidos”, o que implica em uma redefinição de parâmetros de seleção. Novo ciclo ainda pode ser delineado a partir da fixação dos moradores no condomínio, que ressignifica o problema inicial, se articulando, como veremos, com a *linguagem da violência urbana*.

Este contexto interfere sobre os modos de problematizar a *habitação popular* em uma cidade média e sobre a natureza das reapropriações locais de uma política social. Sem considerar este ambiente, parece-me difícil analisar este programa habitacional. Pois, seguindo os modos de problematização ao longo dos diferentes ciclos, é possível compreender o que singulariza estas experiências de políticas sociais, que divergem de um contexto urbano para o outro, mas que apresentam muitos pontos comuns de caso em caso.

CAPÍTULO 2 – DO “SORTEIO” A MORADIA NO CONDOMÍNIO: TRANSTORNOS E AS RELAÇÕES DE VIZINHANÇA

O *problema habitação popular* pode ser considerado como uma trama que enquadra as experiências residenciais que analiso neste capítulo. Por este motivo, proponho compreender as consequências do programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV) nas experiências de moradia do *condomínio*. Descrevo como os moradores (e seus pontos de vista) qualificam suas novas experiências e problematizam suas mudanças para o *condomínio* a partir de agosto de 2011.

A confrontação do *pano de fundo* do primeiro capítulo com estas experiências particulares permite a compreensão de muitas das tensões internas e externas entre os vizinhos do condomínio e suas adjacências. Estas tensões eram também assuntos recorrentes de conversas no distrito, na cidade e objeto de matérias de jornais locais. O *morar* encobre então novos significados que resultam, dentre outros aspectos, de uma nova experiência de sociabilidade urbana.

2.1 “É no sorteio que começa nossa história”

Em uma manhã de março de 2014, Eduardo narra a trajetória que o tornou morador do condomínio: “entreguei a documentação lá na prefeitura, tudo certinho, achamos que nem íamos conseguir, tempos depois [*franze a testa para lembrar a data*] recebemos uma carta, tínhamos ganhado a casa [*um leve sorriso no seu rosto*], rapaz, ficamos felizes, moramos sempre de aluguel. Ficamos sabendo com o pessoal da prefeitura que tinha o sorteio para saber o apartamento que iríamos ocupar”.

Ele recebeu uma correspondência que concretizou o alcance do “sonho da casa própria”. Contando esta notícia, ele sorri e lembra-se dos longos anos de “aluguel”. O “aluguel” era visto como um tempo de espera necessário, quase um rito de passagem, para a aquisição da “casa própria”. Continua:

“Não estava animado, a Maria [*esposa*] estava. Não conhecíamos o distrito do Vermelho. No final de julho viemos pela primeira vez, no dia do sorteio mesmo, vimos a casa, gostamos. Foi difícil chegar aqui, por que não havia muitos horários de ônibus e estavam lotados

de passageiros. Lembro bem, no dia do sorteio havia muitas cadeiras nesta rua [aponta o dedo para a rua próxima à área de lazer]. No condomínio tinha muitas pessoas, alguns dos moradores estavam com móveis no caminhão, esperando decidir o local que iriam ocupar.” (EDUARDO, MARÇO DE 2014)

Neste relato, observei certo desânimo, associado ao momento em que percebeu a distância de 10 quilômetros em relação ao “centro”. Descreve os deslocamentos em ônibus lotados, devido à escassez da frota no trajeto do condomínio ao “centro” e vice-versa. Raros são os moradores que possuem carros. Neste primeiro encontro, Eduardo lista as dificuldades que traduzem no curto, médio e longo prazo uma decepção situada, no tempo, a partir do “sorteio”.

O “sorteio” foi realizado no próprio condomínio no dia 29 de julho de 2011. O “sorteio” era uma exigência da Caixa Econômica Federal para definir a distribuição dos apartamentos para as famílias beneficiadas²⁹. Reuniu os moradores selecionados, políticos locais, gerentes da CEF e jornalistas. Os moradores encontravam-se próximo à área de lazer e aguardavam o momento de retirar a chave da “cumbuca”, na qual foram depositados os números dos blocos e dos apartamentos.

O “sorteio” foi a *ocasião social* (Goffman, 2010) durante a qual os moradores se conhecerem pela primeira vez. Anunciava, assim, as futuras relações de vizinhança. Logo, nesta primeira co-presença, pode-se observar uma análise mútua detalhada dos futuros vizinhos, tanto referente às suas aparências quanto às suas condutas.

Eliane, outra moradora, disse: “éramos importantes, veio todo mundo, havia muitos pavões [referindo-se as autoridades e personalidades presentes], no dia é que fomos saber quem seriam nossos vizinhos, quando observei o comportamento dos futuros moradores, meu filho! Logo pensei que não daria boa coisa. [...] Teve um feijão, o pessoal atacou, foi engraçado [...]”.

As impressões sobre os moradores do *condomínio* descritas por Eliane se elaboraram nos primeiros contatos no dia do “sorteio”. Observava e avaliava detalhadamente os comportamentos que poderiam apresentar sinais de distúrbios ou incômodos posteriores (como ela disse: das pessoas que “não dariam boa

²⁹ A Caixa Econômica Federal estipulou o prazo de trinta dias após o sorteio para os beneficiados realizarem as mudanças para o conjunto. As mudanças para o Condomínio Residencial Nova Muriaé ocorreram progressivamente, iniciou no mês de agosto de 2011 e se intensificou no mês de setembro do mesmo ano.

coisa”). Paralelamente, também se esforçava para preservar aparências normais (Goffman, 1978) e cuidava com muito controle da gestão da impressão que provocaria.

O “sorteio” é frequentemente evocado pelos moradores nas conversas e/ou nas entrevistas. Inicialmente, me pareceu que a repetição orientava as narrações de pontos temporais da trajetória residencial. No entanto, observei que o “sorteio” se tornava, em diferentes momentos, um recurso a partir do qual se problematizam a transição entre uma experiência habitacional e outra, marcadas pelo acesso à “casa própria”.

Joaquina, outra moradora, referiu-se às situações que antecederam o “sorteio” e os sentidos que atribuía à “casa própria”. Inicialmente, eu tinha solicitado a ela me descrever a moradia anterior e me explicar os motivos pelos quais se cadastrou no MCMV. Ela mencionou que fora procurada por uma assistente social pelo fato de que sua outra casa era localizada em “área de risco” [*às margens do rio Muriaé*] e por ser “idosa”. Após explicar o “antes”, ela descreveu ainda sua reação quando foi contemplada:

“Sabe meu filho, eu vinha no condomínio para acompanhar a construção. Os homens [*referência aos trabalhadores das obras*] me deixavam entrar, eu me sentava no meio fio deste bloco [*aponta o dedo para a rua*]. Pedia a Deus que qualquer lugar estava bom para mim, mas se pudesse ser aqui [*o apartamento onde reside*], seria bom, queria morar na entrada. Eu nunca tive minha própria casa, vivia em um quarto pequeno com um fogão de duas bocas, uma geladeira velhinha, mas quebrava o galho e um colchão esticado ao chão. Certa vez, fui ao banheiro da rodoviária, ele era grande, observava-o e conversava comigo mesmo: Ah! Se eu tivesse um espaço como esse [*pausa, estava emocionada. Em seguida retomei o assunto, e continua*]. Chegou uma carta na minha casa, onde morava, minha netinha me entregou e disse: vovó ganhou a casa. Não acreditei, ajoelhei e agradei a Deus. Olha como Deus olhou por mim. No dia do sorteio levei minha netinha, ela pegou a chave, em seguida, fui procurar o local onde ficava o apartamento, era aqui mesmo [*chora*].” (JOAQUINA, ABRIL DE 2014)

A correspondência anunciava um “milagre divino”, a aquisição da “casa própria” é vista como dom de Deus, contrastando com a linguagem dos direitos. Ela se emocionou, lembrando de sua chegada e das expectativas deste “dom de Deus”. Logo depois, os choros se intensificaram percebendo o contraste entre sua expectativa e o momento de hoje. O choro estava diretamente relacionado com “a

humilhação” que tinha acabado de vivenciar, antes desta conversa. No dia houve uma “operação” das polícias militar e civil, sua casa foi invadida quando ela tinha saído de casa para uma consulta médica. A “operação policial” era mais um acontecimento que, pela sua gravidade e se somando a outros, realçava o seu desamparo.

Essas problematizações têm no “sorteio” uma narrativa temporal de suas experiências residenciais iniciais que marcaram este primeiro momento. No entanto, após as mudanças para o local, a Caixa Econômica Federal havia exigido a formação de um *condomínio* e a designação de um síndico. O síndico foi escolhido em uma reunião, organizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social com mais ou menos sete moradores, anterior ao “sorteio”. Nesta ocasião, ainda se definiu os nomes da diretoria, basicamente em função das pessoas presentes. Ainda foi fixado o valor da taxa de condomínio no valor de vinte reais mensais para a manutenção e pagamento de funcionários (porteiro e varredor de rua).

Nos raros encontros de organização entre o síndico, os diretores e os poucos moradores que participaram destes encontros, Eliane, uma das participantes, comentou algumas das exigências que o João [*coordenador do trabalho técnico do município*] levantava nas reuniões em relação aos modos de morar no *condomínio* que ela comparava, por contraste, com o que podia se observar atualmente:

“O João disse que não poderia ter cachorro e nenhum outro animal, olha agora um passando, fora os porcos, cavalos, galinhas, periquito e papagaio [*risos*]. Não poderia fazer varal na frente das casas para estender roupa, já observou, até nas ruas tem. Aqui, Diogo, era tudo fechado, não tinha interfone, mas o porteiro vinha avisar quando vinha visita, entravam com nossa autorização. Colocávamos o lixo nos contêineres que ficava na entrada principal, entregavam carta, tudo direitinho, porém, poucos pagavam a taxa. Olha como estão agora, até puxadinhos uns já fizeram, até bar tem. No início, o síndico colocava um som na área de lazer para ouvirmos, principalmente para os velhos que não tem nada para fazer. Era tudo certinho e bonitinho, durou pouco [*perguntei quanto tempo*], uns três meses. Hoje está parecendo uma favela, o pessoal da cidade chama aqui de Carandiru.” (ELIANE, MARÇO DE 2014)

O modo de vida identificado como sendo aquele do condomínio, nos termos de Eliane, durou pouco tempo. Ela chegou a delimitá-lo temporalmente, em torno de uns três meses. Após este período, observou mudanças no cotidiano do que apresentavam rupturas com as regras inicialmente definidas. Após este prazo,

descreve como o lugar se descaracterizou e, na seqüência, associa o condomínio à *favela* e ao presídio “Carandiru”.

Outras mudanças podiam ser observadas: as salas dos apartamentos se tornaram pontos de comércio (pequenas mercearias, lanchonetes e bares). Segundo esta mesma moradora, os comércios também descaracterizaram. Os comerciantes com os quais conversei, justificaram suas atividades como uma estratégia de obter alguma renda em um ambiente desprovido de serviços e comércios. Estes comércios também são razoavelmente frequentados pelos moradores, pois permitem evitar a locomoção até o distrito ou o “centro” da cidade.

Em relatos de outros moradores, estas mudanças estão relacionadas com outros acontecimentos, como também pela infraestrutura. Em uma tarde de maio de 2014, conversei com Teresa. Com cabelo amarrado por um lenço, estendendo roupas no varal atrás de seu apartamento, explicou-me sua indignação. Comentou situações posteriores que provocaram indignações em relação ao condomínio, sentindo-se “jogada” naquele conjunto:

“A prefeitura e a caixa nos sacanearam. Em trinta dias, isso mesmo, trinta dias exato, ocorreu uma tempestade, foi tão forte que destelhou apartamentos e alguns encheram de água. Essas canaletas não deram conta de toda água, desceu barro do morro e, na frente do condomínio nem podíamos andar direito por causa do barro, íamos trabalhar com barro nos pés. Fomos reclamar com eles [*com quem?*], com a Caixa e as meninas da prefeitura [*assistentes sociais*]. Você acha que eles vieram arrumar, disseram que viriam, cadê, veio? Isso nos revoltou, construíram para gente morar, não somos animais e nem qualquer pessoa, pagamos por isso. Para você ver, nem piso tinha, nós que fomos colocando. Jogaram-nos com tudo errado, quando viemos morar é que percebemos os erros, até hoje nada fizeram, depois disseram que a responsabilidade era nossa, que aqui é condomínio, isso não funciona, aqui é um bairro de Muriaé.”
(TERESA, ABRIL DE 2014)

Nestes dois últimos relatos, observei o teor da vulnerabilidade da experiência de moradia e o profundo desamparo por ele provocado. Também se destacam as tensões que emergem nas rotinas de *habitar* este conjunto. A qualificação do *habitat*, possível apenas quando ele é experimentado, passando de um regime divino para um regime de proximidade (Thévennot, 2006), como Eliane apontou, é intrinsecamente acompanhado de mudanças emocionais que indicam também certas mudanças na ordem social do condomínio.

Em ambos os casos, nos relatos de Eliane e de Teresa, observei a mobilização de repertórios variados de “animais”. No caso de Eliane, surge como modo de se referir ao transtorno de ver “porcos, cavalos, papagaios” circulando no seu *habitat*, apesar de proibições regulamentares em torno da presença de animais. No Caso de Teresa, o mesmo termo emerge como modo de explicitar um sentimento de injustiça e denunciar como os moradores foram “jogados” no conjunto como “animais”.

Aproximando estes dois relatos, que acionam o repertório da “animalidade” em contexto, as fronteiras sobre “homens” e “animais” tornam-se opacas. Interpretando Eliane a partir de Teresa e vice-versa, parece-me que tal discurso aponta para uma questão em torno do significado de relações de vizinhança que implicam a presença de animais e, por outro lado como se um relato ecoasse com o segundo, do tratamento de humanos como animais.

Ainda que ambas as moradoras acionem o repertório do “animal” de modo muito diferenciado, sua presença efetiva ou sua aproximação cognitiva se apresentam como caixas de ressonância. Percebe-se que Teresa ancora sua indignação no tratamento desumano que a conduziu fundamentar uma denúncia no tratamento animalesco dos moradores.

Em suma, esta caixa de ressonância entre ambas as moradoras aponta para uma complexificação do que a autora denominou de *regime de desumanização* (Freire, 2010) ou, posteriormente, de regime de *humanidade degradada* (Freire, 2014a). No caso da autora, refere-se a um quadro moral que orienta os modos segundo os quais pessoas problematizam a desumanização (ou momentos nos quais sentem suas humanidades desqualificadas) como uma *forma crítica* de moradores de favelas da cidade do Rio para denunciar, no caso de Freire (*op. cit.*) violências policiais.

A *humanidade degradada* torna-se um recurso da ação coletiva para elaborar denúncias em um incerto (porém provável, do ponto de vista dos moradores de favelas em análise) horizonte de efetivação de reivindicação de seus *direitos*. No caso e no contexto destes relatos, os modos de problematizar estas fronteiras entre humanos e não humanos parecem adquirir outros significados.

Paralelamente, a indignação de Teresa em relação à infraestrutura reflete outros sentidos de injustiça dos moradores com os quais conversei. A “tempestade” tornou-se outro momento de questionamento da tipologia de moradia por este e

outros moradores. Porém, apesar de suas denúncias públicas, estes debates nunca captaram atenção pública, pelo menos do início até o fim de minha pesquisa. Além disso, o condomínio nunca fora reconhecido nos termos definidos pela CEF e prefeitura, alegando “inadimplências” e “problemas organizacionais”.

Percebendo este difícil horizonte de publicização, os moradores procuraram os órgãos executores do programa para cobrar a resolução da situação. Para tanto, como é possível perceber no relato de Teresa, os moradores acionam a categoria “bairro” como modo de justificar a urgência da resolução da situação e de engrandecimento da causa em outra escala, como recurso de dar maior celeridade ao tratamento do problema. Porém, sem nenhuma intervenção em relação aos problemas estruturais que se colocaram após a “tempestade”, o *condomínio*, construído no quadro de um modo de tratar *o problema habitação popular*, tornou-se um problema para seus moradores a partir deste momento.

Em vários momentos, moradores se referiam à sensação de ter se sentido lesado ou “enganado” poucos meses após suas mudanças. Em alguns casos, além da distância e dos outros aspectos apresentados, os critérios de acessibilidade na fase de alocação dos apartamentos nem sequer foram considerados. O caso de Juliana é expressivo, ao extremo, deste outro tipo de sentido de injustiça:

“Vê se pode menino, quando realizei o cadastro, preenchi que tinha um filho na cadeira de rodas, pois disseram que o apartamento seria adaptado. Quando cheguei ao condomínio, no meu apartamento não tinha rampa, fiquei puta, pelas portas não passava a cadeira, toda vez que precisava sair ou entrar, os vizinhos ajudavam. Reclamei com elas [as assistentes sociais do CRAS] não resolveram, fui até o prefeito, nada. Peguei meu filho e fomos até à câmara de vereadores, fiz um barraco, falei na tribuna, sou barraqueira mesma, não é que resolveram na mesma semana, aí veio prefeito, vereador, veio tudo.” (JULIANA, JUNHO DE 2014)

O “barraco” expressa uma modalidade de reação pública aos modos segundo os quais foram distribuídos os apartamentos. Neste caso, diante do caráter absurdo da concessão do apartamento para uma família com um filho cadeirante, Juliana denuncia o caso e toma voz em público em duas sequências de escalas crescentes: procura, em primeiro lugar, diferentes contatos pessoais com assistentes sociais e o prefeito. Em ambos os casos, estas iniciativas não provocaram nenhum efeito. Logo, em um segundo momento, Juliana avalia que a única alternativa é o “barraco” em

uma “tribuna” da câmara de vereadores, que traduz a dimensão para que sua tomada de voz seja ouvida e reconhecida.

Os casos denunciados por Tereza e Juliana tiveram repercussões variáveis. Aquele de Juliana foi publicado em um jornal local. No *condomínio*, os dois casos eram muito comentados nas conversas cotidianas dos moradores. Estas conversas, aos poucos, contribuem para a formação paulatina de uma arena mobilizada em torno das condições de vida dos moradores:

“Nós, os moradores, reunimos após a tempestade. Uma série de coisas vinham ocorrendo: acidentes no asfalto [*rodovia*] que fica em frente ao condomínio, certa vez um morador do Vermelho morreu atropelado; não há passarela para atravessar o asfalto, há pouco tempo construíram o acostamento e o ponto de ônibus; não tinha ônibus para levar os filhos na escola. Os meninos [*filhos*] quando vão à escola ou até quando vamos trabalhar, não sabemos se voltaremos vivos, isso preocupa. No início não tinha vagas na escola, os profissionais do Posto de Saúde não queriam nos atender, orientavam a ir ao PSF do bairro Patrimônio, olha a distância? Prometeram muitas coisas e sumiram, nada foi feito. Certa vez, a mulherada deu em cima do vereador, o imprensamos na parede para resolver essas coisas. Não sei se lhe contaram, um dia paramos a BR, colocamos fogo em pneus, deu polícia, corpo de bombeiros, o pessoal da prefeitura veio, depois disso é que foram olhar um pouco para nós. Fora as outras coisas que vinham acontecendo.”
(MARLEY, MAIO DE 2014)

Como se observa neste relato, pouco tempo após a mudança no condomínio, as indignações dos moradores não cessam de aumentar ao passo que eles decidem realizar uma primeira mobilização. Além da precariedade das habitações, casos de roubos, tráfico de drogas e assaltos também se multiplicam. As indignações culminam, em abril de 2012, na decisão coletiva de organizar uma manifestação, paralisar a rodovia (BR 356), de tráfego intenso, na altura do condomínio.

A paralisação da rodovia foi um modo de captar a atenção pública para a precariedade e riscos das condições de moradia. Os moradores procuravam ainda inserir o tratamento de suas reivindicações e novas pautas na agenda pública municipal. Dentre elas, podem-se apresentar as mais importantes: “políticas de segurança pública” no conjunto; construção de uma passarela para a travessia de pedestres; melhorias na sinalização da BR; maior acesso aos serviços de saúde, educação, transporte coletivo; melhorias da infra-estrutura dos apartamentos.

Marley observou que esta mobilização provocou certo efeito e que o “poder público olhou para nós”. As respostas foram bastante esporádicas: 1) a prefeitura financiou a implementação de um CRAS no distrito; 2) a empresa Eromave aumentou a frota de ônibus; 3) o governo municipal financiou obras em escolas, ampliando suas estruturas físicas e aumentando o número de vagas. Apesar destas iniciativas, as representações sobre o *condomínio* como lugar de risco e de violência permaneciam.

No mesmo relato, Marley, baixando o tom de voz, observou que “outras situações estavam acontecendo”. Ela se referia à presença do tráfico e de novas modalidades de recursos à força que refletiam drasticamente na ordem condominial:

“No início tinha muitos roubos, agora tem pouco, parece que os meninos andaram se organizando e diminuiu. Se saíssemos de casa, corríamos o risco de voltar e não ter nada, mesmo assim, não confio, quando tenho de sair deixo meu filho ou marido vigiando. Esses meninos são novos, andam armados e fumam maconha para todos verem. O condomínio já não funcionava, foi virando isso como você está observando, abandonado e nós presos dentro da própria casa, não saio por que não tenho condições de voltar a pagar aluguel.” (MARLEY, MAIO DE 2014)

A presença do tráfico é problematizada como um processo crescente, que também inclui o personagem dos “ladrões”. Inicialmente, a presença de traficantes era observada em situações pontuais, que se multiplicavam cada vez mais. Uma interlocutora associou esta presença com o rompimento das regras iniciais, que provocou outra ordem moral. A fixação do tráfico de drogas anunciou um novo ciclo na sociabilidade condominial:

“Estava ocorrendo muitos problemas, brigas entre os próprios vizinhos e ninguém resolvia nada. O antigo síndico menos ainda, foi ele quem deu moral para o tráfico. A polícia vinha muito aqui, era muita droga, roubo, assalto na entrada do condomínio, com isso, moradores gradearam as janelas e as portas dos apartamentos para evitar roubos. Ele [*síndico*] abriu as grades para os vagabundos [*traficantes*] fugirem quando a polícia viesse. Desse momento em diante começou a piorar, alguns moradores se mudaram enquanto outros, por conta de dívida com o tráfico, foram expulsos. O condomínio já não funcionou mais.” (RENATA, ABRIL DE 2014)

Renata descreveu os problemas que impossibilitaram a organização condominial *stricto sensu* (nos termos definidos pela CEF). Os principais

relacionavam-se com o descontentamento decorrente das consequências da “tempestade”, da falta de pagamento da taxa, pois, moradores “perceberam que o dinheiro não revertia em melhoria e pararam de pagar”. Sobretudo, na virada do ano de 2011 para 2012, o condomínio se transformou em um palco de negócios do comércio de drogas.

Neste momento, a figura do síndico perde sua legitimidade e, neste processo, o projeto de condomínio *stricto sensu* se evapora. A ação coletiva que resultou na paralisação da rodovia não teve continuidade após a fixação do tráfico de drogas. Com a profissionalização do tráfico e da construção de sua rede de sociabilidades fechadas locais, há um crescente processo de ajustamentos morais por parte dos moradores à ordem de força (Freire, 2015), delineando um novo ciclo das sociabilidades condominiais, o que será objeto de análise do terceiro capítulo.

2.2 Tensões e conflitos nas relações de vizinhança

Ao longo dos anos, as relações entre os moradores, de modo crescente, tornaram-se cada vez mais tensas e conflitantes. Muitos transtornos resultaram de relações de vizinhança que são cada vez mais vivenciadas como *insuportáveis*. Nos primeiros momentos da pesquisa de campo, as brigas me foram apresentadas a partir dos efeitos da precariedade da habitação. Por exemplo, moradores mencionavam incômodos sonoros de vizinhos e “perda de privacidade” que atribuíam às paredes finas dos apartamentos.

Os apartamentos foram entregues com algumas imperfeições e sem acabamento. A “tempestade” destelhou alguns blocos, causou infiltrações, mofos e problemas estruturais. Quando isto ocorreu, após “a tempestade”, os vizinhos entram em contato uns com os outros, neste momento, inicia-se uma problematização coletiva em torno das condições de vida. No entanto, alguns moradores se ausentaram destas discussões, o que foi motivo de conflito entre vizinhos.

Neste momento, se fixam as impressões sobre seus vizinhos. Por exemplo, moradores diretamente afetados pela “tempestade” recorrem ao repertório da necessidade de formação de uma coletividade. Porém, outros moradores, consideram que a responsabilidade dos danos sofridos pelo atingido era da “caixa”

(como modo de não se engajar na causa coletiva). No processo de elaboração da arena, a figura do síndico seria aquela que mediaría estas relações. No entanto, isto não ocorreu.

“Os moradores viviam em casas, alguns em barracos, não deste modo [*em condomínio*], muitos não sabem o que significa. Há o regimento, eles desconhecem e os que tem conhecimento já não seguem as regras estabelecidas. Os profissionais da prefeitura deveriam ter realizado um trabalho educativo com os inquilinos de como morar e viver em condomínio, o que não ocorreu. Nas reuniões, que foram poucas, nem todos compareceram. O resultado de jogá-los sem estas orientações foi desastroso, foram dando brigas e desentendimentos, que poderiam ter sido resolvidas se o condomínio funcionasse também. Poucos são os vizinhos que se entendem. Por exemplo, essa semana o senhor Filipe se mudou, a caixa d’água dele ao encher transbordava e inundava seu apartamento e, para piorar, a infiltração se estendeu para o apartamento debaixo. Era uma briga, pois o vizinho que mora no primeiro andar o responsabilizava. (RENATA, MARÇO DE 2014)

A trajetória residencial dos condôminos, do ponto de vista desta moradora, permite compreender parte das tensões decorrentes dos modos de problematizar a infraestrutura. Ela ainda se refere à ausência de um “trabalho educativo” dos executores, que seria uma condição para viver juntos.

Durante as conversas que tive com os moradores, perguntava frequentemente como era morar no condomínio e como era a relação com os vizinhos. No início, respondiam que não havia problemas e que as relações eram “boas”. Porém, ao longo da observação participante, as situações de tensões emergiam nas relações de vizinhança. Foi, portanto, em um momento mais adiantado da pesquisa de campo que os moradores problematizavam as dificuldades cotidianas que enfrentavam:

“Coloquei este alumínio debaixo da escada [*aponta para o fundo da escada*], as pessoas ao subirem e descirem observavam dentro de casa, não tinha privacidade, conversei com os vizinhos do segundo andar e a que mora ao lado. A que mora ao meu lado deveria ter ajudado, pois a incomodava também, ninguém deu a mínima, coloquei sozinha. Olha que ajudou ela também [*aponta o dedo em riste para o apartamento ao lado*]. As pessoas passavam e olhavam dentro de casa, isso incomodava, tenho minhas coisas [*móveis e eletrodomésticos*], roubam muito, por isso também coloquei o mais rápido.” (MARIA, MAIO DE 2014)

“A prefeitura deveria ter construído casas com quintais, olha para cima, quantos pastos, espaço tinha, mas foi acordo deles. No início, o lixo ficava nas latas que ficavam na frente do condomínio, agora fica em nossas portas, dependendo do lixo, fede, eles limpavam as ruas com frequência, avisavam quando recebíamos visita, era tudo fechado com grade. O condomínio funcionou uns três meses, ele [síndico] nos roubou e não investiu o dinheiro dos poucos que pagavam, parei de pagar, mas eu queria que funcionasse, era direitinho. Os moradores não se importam, jogam as coisas de cima para baixo, cai na minha porta, tenho que agüentar, é vizinho. Às vezes eu falo e peço que não joguem na minha porta, noutro dia uma vizinha me chamou de velha chata, outro, quando pedi para abaixar o som, me mandou tomar no cu.” (RUTH, ABRIL DE 2014)

“Os vizinhos escutam, alguns ficam escutando, o que falamos dentro de casa, as paredes são finas e estamos muitos próximos uns dos outros, temos que tomar cuidado, quando vira fofoca, ela se espalha pelo condomínio. Certa vez, comentei sobre a Elaine, não foi nada demais, ela veio brigar comigo, disseram a ela que a chamei de barraqueira e piranha, não conversamos, e me chama de fofqueira pelas ruas do condomínio.” (ALINE, ABRIL DE 2014)

Estes relatos apontam para diferentes dimensões dos modos de se engajar na proximidade e na familiaridade, ou nos termos de Thévenot (2006) e Breviglieri (2012), no *regime do próximo*. Os incômodos, tensões, transtornos e conflitos descritos se inscrevem nesta relação com “o próximo”, “o vizinho”, “o familiar”. Nestes relatos, são narradas experiências de *insuportabilidade* que decorrem dos modos segundo os quais o convívio íntimo representa um *viver-junto no limite*.

Como se vê, os incômodos são provocados por diversos motivos e podem se tornar dramas do ponto de vista do morador atingido, na sua intimidade, pelo outro. O “lixo” que uns jogam na porta de outros, o “som alto” ou os *voyeurs* são frequentemente levantados como experiências de vizinhanças insuportáveis. Em alguns casos, moradores conseguem encontrar recursos para se proteger da invasão do vizinho, como uma moradora idosa que fixou uma chapa de alumínio para evitar que ela e seu envelope, sua casa, sejam expostos ao olhar alheio ameaçante do vizinho. Nestas situações, muitos moradores exploram, de modo desesperado, soluções e estratégias para contornar a exposição de si ou minimizar esta presença desmedida do vizinho e garantir a preservação de si.

A “perda da privacidade”, frequentemente evocada pelos moradores, se relaciona, de um lado, com as próprias características estruturais e arquitetônicas das casas. Por outro, é também associada à proximidade e convivência forçada entre moradores de perfis variados: “velhos”, “ladrões”, “traficantes”, moradores que

moravam antes na zona rural, outros da zona urbana (conhecidos como “barraqueiros”). O encontro desta pluralidade de personagens vizinhas no condomínio foi literalmente produto do acaso (o “sorteio”), sem margem de escolha. Em suma, o convívio forçado, como vimos, era motivo de tensão e de aflição desde o início, que se traduzia rapidamente em enfrentamentos e, no limite, em recurso à força.

A análise de Goffman (2011) sobre as interações de face a face e dos esforços que pessoas fazem para preservar suas fachadas como exigências do *viver junto* contrastam com o que observei no caso deste condomínio. Diante das características das relações de vizinhança: 1) tornava-se extremamente difícil, para os moradores, preservar sua fachada e administrar as impressões que passavam aos vizinhos diante da implicação da visibilidade mútua contínua, decorrente de uma proximidade tão íntima; 2) as provações que resultavam deste tipo de proximidade, raramente poderiam ser corrigidas ou contornadas e, podiam, frequentemente, se encerrar em um enfrentamento.

Alguns moradores, em certo sentido, *empreendedores morais* (Becker, 2008) rotulam seus vizinhos de “barraqueiros”, “bagunceiros”, “fofoqueiros” ou ainda, “velhos chatos”. Observei, em particular, estas formas de qualificação por parte dos moradores que residiam antes em zonas rurais para se referir aqueles provindos da zona urbana de Muriaé. Aqueles que residiam no distrito e zonas rurais, logo próximos ao condomínio para o qual se mudaram posteriormente, definem os que “vieram de Muriaé” (referindo-se à zona urbana) como transgressores da ordem local, acusando os *outsiders* de sistematicamente aumentar o volume do som ou de jogar lixo em qualquer lugar da área comum.

Destaco que a relação entre *estabelecidos* e *outsiders* (Elias e Scotson, 2010) se fundamenta na definição de uma escala de proximidade geográfica em relação aos bairros residenciais anteriores à chegada no conjunto. Os *empreendedores morais* eram frequentemente, no início de minha pesquisa de campo, aqueles que se sentiam mais antigos, devido ao fato de que moravam ao lado da área do condomínio.

Em uma manhã de abril de 2014, encontrava-me na casa de Eliane. A sua vizinha de cima, Roberta, estava faxinando e esbaldando o piso do seu apartamento. Observava que a água descia pelos degraus da escada molhando a

sala de Eliane. Esta última se levantou e fez um gesto com a mão como modo de pedir um intervalo na nossa conversa.

Dirigiu-se até a porta de entrada do seu apartamento, saiu dele e olhou para cima. Gritou: “Roberta, quando lavar precisa avisar, esta respigando água na minha sala e estou com visita!”. Em seguida, a mulher respondeu: “Ah! Tem que avisar sempre, estou toda enrolada e você falando como sempre, quer que eu vá secar?”. Balançando a cabeça, como modo de reprovar a pergunta de Roberta, Eliane voltou no apartamento e prosseguiu a conversa comigo: “paciência para morar aqui [...] vou te contar outra”:

“Uma vez a dona Conceição catou umas guimbas de cigarro, eram minhas, observava pela janela do quarto do fundo, ela apontou [*chegou*] na minha janela e me mostrou, disse algumas coisas que prefiro não repetir. Soltei os gatos, cachorros, periquito e papagaio, respondi a ela: e as plantas, seus galinheiros que sempre me incomodaram e nunca falei nada. Ela não gostou, nem eu, continuo fazendo isso e ela também, vai à merda.” (ELIANE, ABRIL DE 2014)

Em outra situação, referindo-se à limpeza interna e aos usos do ambiente doméstico no seu apartamento, Eduardo comentou os “desafetos” gerados por estes incômodos. No limite do suportável e do insuportável nas relações, problematizava escalas variadas de tolerância como modo, por vezes quase obsessivo, de controle sobre a preservação da ordem do lugar. Quando escapava do controle, “a briga” torna-se uma última saída:

“Os moradores não entendem, acham que somos chatos, não é somente no meu bloco, pergunte aos outros, podem até ter medo de falar para evitar confusão. Por exemplo, a escada foi construída de modo errado, poderia ter sido concretada entre os degraus, quando lava o andar de cima, molha o de baixo, tem dias que o som fica numa altura que o ouvimos em todo condomínio, fora a falação alta, bateção de pé. Essas coisas incomodam e tem ocasionado muitas brigas.” (EDUARDO, ABRIL DE 2014)

Na rotina da sociabilidade condominial, as competências para a preservação “da paz” se esgotam paulatinamente, na medida em que moradores exploram, de modo cada vez mais tenso, pequenas e grandes provações resultantes de conflitos de vizinhanças. A soma destas experiências define o limiar da tolerância e das

situações em que a força se torna uma alternativa de modalidade de gestão de conflitos.

Em junho de 2014 presenciei uma “briga” entre duas moradoras, Renata e Adriana. Há certo tempo, observava tensões e acusações recíprocas que provocaram uma briga neste dia, relacionada com uma disputa em torno do uso da área de lazer. Renata me explicou de seu ponto de vista, os motivos dos desentendimentos:

“Ontem fui até o pastor pedir a chave para o CRAS realizar a reunião com os condôminos que iriam participar de umas atividades. Hoje, quando os funcionários dos CRAS chegaram e, estávamos conversando, a Adriana veio até nós, começou a me afrontar, disse que eu estava fazendo as coisas escondidas do pastor e usando as coisas da igreja. Disse a ela que avisei ao pastor, ela colocou a mão em mim, pedi para tirar. Eu a perguntei se estava possuída, momento em que ela avançou, tive de me defender, puxei o cabelo dela e comecei a chutar. [...] Eu não podia deixar os funcionários do CRAS e os moradores sem realizar a atividade, este espaço [área de lazer] é de todos. O condomínio precisa de atividades, somos muitos esquecidos, por uma confusão destas perdemos as coisas e somos tachados de animais e briguentos. Vou lhe contar como começou essa história, minha e dela. Quando eu vim morar no condomínio, não havia trabalho, ela [Adriana] tinha conhecimento de facção e eu as máquinas, juntamos e começamos a pegar blusas, vestidos e baby-doll de uma facção. Juntamos o útil com o agradável, no entanto, ela começou a esconder certas coisas de mim. Quando percebi, rompemos, sem briga, sem nada, ela pensava que eu era boba. Depois disso, ela continuava a me provocar e outras coisas foram acontecendo [...] (DIÁRIO DE CAMPO, JUNHO DE 2014)

As “brigas” decorrem dos esgotamentos individuais e coletivos que emergem ao longo da experiência de moradia. São momentos de provas, que se repetem incessantemente. Nestas situações, a possibilidade de firmação de compromissos entre os moradores se encerra frequentemente em enfrentamentos verbais, os quais podem eventualmente se reverter em agressões físicas.

Observei ainda outra modalidade de conflitos e tensões, que resultam da delação de traficantes à polícia pelos chamados “dedos duros” ou “X9s”. Nestes casos, os “meninos” [traficantes] iniciam uma investigação acerca do denunciante. Quando descobrem o autor da delação, podem roubá-lo, feri-lo ou expulsá-lo para castigá-lo e impor o silêncio como regra. Mais amplamente, “fazer terrorismo” torna-se um meio de evitar a problematização das atividades de comércio de drogas local.

Estes acontecimentos, por um lado, anunciam uma profunda *insuportabilidade* nas relações de vizinhança, ela é consequência das atividades do tráfico de drogas e da imprevisibilidade do uso da força no condomínio, por outro, observei que estas tensões e conflitos, vistas de “dentro” e de “fora”, adquirem visibilidade no debate público e nas conversas ordinárias, construindo uma identidade de morador visto de “fora”.

2.3 “Eles chegaram chegando”

Durante a construção do Condomínio Residencial Nova Muriaé, os antigos moradores (muitos residindo na área desde os anos de 1940) sentiram-se “ameaçados” pela presença dos novos. Relacionavam a presença dos recém-chegados com o surgimento de “traficantes” e “ladrões” que “desordenariam” o bairro antigo (distrito do Vermelho).

Nas conversas que presenciei, multiplicavam-se acusações feitas aos futuros moradores. Os antigos afirmavam que “todo o lixo ruim da cidade seria jogado ali”. Como Misse observou (2008), a “acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não-transgressor” (*op. cit.*, p. 16).

O “lixo da cidade” jogado “ali” entremeava o lugar às pessoas, ambos enquadrados como depósito de “bandidos, vagabundos e traficantes”. Estas rotulações, por sua vez, eram fundamentadas na origem dos recém-chegados, dos bairros considerados “perigosos”. Os antigos, residindo próximo ao condomínio, viam com maus olhos a chegada dos novos e repudiavam a ideia de compartilhar o bairro com eles.

Vários moradores do distrito do Vermelho comentaram a chegada dos *outsiders*:

“Foi complicado, eles chegaram chegando, acharam que aqui era deles, tocaram o terror [*perguntei: o que seria o “terror”?*]: roubavam, brigavam e xingavam nas ruas e nos bares. Num dia, um grupinho de moleques de lá [*do condomínio*] cantavam que o Vermelho era deles, os moradores ao ouvirem aquilo e, perceber as mudanças que ocorriam no distrito após a moradia dos condôminos, se revoltaram.

Eles não levaram em conta que nós chegamos primeiro.”
(GABRIELA, ABRIL DE 2014)

Gabriela, moradora do distrito, se refere aos condôminos como um grupo de forasteiros, que “chegaram chegando” e “tocavam o terror”. A expressão “não levaram em consideração que nós chegamos primeiro” é mobilizada com a indignação de um coletivo, um *nós* composto de pessoas que chegaram antes. É um modo de reconhecê-los como um grupo fixo que possui regras e códigos próprios, previamente existentes, que se aproxima nos termos de Elias e Scotson (2010), aos *estabelecidos*³⁰.

Os moradores antigos consideravam os novos como ameaça à ordem social local por não terem condição de se adaptarem ao seu modo de vida, cujas características se aproximam do rural. Logo, este grupo seria necessariamente “desordeiro”. Joaquim, outro morador do distrito (bairro antigo), relatou algumas mudanças no distrito:

“Diogo, chegaram achando que iam dominar, fizeram muitas coisas, assustaram os moradores do Vermelho, está vendo essas grades nas casas, foi por causa dos roubos que eles faziam. Os condôminos nos amendrotavam, não somente aqui, nas roças também. [...] Os moradores do Vermelho perceberam que ninguém faria nada por nós, tivemos de fazer alguma coisa. Uma vez dois deles foram roubar a casa em frente ao posto [*unidade de saúde*], era de madrugada, Arthur, ao vê-los entrando na casa, ligou para os vizinhos. Saiu vizinho por vizinho com pedaços de pau e outras coisas, um dos ladrões conseguiu fugir pela vargem, o outro, tadinho, quase morreu, espancaram ele demais. Outro ocorreu no bar do Marcelo, ao chegarem de carro, colocaram o som alto, Vicente pediu-os para baixar o som, pois mãe dele é idosa e estava acamada. Sabe o que fizeram? Jogaram um copo de cerveja no rosto do Vicente. Os irmãos do Vicente viram, aquela família é esquentada, se juntaram e bateram neles. O pessoal do Vermelho aproveitou, a mulherada quebrou o carro deles. Eles foram embora resmungando, dizendo que iriam pegar o revólver e voltar, deram azar, alguém já havia ligado para a polícia, que os levaram. Se nós não tivéssemos feito justiça com as próprias mãos, teriam nos dominado e feito o que quisessem. Um outro foi o pior, na casa do senhor Antônio, e da

³⁰ Elias e Scotson (2000, p. 7) analisa as tensões entre dois grupos sociais que residem no povoado industrial de Winston Parva em Londres: o primeiro é composto de antigos moradores estabelecidos, e o segundo, de trabalhadores que passam a morar no povoado, os *outsiders*. O primeiro é “um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Os *outsiders* são aqueles que não integram a “boa sociedade”, os que estão de fora dela. Este grupo é um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *estabelecidos*.”

esposa, dona Jovita, idosos tadinhos, entraram, os amarraram, torturaram e roubaram, agora veja a casa, toda gradeada. O Vermelho nunca foi assim, desde o início sabíamos que a presença do condomínio não seria boa coisa.” (JOAQUIM, MAIO DE 2014)

Num primeiro momento, as respostas dos antigos moradores foi a de “dar o troco” aos “elementos do condomínio” (para se referir aos “ladrões” e os “desordeiros”), alguns ainda defendiam que era necessário “fazer justiça com as próprias mãos”. Os moradores antigos gradearam suas casas para se “proteger do roubo” e evitar o convívio com “estranhos”.

Estes conflitos, decorrentes da presença de um *condomínio*, emergem após ambos os grupos compartilharem os espaços do distrito, por sua vez, os novos encontraram no distrito uma extensão e alternativa para dar continuidade a suas interações. Em suma, estas tensões decorriam da relação de proximidade entre *estabelecidos e outsiders*.

Os antigos ao reforçarem estas alterações, afirmando que “o Vermelho nunca foi assim”, indicavam uma forma de limpeza moral com relação aos novos. Este movimento aponta também para um processo crescente de assujeitamento e rotulação dos novos às regras dos antigos. Portanto, é com base nestes primeiros tipos de interação que, progressivamente, os rótulos são construídos. Maria Joana, moradora do distrito, relatou:

“Eles não são civilizados, tudo bandido e filho de bandido. O Vermelho mudou quando se mudaram para aquelas casinhas. Quando gritam ou tem algum escândalo, pode saber que é morador do condomínio. Vai à escola e na creche para você ver como está agora? Têm que tomar cuidado, agora deram para matar no Vermelho, os bandidinhos daqui estão se juntando com os de lá.” (MARIA JOANA, JUNHO DE 2014)

Nestes termos, a *humanidade* (no sentido de Freire, 2013) dos recém-chegados estava sendo colocada à prova. A percepção dos novos como “incivilizados” se fundamentavam no fato que estes últimos não seriam dignos de compartilhar um espaço comum, formado há décadas em um ambiente rural, com “bandidos” e “filhos de bandido”. Estas formas de qualificar o outro são justificadas a partir da inserção e ressignificação da *linguagem da violência urbana* em um distrito da cidade considerado, até então, “tranquilo”.

A continuidade das rotulações dos moradores do condomínio após a execução do programa e suas mobilizações diante destas estigmatizações contribuíram para a formação de uma identidade social dos condôminos para “fora” e para “dentro”. Os rótulos se relacionaram, inicialmente, com a origem dos moradores (dos bairros representados como violentos e “perigosos”) e se fundamentaram nas tensões e conflitos de vizinhança, tanto dos internos como dos externos.

Os antigos apresentavam-se também como *empreendedores morais* (Becker, 2008), mas desta vez na escala do bairro. Neste caso, eles contribuíram de modo marcante, na definição das qualificações dos “novos” como desviantes, alegando a quebra de sociabilidade gerada pela presença dos condôminos. Silvério, morador do condomínio, relatou como estas rotulações incidem nos modos de circulação e de serem vistos na cidade.

“Tudo que acontece no Vermelho, colocam a culpa em nós. Se roubam algo, acusam os moradores do condomínio. A culpa é sempre nossa. É difícil ser morador do condomínio. Os moradores do Vermelho acham que lá não tem o que tem aqui: roubo, tráfico, brigas, como todo lugar tem. Teve um dia que saí do trabalho mais cedo, não tinha ônibus naquele horário, fui para o Dornelas, na saída da ponte, pedi carona, um cara, nunca o vi, era de Muriaé, me deu carona, entrei, vim conversando com ele na moral. Quando me aproximei do condomínio, pedi para parar na frente. Ele se espantou, olhou para mim e disse: Silvério, se eu soubesse o local que morava não teria dado carona, dizem que o pessoal é muito doido e perigoso, tenho até medo de passar aqui na frente. Respondi a ele que não é bem assim como dizem, acontecem as coisas como em todo lugar, mas que é um bom lugar. Está vendo, é assim que as pessoas nos vêem, acham que somos ladrões, bandidos e traficantes, também disse a ele que aqui mora trabalhador e pai de família. Muitos esquecem que nos jogaram neste lugar, sem nada, isso ninguém fala. Eu gosto daqui, tenho orgulho de ser morador do condomínio.” (SILVÉRIO, JULHO DE 2014)

A “carona” representa um momento de *contato misto* (Goffman, 1978), inicialmente desconhecido enquanto tal, pelo menos por um dos lados, entre quem se define como normal e um estigmatizado. Este caso mostra, em uma primeira sequência, uma cooperação entre dois moradores, um da cidade e o outro do condomínio. No entanto, ao descobrir o ponto do bairro do outro morador, em uma segunda sequência, há um distúrbio quando é descoberta a informação referente ao seu endereço. Na terceira sequência, como modo de apaziguar o conflito, Silvério

avalia a situação e lembra que “trabalhadores e pais de família” também moram neste local.

Nestas sequências, pode-se observar evidentemente como se efetiva a rotulação dos moradores, mas também pequenas estratégias mobilizadas pelos moradores do condomínio como meio de *desembaraçar* e tentar escapar da situação em que os rótulos pesam concretamente sobre seus ombros. Paralelamente, esta situação indica ainda a visibilidade dos “moradores do condomínio” no debate público.

Diante das situações e acontecimentos que venho descrevendo desde o início do capítulo, observei que novas qualificações sobre os moradores emergiram no debate público, ancoradas nas percepções em relação aos moradores do distrito do Vermelho, por outros bairros mais centrais da cidade e das críticas daqueles do condomínio em relação à precariedade da sua infraestrutura, dos serviços disponíveis e da presença de traficantes de drogas.

As tematizações coletivas referentes a estes moradores provocaram um amplo debate público em torno dos problemas gerados pelo programa (na imprensa escrita, televisiva e nas redes sociais). As representações sobre os moradores do condomínio foram rapidamente propagadas em toda cidade. Nas redes sociais, a estigmatização e rotulação foram sistematicamente reforçadas.

Desde a inauguração do *condomínio*, no final de julho de 2011 até o final do ano de 2014, cataloguei 48 reportagens em sites virtuais. As expressões mais recorrentes nestas reportagens se referem ao “tráfico, roubos, assaltos, brigas, prisões e mortes”, nestas reportagens, o que me chamou a atenção foram os comentários dos leitores.

Na reportagem “*Seguem abertas inscrições para o programa Minha Casa, Minha Vida do Vermelho*”, que anunciava a segunda fase do MCMV no município com a construção de mais de 500 casas ao lado do condomínio. Selecionei dois comentários de leitores sobre esta matéria que permitem compreender as percepções que os moradores da cidade em geral tinham, nesta época, sobre os moradores.

“Por favor, responde qual atitude que a prefeitura vai tomar para não virar a Nova Muriaé?” (NOME IDENTIFICADO: MORADORA DA JK)

“Um dos critérios de seleção para o novo condomínio deveria ser tolerância zero no que diz respeito à vida pregressa do indivíduo, ou seja, FICHA LIMPA NA POLICIA, diferente da Nova Muriaé.” (NOME IDENTIFICADO: ANTE SOCIAL)
(RÁDIO MURIAÉ, 23/10/2013)

Em outra reportagem, o Jornal de Muriaé publicou a reportagem “*Minha Casa, Minha Vida no Dornelas II tem quase duas mil famílias interessadas*”. Em um comentário, novamente, se reforçavam as rotulações dos moradores do Nova Muriaé:

“Será que vão ficar iguais às que foram construídas no Vermelho? Parecem uma caixa de fósforos e os problemas constantes com assaltos, arrombamentos e ameaças [...] se não vira bagunça.” (EMERSON, JORNAL DE MURIAÉ, 16/06/2012)

Como se pode observar, a execução do programa interferiu moral e espacialmente na sociabilidade da área do condomínio, contribuindo para a formação de uma nova *região moral* (Park, 1973) da cidade, reconhecida publicamente como sendo habitada por “traficantes”, “bandidos” e “ladrões”. Neste processo, a associação pública do *morador daquele condomínio* com a personagem do *bandido* se intensificou, ao passo de se tornar um problema central nas conversas ordinárias e na problematização jornalística desta cidade.

Enquanto o *problema habitação popular* já tinha se tornado um problema público (o MCMV sendo uma de suas respostas institucionais), que resultou da mobilização de outra arena em escala nacional/federal, o novo *condomínio popular* e seus moradores, estavam se transformando paralela e posteriormente em outro tipo de problema na cidade, que acionava, por sua vez, “o problema segurança pública”.

Portanto, a trajetória da execução do programa, sua incidência sobre a definição de uma nova *região moral*, bem como sobre as rotulações dos condôminos aponta para um processo de segregação urbana fundamentada cognitivamente nas tensões e conflitos de vizinhança, o que se aproxima de uma afirmação de Machado da Silva: “a segregação geográfica implementada nas ‘margens do Estado’ rebate na discriminação social, no preconceito e na estigmatização dos moradores desses territórios” (2008, p. 16).

CAPÍTULO 3 - VIZINHANÇA E TRÁFICO: OS EFEITOS DA *SOCIABILIDADE VIOLENTA*

Referindo-se ao período de fixação do tráfico, os moradores frequentemente comentavam que “outras coisas vinham acontecendo” ou que, “depois que abriram as grades, tudo começou”. Estes relatos indicam as paulatinas reconfigurações da ordem moral do *condomínio* após 2012, ano em que os moradores situam a fixação das atividades de comércio de drogas. Considerando os modos pelos quais problematizam as mudanças das sociabilidades, este capítulo tem como objetivo descrever e interpretar mais um ciclo do convívio entre moradores traficantes e não traficantes neste contexto.

Em primeiro lugar, analiso as categorias “meninos”, “movimento”, “desenrolô”, “fechamento”, “tá ligado”, que me pareceram importantes para a compreensão da *forma social*³¹ tráfico e seus efeitos na sociabilidade local. Com a profissionalização do tráfico e da economia das drogas, observei um novo convívio entre moradores não-traficantes e traficantes. Estes dois ordenamentos convivem nas ruas, áreas de lazer e comércios informais (em apartamentos do condomínio), logo, nos espaços que circunscrevem as relações de vizinhança.

As interações entre moradores traficantes e não-traficantes apontam para a *asfixia da palavra* (Farias, 2008) e para uma cooperação forçada na continuidade do viver junto como forma de se ajustar à *sociabilidade violenta*³² (Machado da Silva, 2008). Esta ordem violenta intensificou a *insuportabilidade* de morar no conjunto, ao passo que muitos dos moradores saíram do condomínio e se mudaram para bairros nos quais residiam antes.

³¹ No sentido de Simmel (2006), parte-se do pressuposto, neste capítulo, que o tráfico é uma forma de sociabilidade que enquadra as interações entre traficantes, que incide na sociabilidade ampliada do condomínio.

³² Para Machado da Silva, *sociabilidade violenta* é uma referência às ações violentas de grupos que se utilizam do uso e recurso da força. As consequências destes tipos de escalas de força impõem novas formas de sociabilidades, mediadas de forma crescente pelo medo, desconfiança e da incomunicabilidade de seus membros. O autor discorre que na “sociabilidade violenta”, quem tem mais força usa os outros, assim como artefatos (armas, etc.), para impor sua vontade, sem considerar princípios éticos, deveres morais, afetos” (2008, p. 21).

3.1 Os “meninos” na sociabilidade condominial

As expressões “meninos”, “movimento”, “desenrolo”, “fechamento” e “tá ligado” são categorias centrais para compreender as interações que enquadram a *forma* tráfico no *condomínio*, elas exprimem alguns dos sentidos que orientam as modalidades de ações recíprocas entre moradores e traficantes. Felipe, morador desde setembro de 2011, relatou as crescentes tensões que marcaram o início da sociabilidade condominial:

“Os moradores vieram de variados bairros de Muriaé. Quando chegamos ao condomínio, alguns moradores não se entenderam, pois, a prefeitura havia misturado todo mundo, o que gerou desentendimentos e brigas, fora os roubos e os tiroteios. Na primeira remessa [*final de 2011*], alguns moradores ao verem esta situação começaram a se mudar e os meninos que viviam em brigas tiveram de sair. Sabe por quê? Os meninos antes de virem para o condomínio tinham rinchas, brigas e disputas de Muriaé. Foi no início de 2012 que eles começaram a se juntar, principalmente aqueles que vieram do mesmo bairro. São todos meninos, vi muito deles crescerem, morávamos no mesmo bairro. É complicado morar aqui, fomos aprendendo a lidar.” (FELIPE, JULHO DE 2014)

O momento descrito como “complicado” surgiu como um referencial temporal para apresentar os efeitos da presença de “meninos” [*traficantes e ladrões*] e as mudanças paulatinas que ocorreram. Inicialmente, os “meninos” recorriam à força (“tiroteios”), à ameaça e ao roubo como forma de se impor. Neste relato, o morador aponta para um ajuntamento, como havia observado em outras entrevistas, de que o grupo inicial se desmembra a partir de conflitos associados aos diferentes bairros de onde provinham estes jovens.

Os conflitos, disputas e rivalidades entre diferentes “meninos” tiveram como efeito, a reorganização dos traficantes e, uma espécie de profissionalização do comércio de drogas no local. O *ethos do guerreiro*, as formas de cooperação e de construção de laços de confiança contribuíram para a coesão do grupo, excluindo forçadamente aqueles que não correspondiam a estas características e as expectativas do grupo que se fixava.

A categoria “meninos” corresponde do ponto de vista dos moradores, aos traficantes do condomínio. Dois motivos explicam o consenso existente em torno desta categoria para se referir a eles: primeiro, evidentemente, pela idade dos

traficantes, na faixa de 14 a 17 anos, em segundo lugar, “meninos” também se referem a um vínculo afetivo e de proximidade. Como se vê no relato de Filipe, os traficantes não são estranhos, são estes “meninos que os moradores viram crescer”. Logo, são personagens que se inscrevem em três tipos de trajetória: de vida, de vizinhança e familiar. Nestes termos, “meninos” são personagens que pertencem a um regime de familiaridade.

Os “meninos” realizam parte das atividades do comércio nas calçadas, para diferenciar os outros moradores dos traficantes, os moradores costumam empregar a expressão “meninos da calçada”. A “calçada”, como observei, ambienta a elaboração de projetos dos traficantes e os encontros com usuários de drogas. A “calçada” é, de certa forma, o ambiente de um dos estilos de vida possíveis.

Evidentemente, a “calçada” e as demais áreas do condomínio adquirem outros sentidos e significados nos usos pelos moradores, sejam para mexericos, fofocas, encontros casuais e conversas rotineiras. Ainda que não nos termos de Santos *et al* (1985), pode-se inferir que estes espaços são extensões dos apartamentos na continuidade de seus lazers e usos do espaço no seu cotidiano. Isto implica dizer que a sociabilidade condominial bifurca, mas paradoxalmente, os dois ordenamentos convivem nas ruas, áreas de lazer e “calçadas”, logo, nos espaços das inevitáveis relações de vizinhança.

Observei em algumas ocasiões que os traficantes empregavam o termo “calçada” em público (com moradores que não pertenciam ao grupo) como modo de preservar a ordem do lugar. O acionamento desta categoria era suficiente para ameaçar quem dificultava as atividades do tráfico de drogas. Desta forma, dependendo da situação e do enunciador, a “calçada” tinha diferentes sentidos.

Nas situações em que se encontram os que se apropriam “da calçada” para comercializar drogas, os papéis de cada participante era rigorosamente definido: os iniciantes (os recém-chegados no grupo) deveriam vigiar a entrada principal, responsáveis pela prevenção da ameaça dos “inimigos” [*grupos rivais da cidade cuja presença ocasional gera sistematicamente trocas de tiros*] e a chegada dos “homens” [*policiais*]. Também cabia aos iniciantes orientar os usuários e encaminhá-los até os pontos de venda de drogas, isto é, o “movimento”.

A categoria “movimento” refere-se à circulação e comércio de drogas. Situam os pontos de comércio de drogas e localizam os traficantes, todos homens. O “movimento” possui 10 pontos de fornecimento e distribuição de drogas. As vendas

ocorrem no varejo. O agenciamento de varejos locais se enquadra no que poderia ser denominado de sociabilidades fechadas entre os traficantes.

O “movimento” não me pareceu lucrativo, pois não percebi nítidas diferenciações de consumo ou de modos de vida entre os traficantes e outros moradores. Os consumidores são moradores do próprio condomínio, do distrito e das zonas rurais do entorno em que foi construído o conjunto, não observei moradores de bairros mais centrais da cidade. Nestes termos, pode-se afirmar que se tratava de um comércio de vizinhança.

Os ganhos relacionados com o comércio permitiam resolver situações financeiras precárias, que surgiram antes da entrada no tráfico. Por exemplo, antes de morar no *condomínio*, Ailton não tinha nenhuma atividade em comércio de drogas. Justificou sua entrada como forma de complementar sua renda:

“*[Como começou sua atividade no tráfico?]* Estava com umas dívidas e vender cocaína seria o meio de ganhar dinheiro rápido e pagá-las. Conversei e expliquei o motivo ao Rodrigo, foi quando ele me deixou abrir um movimento e nos tornamos fechamento. *[Continuo: por quê?]* Por dois motivos, primeiro, percebi que essa é uma forma de complementar a renda; segundo, certa vez, no início da minha moradia, eu ainda nem mexia com isso, o Renato me pediu a moto emprestada para ir à Muriaé, eu sabia o que ele ia fazer, não emprestei. Então ele ameaçou e me fez de refém, fiquei com uma arma apontada na minha cabeça durante todo aquele dia. Depois disso, criei mais coragem. Não abaixo mais a cabeça, agora eles me respeitam, sou bandido igual e mato se for preciso, sou tão homem quanto eles.” (AILTON, ABRIL DE 2014)

Ailton justificou seu ingresso na carreira do *mundo do crime* pelo “dinheiro rápido”, que soluciona uma situação financeira complicada e, principalmente, pelo *status* que este tipo de empreendimento possibilita. Portanto, o engajamento no comércio de drogas não se apresenta a partir de uma lógica de lucro. Parecia mais significativo, para o entrevistado, explicar o ingresso nesta carreira a partir do “respeito” que o *status* de “bandido” representava. Para ele, tornar-se “traficante” representa uma das formas de ajustamento a uma ordem violenta que condiciona a “igualdade”. No entanto, estes papéis são legitimados por esta disposição e pelo horizonte sempre presente de recurso à força.

Este *status* modela os padrões comportamentais na construção da carreira de traficante, isto é, corresponde a um estilo de vida e às expectativas em relação a este grupo. As características para a manutenção do *status* de “bandido” se

relacionam com a “honra, hierarquia e igualdade [que] são moralidades e valores cotejados” (Mattos, 2012, p. 93). Em outros termos, este papel está condicionado ao reconhecimento de ser “homem” e de “ser igual” aos membros do grupo, bem como à afirmação de ser *sujeito homem* (Zaluar, 1999) com coragem e valentia.

O fato dos “meninos” serem considerados desviantes e temidos pelos moradores é certamente um dos componentes deste *status* (ou seja, o *status* é construído internamente em uma sociabilidade fechada do grupo, mas também externamente, na sociabilidade mais ampla do lugar). Do ponto de vista dos moradores não traficantes, de modo tenso, as implicações da construção deste *status* (ameaça da força e o medo), ancoram as críticas ao uso e o comércio de drogas, mas não são verbalizáveis.

3.2 “Desenrolo”, “fechamento” e “tá ligado”³³

O “desenrolo” pode ser utilizado tanto no comércio de drogas quanto nas situações de interações entre os traficantes. No primeiro caso, traduz o ato de compra ou negociação de uma dívida. Era também empregado em situação de “caô”, quando um potencial “mentiroso” usava esta expressão como estratégia e justificativa de uma nova aquisição de droga.

No segundo caso, o “desenrolo” era acionado nos momentos de trocas e concessões entre os “meninos”. As expressões que melhor traduzem esta sociabilidade são: emprestar a moto, “levar na rua”, emprestar a “sacolinha” [*embalagem plástica de sacolé*] com a finalidade de preparar as drogas [*maconha e cocaína*] para o comércio. Em ambos os casos, traduzia-se em modalidades de negociação.

³³ Ao longo de minha pesquisa de campo, presenciei inúmeras situações de discussões entre traficantes e, por vezes, de atividades de comércio de drogas. Muitos dos traficantes me percebiam, no início de minha pesquisa de campo, como um pesquisador que os ameaçavam. Porém, devo destacar que minha entrada no campo se relacionou com o fato de que eu era morador de Muriaé, até ingressar no PPGPS/UENF. A escolha da minha moradia neste condomínio, foi fortemente facilitada pelo fato de que conhecia um dos traficantes. Para redigir este capítulo, com inquietações éticas, precisei tomar decisões na restituição e análise das situações que observei. Por estes motivos, preservei o anonimato dos meus interlocutores que pertenciam ao grupo dos traficantes do conjunto. Com esta preocupação, também redigi este capítulo de modo ora generalizante ora explícito, muitas vezes apresentando conclusões de minhas observações (e não uma descrição fidedigna das situações em si, que poderia identificar seus atores) por considerar que qualquer tentativa de descrição de situação maior identificaria os meus interlocutores.

Observei uma situação de “desenrolo” a partir de duas sequências: 1) a reação de Rodrigo diante da presença de um novo morador, potencial ameaça, pois, poderia criar outro “movimento” sem o consentimento deste líder; 2) Rodrigo, percebendo que este mesmo morador era um dos distribuidores de drogas, acionou então o “desenrolo”, como forma de negociação e de preservação da ordem condominial:

[...] Rodrigo: - Ailton chega aê.
 Ailton: - Estou indo, [*ao chegar à porta, respondeu*]: fala.
 Rodrigo: - O cara vai colocar movimento?
 Ailton: - Não, ele comprou a casa da Aline para a mãe morar.
 Rodrigo: - Ah ta! Ele serve né, desenrola com ele para nos servir.
 Ailton: - Vamos conversar com ele.
 Rodrigo: - Eu não o conheço.
 Ailton: - Vamos lá então que lhe apresento. [...]
 (DIÁRIO DE CAMPO, MAIO DE 2014)

Rodrigo, Ailton e Gilberto se reuniram na casa de Ailton. Conversaram. Em seguida, Rodrigo comunicara aos outros “meninos” que o novo morador não colocaria “movimento”. A tensão que levava à vigília da presença de Gilberto diminuiria, bem como, a acusação que fizera a Ailton (de apoiar outro “movimento” no local sem o consentimento do grupo). No “desenrolar” da situação, Rodrigo e Ailton continuaram a conversa após a reunião. Rodrigo comentou com Ailton: “Gente boa [*referência a Gilberto*], falei com os meninos que ele é nosso fechamento, que não precisam vigiar e nem mexer com a família dele”.

Quando percebiam a presença de um personagem estranho, como fora meu caso quando cheguei, os “meninos” repetiam “tá ligado” como forma de antecipar a ameaça ao “movimento” provocada pelo recém-chegado não identificado. Esta situação aponta para os acordos e negociações firmadas como estratégias de dar continuidade ao comércio no varejo de drogas. A chegada de um estranho provoca um momento de prova a partir do qual se inicia uma investigação própria que tem como objetivo infirmar ou confirmar a desconfiança e a suspeita que pairasse no conjunto em relação a esta pessoa.

Nestas situações, a investigação dos traficantes parte de uma prova que se expressa na desconfiança do estranho. Esta pode gerar conflitos e confrontação de pontos de vista divergentes. De certo modo, reapropriando-se do conceito de Boltanski (1990) para a compreensão do contexto em análise, a chegada do

estranho desconhecido representa uma modalidade de um *momento crítico* no grupo de traficantes.

A investigação gerada por ele reatualiza constantemente a coesão do grupo, pois alguns “meninos” encontram-se na posição de prestar conta da legitimidade da desconfiança em relação ao potencial suspeito. Neste processo, é também testada a sociabilidade do grupo de traficantes, pois a aceitabilidade da presença do estranho depende das avaliações de alguns dos “meninos”, únicos atores que podem justificar sua presença e ancorar as medidas que serão tomadas após a investigação (excluir ou inserir o estranho).

Desta forma, o “fechamento” traduz, de certo modo, a conclusão da investigação de membros do grupo. No entanto, esta investigação, diferentemente de outras modalidades de inquéritos (policiais ou judiciárias, por exemplo), é acionada para chegar a dois resultados: a comprovação da desconfiança que paira no momento de chegada do estranho ou a compreensão de sua presença, desde que não ameace o ordenamento do grupo.

Assim, a cooperação que se configura no momento de busca de informações torna-se também um teste da coesão do “movimento”. A preservação do “movimento” pode ser definida como um acordo a partir do qual se evita gerar instabilidade na ordem social do grupo e do *condomínio*, economizando o recurso da força em caso de não necessidade.

Em suma, este momento apresenta algumas das competências que os “meninos” mobilizam para evitar o uso da força (que pode ter consequência letal para o estranho se a suspeita for confirmada). Caso a desconfiança seja confirmada como conclusão desta modalidade de investigação própria, justifica-se então (do ponto de vista destes atores) a força, pois *comprova-se* que a presença do estranho representa uma ameaça para a condução das atividades do “movimento”.

Logo, a expressão “fechamento” é uma forma de afirmar a coesão do grupo em torno de um projeto comum (neste quadro), a partir da identificação dos atores imediatamente perceptíveis como integrantes de um projeto comum (o tráfico coordenado pelo grupo) e, das incertezas geradas pelos momentos em que *outros* aparecem nesta ordem.

O “fechamento” não se limita apenas aos acordos internos. Estende-se a outros grupos de traficantes de áreas da cidade de Muriaé, mas preservando vínculos com os antigos bairros nos quais os “meninos” moravam. Em um dia de

tensão, decorrente de disputa por “boca” em um bairro da cidade, o “fechamento” surgiu novamente. Neste episódio, dois movimentos me parecem eloqüentes para descrever outro significado da categoria “fechamento”.

Em uma manhã de junho de 2014, observei uma pichação no muro de um dos blocos, em cores vermelhas: “Tuido 2 CV - 100% Fechamento”. Quando encontrei dois dos “meninos”, perguntei-lhes como poderia ser interpretado o significado da pichação. Responderam-me que ela definia os que pertenciam a um grupo denominado “doizão” (criado em uma instituição de medida sócio educativa), associada à facção do Comando Vermelho (CV).

Neste mesmo dia, de noite, Rodrigo e dois dos “meninos” foram a um bairro, justificaram esta ida como um “acerto de conta”, este “acerto” representava a disputa de uma “boca”. Chegando ao local do “acerto”, houve confronto armado e Rodrigo faleceu. A notícia da morte provocou forte comoção, pelos familiares e amigos. Paralelamente, deixou os moradores do *condomínio* amedrontados e apreensivos. Antecipavam uma possível invasão no condomínio e “vingança” do grupo rival.

Algumas horas depois, presenciei a circulação de uma moto que entrou no condomínio. A moto ia e vinha. Podíamos acompanhar seu movimento pelo barulho do motor muito alto. As pessoas que estavam nas ruas corriam e se escondiam. Bruno (um dos “meninos”) verificava se não se tratava de uma “invasão”, observava o condutor de longe, o reconheceu quando tirou o capacete.

Quando a moto parou, eles conversaram. Enquanto isso, os moradores observavam pelas frestas das janelas e portas. Quando se encerrou a conversa e tendo observado a normalidade da situação, os moradores saíram dos apartamentos. Pouco tempo após esta cena, Bruno comentou o que ocorreu:

“Temos que estar ligados, a qualquer momento os inimigos podem revidar e ter tiroteio. Fica tranquilo, não iremos deixar entrar aqui, os meninos já estão vigiando na frente do condomínio. Ele [*o motoqueiro*] é nosso fechamento, veio dizer quem matou Rodrigo e, Caio [*traficante de uma boca do bairro X*] se colocaram à disposição para ajudar no que for preciso.” (BRUNO, JUNHO DE 2014)

Neste encontro, a incerteza paira sobre esta situação, tratando-se novamente de definir com urgência o vínculo do outro. O “fechamento” é novamente acionado como forma de defini-lo e de normalizar a situação, após a verificação da

inexistência de ameaça. Neste sentido, o “fechamento” autoriza um engajamento em uma sociabilidade após perceber que as partes não são conflitantes.

Após esta situação, ouviam-se constantemente entre os moradores (traficantes ou não traficantes), repetirem indistintamente “tem que estar ligado”. No caso dos moradores não traficantes, o uso desta expressão reforçava a tensão e o medo do que poderia ocorrer. Do ponto de vista dos “meninos”, a expressão se referia ao momento de planejamento das reações ajustadas às moralidades dos traficantes. Urgia uma ação. Os “meninos” estavam procurando meios de contornar a ameaça e a segurança dos moradores do conjunto.

A morte de Rodrigo acompanhou-se de um período de instabilidade e de forte tensão. Os “meninos” estavam remoendo projetos vingativos. O ambiente do condomínio era marcado pelo medo generalizado de ser invadido, o que podia ser observado na circulação interna e na rotina dos moradores. Evitavam-se quaisquer deslocamentos dispensáveis.

Pude apreender uma experiência rotineira de medo ao longo de uma conversa com uma moradora, que renomeio de Flávia. Poucos minutos após o início da conversa, fomos interrompidos por um barulho, identificado por ela como “tiro”. A expressão do rosto de Flávia mudou. Os olhos se abriram mais, exprimindo forte atenção. Pede silêncio com um gesto. Estica o pescoço como forma de intensificar um esforço auditivo. Ela ainda foi ver pela janela para verificar alterações no movimento das ruas do condomínio.

Em seguida, perguntou-me: “escutou?” Confesso que não estava “ligado” na situação do “tiro”, não tinha ouvido. Ela insistiu:

“Escutou? Parece barulho de tiro, temos que estar ligado [*dedo em riste apontado para a cabeça*], vire e mexe tem tiroteio na frente do condomínio. Os meninos [*traficantes*] tentam proteger, não podem dar mole também. Nós não sabemos se eles [*os inimigos*] irão entrar aqui, ainda mais depois da morte do Rodrigo. Quando os meus meninos [*seus filhos*] brincam na rua, fico vigiando. (FLÁVIA, JUNHO DE 2014)

O relato desta moradora, de um lado, anuncia uma modalidade da *sociabilidade violenta* (Machado da Silva, 2008) ajustada a um contexto desta cidade média, que provocou uma cooperação forçada dos moradores com os “meninos” como garantia da continuidade do viver junto, minimizando os riscos de vida. Por

outro, indica como estes *momentos críticos*, neste caso, de instabilidade do tráfico, após a morte de Rodrigo, refletem diretamente nas rotinas dos moradores.

3.3. As relações de vizinhança na *sociabilidade violenta*

Machado da Silva (2008) e outros autores da coletânea *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro* analisaram os efeitos da *sociabilidade violenta* nas rotinas de moradores das favelas cariocas. Silenciamentos, medo e esquivas de certos assuntos são algumas das consequências dos enfrentamentos de *forças puras*. No quadro do presente estudo, observei características semelhantes em relação ao que os autores descrevem e analisam.

Focalizando-me nas relações de vizinhança, nos diferentes ciclos da sociabilidade do conjunto que analisei desde então, verifiquei a mobilização de diferentes recursos que permitem compreender a natureza da sociabilidade do condomínio, realçados em um momento de tensão extrema. Dentre os moradores não traficantes, observei duas modalidades de apresentação de si.

De um lado, aqueles que se autodenominavam de pessoas de “bem”, em um esforço de limpeza simbólica (*op. cit.*) de afastamento das atividades do tráfico. Os moradores que mais mobilizavam este recurso eram muitas vezes os evangélicos. Por outro, alguns moradores não traficantes eram identificados, pelos traficantes, de “fechamento”. Neste caso, esta categoria designava moradores próximos, em alguns casos, amigos de traficantes, sem, no entanto, exercer qualquer atividade no comércio de drogas.

Dei-me conta da variação de contatos entre moradores não traficantes com os “meninos” no fim da pesquisa de campo. No início de fevereiro de 2014, Renata narrara a “disputa” entre os evangélicos e os “meninos” pelo espaço da área de lazer. O tráfico havia se apropriado de uma parte, utilizando-a como ponto de encontro, que se tornou um bar. Segundo Renata, paulatinamente, os “meninos” estavam se apropriando da outra parte desta área, transformando-a em “boca” e local de consumo de drogas.

Por este motivo, os “evangélicos” elaboraram várias estratégias para conter essa expansão. Uma delas foi disputar esta outra parte da área que estava se

transformando em “boca”, por meio da realização de “cultos” e de atividades religiosas. Renata me explicou a trama desta “disputa”:

“Não demos brecha, o pessoal da igreja ao perceber que se não nos uníssemos, eles [os traficantes] dominariam toda a área de uso coletivo. No condomínio tem morador de bem, não podíamos deixar isso acontecer. Sabe o que é pior, alguns moradores dão confiança a esses vagabundos”. (RENATA, FEVEREIRO DE 2014)

A “disputa” pela área de lazer aponta para a competição entre dois grupos de moradores: aqueles do “bem” e os traficantes, percebidos obviamente pelos “evangélicos” como os do “mal”. Ela se tornou um espaço no qual se enfrentava o “bem” e o “mal” e logo, de co-presença entre dois tipos de mundos conflitantes. Logo, neste episódio, apresentou-se um *momento crítico* da presença dos “meninos” pelos evangélicos no local. Este momento foi acompanhado, na escala do condomínio, pela formação de movimentos pentecostais que defendiam a supremacia do “bem” sobre o “mal”.

Maria Rita, moradora evangélica, me descreveu outra disputa como um triunfo do “bem” sobre o “mal” a partir da conversão religiosa de um traficante:

“Wellington tinha uma boca de fumo na casa da mãe. Lembro que no início a polícia veio aqui, eu o vi correndo pelos becos, quando se aproximou da minha varanda e escondeu o revólver. Observei, fechei a porta e fiquei quieta dentro de casa. Se eu tivesse denunciado ou dissesse algo à polícia, ameaçava ou poderia ter feito coisa pior. Para evitar que observassem dentro de casa ou esconder algo na varanda, fixei uma chapa de alumínio para dificultá-los. Depois de um tempo, os irmãos [evangélicos] o procuraram, conversaram por um longo período até que ele fosse para a igreja. Atualmente, ele está bem encaminhado, todo arrumadinho e pregando a palavra de Deus”. (MARIA RITA, MARÇO DE 2014)

Os grupos evangélicos que se mobilizaram, nesta época, formaram um movimento que tinha o objetivo de transformar o condomínio e, conter a expansão da criminalidade. Uma pastora me relatou que o trabalho missionário anunciava, por meio das “revelações”, uma “Nova Jesus” (fazendo trocadilhos religiosos com o nome do condomínio). As “revelações” são avisos divinos às igrejas e seus membros que fundamentam o trabalho missionário.

Permitem também aos evangélicos permanecer neste convívio sem serem ameaçados pelos traficantes. Nestas poucas linhas, observei a intensidade do

trabalho cognitivo de limpeza moral das moradoras que também elucida os motivos pelos quais se formou um coletivo paralelo em torno dos evangélicos, cuja vocalização parecia mais alcançável pelo reconhecimento deste outro grupo, inclusive pelos traficantes.

Imaginava inicialmente que este grupo seria exclusivamente evangélico. Porém, em conversas com outros moradores, não evangélicos necessariamente, percebi que este não era o caso. Em outras conversas, havia uma recusa dos modos de ação e da presença dos “meninos”, seja porque confirmavam as representações externas sobre os moradores do conjunto (confirmando a associação do lugar com “bandidos”), seja pelo medo constante de recurso à força ou ameaça:

“Não mexemos com coisas erradas, e nada podemos fazer. Somos do bem, as pessoas acham que estamos no mesmo balaio e somos coniventes, não é isso, não tem como falar, se falamos demais, mexem com a gente, corremos o risco de morrer.” (SEBASTIANA, MARÇO DE 2014)

Ao expor sua experiência, Sebastiana critica a ordem do lugar, o recurso à força e as conseqüências nas suas rotinas, e ainda, a generalização das rotulações decorrentes da presença dos traficantes no condomínio. Ela se indigna com as representações de “fora” para “dentro”, que uniformizam os moradores (todos estariam em um mesmo “balaio” e necessariamente “coniventes”, em particular para os moradores do bairro vizinho), pois nem todos os moradores “mexem com a coisa errada”. Os dois últimos relatos explicitam a dificuldade de tomada de voz para aqueles que não compartilham dos princípios e modos de ação dos “meninos. A denúncia destas situações torna-se impossível, pois implicaria um iminente “risco de morte”.

Em uma tarde de domingo, em abril de 2014, Eliane me relatou a presença dos “meninos” em um intenso nível de intimidade no seu apartamento. No entanto, apesar de não desejar tal proximidade, seria forçada a aceitar uma presença íntima não desejada ou de testemunhar roubos, o que gerava uma inação diante dos medos e os riscos das implicações de uma recusa ou de uma denúncia:

“Conheço todos eles [*traficantes*]. Chegam, pedem água, sentam, conversam, quando me vêem abraçam, mas não dou confiança.

Sabe por que, se eu der, terei que esconder coisas roubadas, armas, drogas e outras coisas. Diogo vou lhe contar duas situações: certa vez vi o Guilherme roubando uma casa, disse a ele: rapaz, isso é dos outros. Sabe o que ele respondeu: Vai tomar no cu, você não tem nada a ver com isso. O morador do condomínio é autentico, tem uma facilidade de mandar tomar em tudo quanto lugar. A outra situação ocorreu dias atrás, veio um com uma televisão, pediu para deixar aqui, não deixei, sabia que era roubada. Estou cansada e velha demais para agüentar isso.” (ELIANE, ABRIL DE 2014)

“Conhecer todos” e “socializar-se” com os “meninos” tornam-se imposições, que a moradora opõe à “confiança”. Em tal regime de proximidade forçado, a moradora apresenta um difícil e tenso engajamento condicionado pelo horizonte constante de agressão (verbal ou físico). A repetição desta rotina e o desgaste mental deste engajamento levam esta moradora a encerrar este relato pelo seu “cansaço”.

O “cansaço” não se referia apenas à sua idade, mas também ao esgotamento provocado pela repetição de experiências deste tipo, podendo dificilmente explicitar uma queixa, a não ser para um pesquisador. Neste sentido, associo também o tempo que muitos moradores se dedicaram para conversar comigo à ocasião oferecida, que permitia precisamente falar deste desgaste provocado por uma cooperação forçada.

Externamente, os agentes públicos que poderiam tentar mediar às tensões, pouco se manifestaram nestes anos. Exceto as situações de oposição provocadas pelos evangélicos, não presenciei nenhuma outra mediação externa para administrar estes conflitos:

“Esses vagabundos [*referencia aos traficantes*] fazem o que querem por que tem moradores que dão confiança. Teve um dia que o Gláucio [*traficante*] me enfrentou, ele achou que eu tinha pedido para cortar a água do bar [*o que fica na área de lazer*]. Disse a ele que era falta de pagamento mesmo, pois usavam e não pagavam. Não falo mais nada, já fui muito corajosa. Os moradores, a caixa e a prefeitura não estão nem aí e, querem que eu resolva? Ficarei na minha, daqui a pouco podem implicar comigo e quieta não ficarei.” (RENATA, ABRIL DE 2014)

Renata sugere que a fixação e a profissionalização do tráfico de drogas resultaram da “confiança” que alguns moradores depositaram nos “meninos”. Neste contexto, pode se observar nitidamente a divisão dos moradores que se autodenominam do “bem” (aqueles que não “dão confiança”) e os moradores

traficantes ou não traficantes que teceram relações de proximidade com o tráfico e ou partilhavam alguns de seus valores morais.

Comparando este relato com aquele de Eliane, percebe-se a dificuldade de estabelecer claramente as fronteiras destes planos de aproximações diante da natureza íntima das relações de vizinhança, em parte provocada pelas características arquitetônicas e estruturais das residências. A "confiança" é a categoria que permite entrever diferenciações, de modo também tenso, entre as fronteiras opacas do menos ao mais próximo.

Logo, as acusações de um morador para com o outro, expressam uma dimensão muito complexa de definir o morador "do bem" e o "do mal". Nas minhas observações, apenas a religião (ou melhor, o grupo evangélico) permitia dar maior clareza compreensiva à classificação dicotômica (e necessária do ponto de vista de alguns moradores diante da vulnerabilidade desta experiência de moradia) dos moradores do "bem" e do "mal".

O morador "do mal", como apresentei, era associado ao "morador fechamento". Em um dia de junho de 2014, um morador denunciou à polícia militar um roubo no *condomínio*. Dois "meninos" foram presos. Após uma conversa entre Ailton e Rodrigo, ambos resolveram identificar o "dedo duro". Ailton suspeitara de Simone. Mas Rodrigo restituiu o que havia comentado com Ailton: "não pode ser, ela é nosso fechamento". Em suma, ser morador "fechamento" preservava da suspeita de ser acusado de "dedo duro" e suas implicações.

Quando esta situação ocorreu (o roubo que mencionei acima), não tendo presenciado diretamente, perguntei ao Renan o que estava acontecendo. Respondeu-me que não sabia, após o ocorrido, disse-me: "Diogo, não pode perguntar numa situação dessas, havia muitas pessoas. A parada é que roubaram as grades e levaram os meninos". Ele me confirmava à exigência forçada do silêncio neste tipo de situação.

Os moradores "fechamento" não só conhecem o "movimento" como os outros moradores, são aqueles que identificam imediatamente os *momentos críticos* da ordem do lugar ou sua ameaça. Caso ache indispensável, ainda podem "avisar" os traficantes de que algo está por acontecer. Tecem uma estreita relação de intensa pessoalidade e confiança com os "meninos" e, por este motivo, estão constantemente "ligados" nas atividades do tráfico, enquanto os outros observam e se afastam.

Durante as conversas com os moradores que falavam de outros identificados, pelos traficantes, de “fechamento”, observei que baixavam o tom de voz, quando não sussurravam, olhavam para os lados como forma de identificar quem os poderiam ouvir. Eram manifestações constantes e se referiam aos “meninos”, ao “movimento” ou às pessoas que gravitavam perto deles.

Como Machado da Silva (2008, p. 22) observou, identifiquei uma dupla dominação pelos moradores de modo geral (pois as próprias divisões internas confirmavam esta avaliação, ainda que acredite que possa haver graus de observações muito variáveis sobre modos de dominação) “são duplamente dominados: na ordem social dominante, compõem os estratos inferiores da estrutura social; na *sociabilidade violenta*, são obrigados a se submeter aos traficantes”.

Os moradores não traficantes, submetidos à ordem violenta, problematizam escalas do uso e/ou da ameaça do recurso à força física e armada. Alguns conferem aos traficantes um papel mais eficiente de administração dos conflitos, que não se problematiza diretamente em torno de fronteiras entre o legal e o ilegal. Considerando a pouca visibilidade dos representantes governamentais municipais e estaduais em cada ciclo que descrevi, a “ausência do Estado” torna-se um repertório que pode justificar “avisos” de moradores “fechamentos”.

E acrescento, o descontrole da situação não é mais problematizado em torno de atribuições de responsabilidades, e sim de atores que podem contê-los, independentemente do lugar de onde age. Dilma (que não era “fechamento”), contou para Ailton (na minha presença), indignada, como acionou um traficante para resolver uma situação de “roubo” de sua vizinha. Dilma havia procurado José [traficante] para “resolver” a situação e, poucas horas depois, o caso fora “solucionado”. Esta era mais uma situação dentre várias que observei, na qual a presença de traficantes se apresentava como modo de gestão de conflitos.

Para finalizar esta seção, apresento um caso em que os traficantes utilizaram o uso desmedido da força, a situação está em oposição à administração de conflito em relação à anterior. O caso de um adolescente de 16 anos, usuário de cocaína. Ele tinha uma dívida com um traficante há uns três meses, não conseguia sair desta inadimplência. Percebendo que não seria pago rapidamente, o traficante cobrou à mãe deste jovem a quitação da dívida de seu filho.

A mãe pagou uma parte da dívida e pediu um tempo para quitar o restante, ele não aceitou o trato e retirou parte dos móveis do apartamento da mãe como

forma de quitar a dívida. Quando o traficante saiu, ameaçou a mãe: “Olha aqui, é bom ele parar de comprar sem dinheiro, se eu fosse você sumiria com ele, uma hora acertamos ele, se chamar a polícia, já sabe né”.

Após este acontecimento, os vizinhos “evangélicos” avaliaram que esta mãe estava em estado de choque e com um “espírito ruim”. Fizeram então muitas orações com a intenção de *normalizar a situação*. Esta cena é eloqüente para refletir sobre contextos de impossibilidade de uma denúncia pública. Mais uma vez, o grupo de “evangélicos” são mediações que permitem a esta mãe administrar a *insuportabilidade* da situação. Paralelamente, confirmam também o silenciamento decorrente de uma modalidade de ordem violenta.

A experiência de moradia destes condôminos é marcada por uma série de incômodos, tensões, transtornos e conflitos no quadro de relações de vizinhança entre moradores traficantes e não traficantes. Muitas modalidades de engajamentos nestas relações de vizinhança se relacionam com diversas modalidades de cooperação forçada como forma de ajustamento a *sociabilidade violenta*. Porém, alguns moradores tiveram outras reações para administrar o *insuportável*. Mudaram-se do *condomínio*.

3.4 “Estão indo tudo”

“Estão indo tudo” era uma expressão para explicar o fenômeno de mudança de um grande número de moradores. 83 dos 304 apartamentos estão alugados, vendidos, negociados ou, por vezes, abandonados. Estas “mudanças” se intensificaram após a fixação e a profissionalização do tráfico, da restrição de circulação e de denúncias dos moradores.

“Muitos estão se mudando, sabe por quê? Uns quando saem para trabalhar ao retornarem não acham nada dentro de casa. Às vezes tem tiroteio, esses “meninos” andam armados, escondem armas e objetos roubados, temos que ficar calados. O condomínio está ficando vazio, acho que está acontecendo o que eles [*os traficantes*] querem. Os moradores de bem não conseguem ficar, estão indo tudo, a gente vai ficando e tomando cuidado.” (MARIA, ABRIL DE 2014)

Maria se refere aos “roubos”, “armas”, “tiroteios”, assuntos recorrentes dos moradores do conjunto para explicar os motivos pelos quais, segundo ela, os “moradores de bem” estavam se mudando. Basicamente, a “mudança” se relacionava com o fato de que estes moradores não se ajustavam à sociabilidade do conjunto.

Renata relatou outro motivo de mudança:

“Havia dois rapazes que tinham uma dívida altíssima com um dos meninos, foram cobrá-los. Não tiveram como pagar, chegou à mãe e disseram que se não pudesse pagar, deveria sair do apartamento como forma de pagamento. Não teve jeito, a mãe entregou e retornou ao antigo bairro.” (RENATA, MARÇO DE 2014)

A “expulsão” desta família se relaciona com uma “dívida” que apenas seria negociável em troca de um apartamento, seja como lugar de moradia, como esconderijo de armas, drogas, ou ainda, como “bocas de fumo”. Na continuidade de compreender as justificativas e os motivos que levaram alguns moradores a se mudarem, destaco outras que me foram apresentadas durante a pesquisa de campo.

Quando Rita trabalhava, as grades de seu apartamento haviam sido cerradas. Os ladrões levaram sua televisão e outros bens pessoais. No mesmo dia, ela se mudou para o antigo bairro no qual morava, antes de sua mudança para o *condomínio*. O motivo da “mudança” de Rita resultou de uma quebra da ordem violenta, o rompimento do silêncio. Porém, esta quebra foi associada, por um dos “meninos” a uma “língua grande”. O roubo na casa de Rita era um aviso que consistia em ameaçá-la.

Estas situações são consideradas ameaçadoras, trata-se, basicamente, de um modo de coibição de denúncias e como meio de antecipar, pela ameaça, o que pode ocorrer em caso de transgressão à *sociabilidade violenta*. Sabrina, outra moradora, preparava sua saída deste conjunto, porém, o motivo de sua mudança difere dos que apresentei anteriormente:

“Não me acostumei. Na roça, tinha mais espaço, não tínhamos vizinhos grudados, gritaria, som alto. O que me desanimou foram esses tiroteios, noutro dia atiraram e mataram um ali. Fico com medo de conviver com estas situações, não ficarei mais aqui, estou arrumando um cantinho de volta de onde eu não deveria ter saído.” (SABRINA, ABRIL DE 2014)

Durante a conversa, comparava o condomínio com a sua antiga moradia. Os contrastes entre estas experiências partiam dos referenciais do convívio rotineiro de proximidade e dos incômodos de vizinhos, como também estava relacionado à presença de “meninos armados” e “tiroteios”. Duas semanas depois deste relato, Sabrina e seu filho se mudaram para a “roça”.

A única modalidade de administrar o *insuportável* é o de sair do conjunto habitacional. Enquanto todos os apartamentos do conjunto eram ocupados logo após a sua construção, meados de 2014, cerca de 83 dos 304 apartamentos foram abandonados, vendidos e ou negociados ao longo de 2011 a 2014. No entanto, estas “mudanças” tiveram fortes implicações no *condomínio* e espelhavam a dificuldade de morar em uma *ordem violenta*.

Com a vacância dos apartamentos, novas situações emergem. Traficantes invadiam alguns apartamentos para sua moradia ou esconder drogas. Usuários de drogas ocupavam outros para o consumo. Os apartamentos abandonados eram roubados, retiravam-se pias, vasos sanitários, fiações, caixa d’aguas, janelas, portas, chuveiros, telhas. Estes objetos eram vendidos no próprio condomínio ou no distrito.

Percebendo os novos usos dos apartamentos vazios, muitos vizinhos iniciaram um processo de negociação e compra do apartamento adjacente como forma de evitar o convívio e a proximidade com traficantes e usuários de drogas. Outros moradores estavam interessados permanecer com o apartamento com a condição do “condomínio ficar calmo”. Esperando este momento ocorrer, mudava-se para outros lugares e solicitava aos vizinhos, ou algum conhecido, vigiá-lo como forma de evitar roubos ou seu uso como “boca de fumo” ou “esconderijo”.

Por fim, há os apartamentos que foram alugados (pelo valor de R\$ 50 a R\$ 150 mensais) para outros moradores da cidade. Alguns foram vendidos (por um valor de R\$ 1.500,00 a R\$ 3.000,00). O baixo preço atraiu outros moradores. Alguns destes novos moradores estavam residindo antes em bairros próximos dos moradores que foram selecionados, outros tinham familiares ou conhecidos no conjunto, e/ou outros ainda eram traficantes. Alguns dentre estes fugiam de “bandidos”. Neste processo, com a vacância dos apartamentos, novos moradores se instalaram no condomínio. Este momento corresponde ao fim de minha pesquisa de campo, quando observei um novo movimento de “fora” para “dentro”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A expansão urbana de Muriaé iniciou-se no “centro” da cidade, concentrando atividades comerciais e financeiras. Nos termos de Park (1936, In: 1970), pode ser considerado como uma *área natural*. Em torno do centro, se formaram outras zonas sucessivas de extensão urbana a partir da década de 1970. A ocupação destas zonas relaciona-se intimamente com quadros de políticas habitacionais (federais, estaduais e municipais), os quais contribuíram para a definição de novas áreas *morais* na cidade.

Nos últimos 40 anos, pode-se observar certa continuidade no que tange à manutenção ou aumento de escala da distância de moradores de camadas populares em relação ao “centro”. Esta “distancia” espacial se acompanhou de diferentes formas de qualificações de moradores dos conjuntos habitacionais. Quanto mais distantes do “centro”, mais desqualificados são os moradores e vulneráveis, as experiências de moradia popular nesta cidade.

O condomínio foi um dos conjuntos habitacionais mais recentemente construído, em distâncias inéditas. As rotulações de moradores deste conjunto como “bandidos” se multiplicaram e se propagaram pela cidade. Os moradores do condomínio criticavam internamente o programa MCMV a partir de um repertório fortemente emotivo (por sentirem-se *desamparados*, “jogados” e “esquecidos”). A mobilização destas emoções traduz a vulnerabilidade da experiência de moradia resultante de uma das modalidades de execução do MCMV em uma cidade média.

As novas distâncias, tanto físicas como morais, resultantes da última inflexão das políticas habitacionais destinadas às camadas populares, em particular, a primeira fase do MCMV, apontam para fortes mudanças em relação à sociabilidade da cidade. Além do aumento das distancias entre moradias populares e centros urbanos, as emoções acima descritas ainda delineiam uma forma de crítica decorrente destes modelos de intervenção urbana, o sentimento de ser “esquecido”. Este esquecimento é uma crítica que, como vimos, pode posteriormente contribuir para a emergência e reforço de uma sociabilidade por meio da fixação do tráfico de drogas no conjunto, ambos coagindo a problematização pública destas condições de moradia.

Muitos estudos atuais abordam o programa Minha Casa, Minha Vida, como aqueles de Pequeno (2013) e de Cardoso *et al* (2013b) em contextos de regiões

metropolitanas (no caso de Pequeno, na Região Metropolitana de Fortaleza e Cardoso analisou na cidade do Rio de Janeiro). Ambos apontam para o fato de que os empreendimentos do MCMV, destinados às camadas populares, vêm se elaborando em “novas periferias”, e concluem que o MCMV é uma modalidade de “perifercização” da cidade.

Em Muriaé, pude observar que antes do surgimento de novas “periferias”, o programa esticou fronteiras antigas, já consideradas “periféricas”, que foram ressignificadas por seus moradores. Neste processo, a *linguagem da violência urbana* adquiriu uma centralidade no debate público e na ordem social do condomínio.

Paralelamente, os modos segundo os quais foram reapropriadas as diretrizes federais em Muriaé, em particular, no que tange à seleção dos beneficiários, privilegiaram os repertórios dos “riscos”. Esta categoria, por sua vez, inseria uma nova pauta na agenda pública para administrar e gerenciar questões relacionadas com a categoria “popular”. De certo modo, este momento correspondeu a uma nova inflexão dos governos municipal e federal dos modos de gestão da pobreza que associou o tratamento de “riscos” ao distanciamento dos pobres da cidade do “centro” urbano.

Este movimento foi acompanhado de um processo acusatório e classificatório dos novos como “perigosos”, “bandidos”, “traficantes” e “ladrões”. Portanto, as gramáticas da violência urbana e as supostas ameaças que representam as *classes perigosas* se imbricam com a tematização do acesso à moradia popular. Porém, as rotulações e estigmatizações dos moradores deste condomínio se intensificaram após a moradia.

Os próprios moradores do condomínio, neste quadro moral, associaram seus lugares de moradia como “favela” ou como um presídio (“Carandiru”). Neste caso, as percepções dos moradores decorrem da experiência de moradia neste ambiente, marcada por conflitos que podem incluir o recurso da força. Talvez seja no encontro destas representações, tanto do restante da cidade como dos moradores do “condomínio”, que podemos compreender formas de legitimar estes tipos de intervenções que serão seguidas de outras políticas habitacionais semelhantes.

Nesta experiência de moradia, um dos mais importantes impactos do programa voltou-se para a emergência de uma ordem de força que se entremeou na sociabilidade condominial. As interações entre moradores traficantes e não

traficantes coexistem com uma ordem de força. Silêncio, medo sussurros são alguns dos ajustamentos morais a esta sociabilidade.

Nesse percurso, o *condomínio* como modo de habitar a cidade (Conceição, 2014) era também constantemente colocado à prova. A figura do síndico, que poderia mediar os conflitos, que não percebia seu papel como modo de representação política, pouco se engajava nas causas dos moradores. Os espaços de reivindicações foram paulatinamente esvaziados, principalmente após o que chamei de profissionalização do tráfico de drogas. Neste sentido, exceto naquela situação de disputa da área de lazer por um grupo de moradores liderado por “evangélicos”, as mobilizações coletivas são constantemente asfixiadas (Farias, In Machado da Silva, 2008), evitadas ou inibidas.

Em ordenamento dos “meninos”, observei um processo de novos arranjos da economia de drogas em constante curso de elaboração. No entanto, os circuitos de venda eram restritos em função da distância geográfica, que dificultava o comércio em outros bairros da cidade. Logo, em busca de novos espaços, os traficantes planejaram disputar novas “bocas” na cidade, notadamente nos seus bairros de origem.

Diante dos confrontos decorrentes desta decisão, um sentimento de insegurança se generalizou na cidade. A *linguagem da violência urbana* escapou então dos muros do conjunto e se espalhou pela cidade (e a partir da problematização pública do “condomínio”). Este momento foi outra consequência do programa habitacional e do modo segundo o qual o conjunto foi inicialmente afetado passando paulatinamente a afetar o conjunto da cidade.

Enfim, as expectativas inclusivas do MCMV e do acesso universal à moradia, tais como definidas em plano nacional, pouco consideraram os modos segundos os quais o programa seria reapropriado pelos municípios. Em vez de tratar a questão habitacional de modo inovador, esta pesquisa demonstra que esta pauta foi problematizada na continuidade de formas institucionais anteriores.

Neste sentido, produziu novos *problemas públicos* sem horizonte de debate coletivo. Entretanto, este processo foi acompanhado de uma problematização inédita da moradia popular na cidade, que passou a ser interligada como um “caso de segurança pública” diante da ênfase no risco e perigo que os condôminos passaram a representar de modo cada vez mais insistente.

A partir destas observações, sustento a nova conjuntura da política habitacional, que situo a partir do programa Minha Casa, Minha Vida, reconfigura o processo de expansão urbana em Muriaé. Sua execução traz à tona a multiplicação de novos conflitos administrados cada vez mais pelos traficantes. A compreensão do atual ordenamento espacial e moral da cidade é, neste sentido, resultante de um *marco discursivo do crime* (FELTRAN, 2011), mas neste caso, na escala de uma cidade média.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro. IPEA, 2001.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luís. **Habitação e poder**: da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional da Habitação. Rio de Janeiro. Zahar, 1982.

AZEVEDO, Sérgio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, 1988.

_____. **Desafios da habitação popular no Brasil**: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto L. (org.) **Habitação Social nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro. FINEP/CEF, 2007.

BALBIM, Renato; KRAUSE, Cleandro. Produção social da moradia: um olhar sobre o planejamento da Habitação de Interesse Social. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 1, p. 189-201, 2014.

BECKER, Howard S. **Uma teoria da ação coletiva**. Rio de Janeiro. Zahar, 1997.

_____. **Segredos e truques da pesquisa**. Rio de Janeiro. Zahar, 2007.

_____. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro. Zahar, 2008.

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco**: rumo a uma outra modernidade. 2^o edição. São Paulo. editora 34, 2011.

BIRMAN, Patrícia. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 133-153, 2012.

BLANC, Manuela Vieira. Os famosos todos nós: uma proposta de análise da experiência cidadina na aldeia urbana. In: X RAM- Reunión de Antropología del Mercosur, 2013, Córdoba, Argentina. **Anais da X RAM- Reunión de Antropología del Mercosur**.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Revista Análise Social**, v. XXIX, p. 711-732, 1994.

_____. Habitação, Estado e movimento moderno: A ação dos IAPS. In: VI Encontro Nacional da ANPUR, 1995, Brasília, p.836-851. **Anais do VI Encontro Nacional da ANPUR**.

_____. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. **Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo**, n. 1, p. 70-104, 2008. Disponível em

http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01/artigo_05_180908.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2014.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: Pierson, Donald (org). **Estudos de Ecologia humana**. São Paulo. Livraria Martins Editora S.A, p. 353-368, 1970.

BOLTANSKI, Luc; THEVENOT, Laurent. A sociologia da capacidade crítica. **Antropolítica**, n. 23, v. 2, p. 121-144, 2007.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo. Martins Fontes, 2009.

BOLTANSKI, Luc. El Amor y la justicia como competencias: tres ensayos de sociologia de la acción. Buenos Aires. Amorrortu, 1990.

_____. A moral da Rede? Críticas e justificações nas evoluções recentes do capitalismo. **Fórum Sociológico**, n. 5/6 (II série), p. 13-36, 2001.

BREVIGLIERI, Marc; TROM, Danny. **Troubles et tensions en milieu urbain. Les épreuves citadines et habitantes de la ville**. In: CEFAL, Daneil; PASQUIER, D. Les sens du public: publics politiques et médiatiques. PUF, 399-416, 2003.

BREVIGLIERI, Marc. **Les désagréments du proche et les tentations de l'autonomie. Réflexions sur la fatigue d'être avec des gens insupportables**. In: JOUAN, M; LAUGIER, S. Penser l'autonomie. Paris. PUF, 2009.

_____. L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir: Un essai d'approfondissement sociologique de l'anthropologie capacitaire de Paul Ricoeur. **Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies**, v. 3, n. 1, p.34-52, 2012.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Caderno de Orientação Técnico Social**. Brasília. Caixa Econômica Federal, 2013.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos**. São Paulo. Brasiliense, 1984.

_____. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos**, n. 47, p. 155-176, 1997.

CARDOSO, Adauto Lúcio *et al.* **A Produção da Moradia Popular na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ): o caso dos conjuntos habitacionais do programa Minha Casa, Minha Vida em Realengo**. Rio de Janeiro, 2011. (Relatório de pesquisa).

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Themis Amorim. Reestruturação do setor imobiliário e o papel do Programa Minha Casa Minha Vida. In: XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território (RII). Belo

Horizonte, out. 2012. **Anais do XII Seminário da Rede Iberoamericana de Pesquisadores sobre Globalização e Território (RII).**

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T.A. “Do fim do BNH ao programa Minha Casa, Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil”. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org). O programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro. Letra Capital, 2013a.

CARDOSO, Adauto Lucio; JÚNIOR, Décio Rodrigues Nunes; ARAÚJO, Flávia de Sousa; SILVA, Nathan Ferreira da; JAENISCH, Samuel Thomas. **Quando um direito vira produto: impactos do programa Minha Casa, Minha Vida na cidade do Rio de Janeiro.** In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, Rio de Janeiro, 2013b. Disponível em: <http://www.simpurb2013.com.br/wp-content/uploads/2013/11/1485_gt02.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2013.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luiz Roberto. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil, Quebec e EUA.** 2ª edição. Rio de Janeiro . Garamond, 2011.

CEFAI, Daniel; MELLO, Marco Antônio da Silva; MOTA, Fabio Reis; VEIGA, Felipe Berocan (org). **Arenas Públicas: por uma etnografia da vida associativa.** Niterói. Editora UFF, 2011.

CEFAI, Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. **Réseaux**, v. 14, n. 75, p. 43-66, 1996.

_____. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. **Dilemas**, n.4, v.2, p. 11-48, 2009.

CIRINO, Douglas Soares. **Agentes sociais e políticas públicas habitacionais em Muriaé, Minas Gerais.** 2012. 101 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Departamento de Geografia, Pontífice Universidade Católica (PUC RIO), Rio de Janeiro, 2012.

CHAMBOREDON, Jean Claude; LEMAIRE, Madeleine. Proximité spatiale et distance sociale. Les grands ensembles et leur peuplement. **Revue Française de Sociologie.** v. 11, n. 11-1, p. 3-11, 1970. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/rfsoc_0035-2969_1970_num_11_1_1610>. Acesso em: 20 jan. 2015.

CLIFFORD, James. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 1998.

CONCEIÇÃO, Wellington da Silva. **“Agora você é madame!”: Os “encontros de integração” do PAC/PMCMV no Rio de Janeiro como instrumentos de disciplinarização urbana e moral da população pobre.** In: XI COngreso Argentino de Antropología Social, 2014, Rosário, Santa Fé. **Actas do XI Congreso Argentino de Antropología Social.**

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27, p. 19–52, 2008.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação popular no Brasil pós 70.** Rio de Janeiro. Relumbe-Dumará, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro. Zahar, 2000.

FARIA, José Anacleto. **Gestão democrática: o caso de Muriaé (MG).** 2006. 142f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2006.

FARIAS, Juliana. **Da asfixia: reflexões sobre a atuação do tráfico de drogas nas favelas cariocas.** In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, p. 173-191, 2008.

FELTRAN, Gabriel Santis. **Fronteiras da tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo.** 2008. 347f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2008.

_____. Margens da política, fronteiras da violência: uma ação coletiva das periferias de São Paulo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 79, p. 201-233, 2010.

_____. **Fronteiras da tensão: política e violência nas periferias de São Paulo.** São Paulo. UNESP, 2011.

FERREIRA, Diogo da Cruz. **Tensões e conflitos de vizinhança em um conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida em uma cidade média de Minas Gerais.** In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014b, Caxambu/MG. **Anais 38º Encontro Anual da ANPOCS.**

FREIRE, Jussara. **Sensos do Justo e problemas públicos em Nova Iguaçu.** 2005. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia), Instituto Universitário do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio.** In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro ed. Rio de Janeiro. Faperj/Novas Fronteiras, 2008.

_____. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 3, n. 10, p. 119-142, out/nov/dez. 2010.

_____. **Quando as emoções dão formas às reivindicações.** In: COELHO, Maria Claudia P. (org.). Cultura e Sentimentos - Ensaios em antropologia das emoções. ed. Rio de Janeiro. Contra Capa, 2011.

_____. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 36, p. 720-736, 2013.

_____. Violência urbana e cidadania na cidade do Rio de Janeiro: tensões e disputas em torno das justas atribuições do Estado. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 7, n. 1, p. 73-94, 2014a.

_____. **Problemas públicos, “periferias” e espaço público no estado do Rio de Janeiro**. FAPERJ, 2014b. (Relatório de Pesquisa)

_____. **“Vozes periféricas” e problemas públicos: mobilizações coletivas e engajamentos em Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro. Garamond, 2015a. (*no prelo*);

FRUGOLI JÚNIOR, Heitor. **Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole**. São Paulo. ed. USP, 2000.

FUNDAÇÃO ISRAEL PINHEIRO. **Plano Local de Habitação de Interesse Social: diagnóstico do setor habitacional**. Muriaé, MG: 2010. 446p.

GARFINKEL, Harold. **O que é etnometodologia?**, tradução Paulo Cortes Gago e Raul Francisco Magalhães. In: GARFINKEL, Harold. 1967. *Studies in ethnomethodology*. Cambridge. Polity Press, p. 1-34, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro. Zahar, 2004.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos pela construção da moradia popular: mutirões comunitários**. In: GONH, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos sociais e lutas pela moradia*. São Paulo. Loyola, p 115-155, 1992.

GRILLO, Carolina Cristoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. **Dilemas**, p. 127-148, 2008.

_____. **Coisas da vida no crime: tráfico e roubos em favelas cariocas**. 2013. 280f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

GUSFIELD, Joseph R. **La culture de los problemas públicos: el mito del conductor alcoholizado versus la sociedad inocente**. 1ª edição. Buenos Aires. Siglo Veintiuno Editores, 2014.

GLUCKMAN, Max. **O material etnográfico na antropologia social inglesa**. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar (org). *Desvendando as máscaras sociais*. 2º edição. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves editora S.A, p. 63-76, 1980.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

_____. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ. Vozes, 1985.

_____. **Comportamento em lugares públicos:** notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis, RJ. Vozes, 2010.

_____. **Os quadros da experiência social:** uma perspectiva de análise. Petrópolis, RJ. Vozes, 2012.

HUGHES, Everett C. **O aspecto ecológico das instituições.** In: PIERSON, Donald (org.). Estudos de Ecologia humana. São Paulo. Martins, p. 327-338, 1970.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico: Aglomerados subnormais: informações territoriais.** Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://fw.atarde.uol.com.br/2013/11/1367185.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. **Cidades, Minas Gerais, Muriaé.** 2014. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=314390&search=minas-gerais|muriae>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

JORNAL DE MURIAÉ. Minha Casa, Minha Vida no Dornelas II tem quase 2 mil famílias interessadas. **Jornal de Muriaé**, Muriae, 17 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.jornaldemuriae.com.br/site/?p=13635>>. Acesso em: 22 ago. 2013.

JOSEPH, Isaac. **A respeito do bom uso da Escola de Chicago.** In: VALLADARES, Lícia do Prado. A escola de Chicago: impacto de uma tradição no Brasil e na França. Belo Horizonte. Rio de Janeiro/Belo Horizonte. IUPERJ/UFMG, p. 93-128, 2005.

_____. Erving Goffman e a microssociologia. Rio de Janeiro. ed. FGV, 2000.

LEITE, Márcia Pereira. **Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas.** In: Luiz Antônio Machado da Silva (org.). Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. FAPERJ/Nova Fronteira, p. 115-141, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, 2004.

_____. (org.). **Vida sob cerco:** violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

_____. “Violência urbana”, segurança pública e favelas: o caso do Rio de Janeiro atual. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 283-300, maio/ago. 2010.

_____. Uma vida e uma obra dedicadas à favela e às ciências sociais: entrevista comemorativa de 70 anos de Luiz Antônio Machado da Silva. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, Rio de Janeiro, v. 4, n.4, p. 663-698, out/nov/dez 2011.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. LEITE, Márcia Pereira e FRIDMAN, Luís Carlos. **“Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública”**. In: VVAA, Mapas: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade. Rio de Janeiro. IBASE/Action Aid/Ford Foundation, 2005.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. São Paulo. Editor Abril S.A, 1976.

MENDOZA, Edgar Salvador Gutierrez. **Sociologia da Antropologia urbana no Brasil: a década de 70**. 2000. 342 f. Tese (Doutorado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), São Paulo. 2000.

_____. Donald Pierson e a escola sociológica de Chicago no Brasil: os estudos urbanos na cidade de São Paulo (1935-1950). **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n. 14, p. 440-470, jun/dez 2005.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos: Acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. 1999. 413f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação**. In: MISSE, Michel (org). Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro. Revan, p. 13-32, 2008.

_____. Crime, “sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. **Lua Nova**, n. 79, p. 15-38, 2010.

PARK, Robert Erza. **A comunidade urbana como configuração espacial e ordem moral**. In: PIERSON, Donald (org.). Estudos de Ecologia humana. São Paulo. Livraria Martins Editora, p. 127-142, 1970a.

_____. **Ecologia Humana**. In: PIERSON, Donald (org.). Estudos de Ecologia humana. São Paul. Livraria Martins Editora, p. 21-37, 1970b.

_____. **Sucessão**. In: PIERSON, Donald (org.). Estudos de Ecologia humana. São Paulo. Livraria Martins Editora, p. 316-326, 1970c.

_____. **A cidade: sugestões para investigação do comportamento no meio urbano**. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.). O Fenômeno Urbano, tradução Sérgio Magalhães Santeiro. 2ª ed. Rio de Janeiro. Zahar, p. 27-67, 1973.

_____. **La ciudad y otros ensayos de ecologia urbana**. Espanha. Ediciones del Serbal, 1999.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. ed. Paz e Terra, 1997.

PEQUENO, Luís Renato Bezerra. Minha Casa, Minha Vida em Fortaleza: novas periferias? In: **XV Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR)**, Recife, 2013. Disponível em: <http://unuhospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/4533/4402>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

PIERSON, Donald. **Estudos de Ecologia Humana**. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1970.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, n.4, p. 31-56, 1998.

PRÓ-MORADIA. **Obras sociais pró-moradia**. Muriaé, 2006. Disponível em: <<http://www.promoradia.com.br>>. Acesso em: 12 dez.14.

RADIO MURIAÉ. Seguem abertas inscrições para o programa "Minha Casa, Minha Vida" do Vermelho. **Rádio Muriaé**, Muriaé, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://www.radiomuriae.com.br/noticias/seguem-abertas-inscricoes-para-o-programa-minha-casa,-minha-vida-do-vermelho#sthash.h60TtZ0r.dpbs>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

SÁ, Leonardo. A condição de “bichão da favela” e a busca por “consideração”: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira mar. **Dilemas**, v. 4, n. 2, abril/mai/jun, p. 339-355, 2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro. Campus, 1987.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira; VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antônio da Silva *et al.* **Quando a rua vira casa**. São Paulo. Projeto Arquitetos Associados, 1985.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Velhas novidades nos modos de urbanização brasileira**. In: VALLADARES, Lícia do Prado (org.). *Habitação em questão*. Rio de Janeiro. Zahar, 1980.

_____. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Zahar, 1981.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. Urbanização brasileira: um olhar sobre o papel das cidades médias na primeira década do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, nov. 2010.

SILVA, Ciro Andrade da. **Habitação e terceiro setor em debate: o caso Muriaé**. 2008. 109f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades), Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2008.

SIMMEL, Georg. **A natureza sociológica do conflito**. In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.) *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo. Editora Ática, p.122-134, 1983a.

_____. **O Estrangeiro.** In: FILHO, Evaristo de Moraes (org.). 1983. Georg Simmel: sociologia. São Paulo. Editora Ática, p.182-188, 1983b.

_____. **A metrópole e a vida mental**, tradução Sérgio Marques dos Reis. In: VELHO, Otávio Guilherme (org). O fenômeno urbano. 4º ed. Rio de Janeiro. Zahar, p. 11-25, 1987.

_____. **Questões fundamentais da sociologia.** Rio de Janeiro. Zahar, 2006.

_____. **Ensaio sobre teoria da história.** Rio de Janeiro. Contraponto, 2011.

STONEQUIST, Everett T. **O homem marginal:** estudos de personalidade e conflito cultural. São Paulo. Livraria Martins Editora, 1948.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O território: Sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento.** In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (orgs.) Geografia: Conceitos e temas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1995.

_____. Redes e sistemas do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. **Anuário do Instituto de Geociências/UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 19, p. 45-60, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.). **Habitação em questão.** Rio de Janeiro. Zahar, 1980a.

_____. **Passa-se uma casa.** Rio de Janeiro. Zahar, 1980b.

_____. (org.). **Repensando a Habitação no Brasil.** Rio de Janeiro. Zahar, 1983.

_____. **A invenção da favela:** do mito de origem à favela.com. 1º edição. Rio de Janeiro. FGV, 2005.

TASCHNER, Suzana Pasternak. **Política habitacional no Brasil:** Retrospectiva e Perspectivas. São Paulo. FAU / USP, 1997.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Illegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 5-6, p. 97-126, 2010.

_____. **A cidade nas fronteiras do legal e do ilegal.** Belo Horizonte. Fino Traço, 2011.

THÉVENOT, Laurent. **L'action au pluriel:** sociologie des régimes d'engagement. Paris. La Découverte, 2006.

VELHO, Gilberto. **Observando o Familiar.** In: NUNES, Edson de Oliveira. A Aventura Sociológica. Rio de Janeiro. Zahar, 1978.

WHYTE, William Foote. **Sociedade de esquina:** a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada, tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro. Zahar, 2005.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo em Perspectiva**, n. 13, p. 3-17, 1999.

_____. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas**. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2004.

Site dos noticiários consultados

Interligado *on line*: Disponível em: <<http://www.interligadonline.com/site/>>

Notícias de Muriaé: Disponível em: <<http://www.noticiasdemuriae.com.br/>>

Rádio Muriaé: Disponível em: <<http://www.radiomuriae.com.br/site/>>

Silvan Alves: Disponível em: <<http://silvanalves.com.br/site/>>

Jornal de Muriaé: Disponível em: <<http://www.jornaldemuriae.com.br/>>

Legislações consultadas

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

BRASIL. Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas [...]**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>. Acesso em: 02 set. 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 26, de 14 de fevereiro de 2000. **Altera a redação do art. 6º da Constituição Federal**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc26.htm>. Acesso em: 02 set. 2012.

BRASIL. LEI FEDERAL 11.124, de 16 de junho de 2005. **Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.